



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 31ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que visa coletar subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei 4.771, de 1965, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011, da CMA; nº 37, de 2011, da CCT; e nº 46, de 2011, da CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, aprovados em 16 de agosto do corrente.

A audiência conta com a presença dos seguintes ex-Ministros: Ministro Alysson Paulinelli, querido amigo, grande referência da agricultura brasileira, que convido para a Mesa; Ministro Francisco Turra, a quem também agradeço muito a presença e a contribuição que dará a esse debate. Estamos aguardando ainda a presença do Sr. Ministro José Eduardo Andrade Vieira e do Sr. Ministro Reinhold Stephanes. Foram também convidados os ex-Ministros Roberto Rodrigues, Arlindo Porto e Pratini de Moraes, que informaram sobre a impossibilidade de seu comparecimento hoje. O Ministro Pratini de Moraes solicitou que comparecesse a esta Comissão o Sr. Fernando Sampaio, Diretor da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne –, que nos honra com a sua presença e que trouxe um documento que farei distribuir entre os demais Senadores.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; e afirmar, prezados Ministros Alysson Paulinelli e Francisco Turra, que nós temos procurado, aqui no Senado, construir um ambiente de entendimento, um ambiente de equilíbrio para fazer esse debate e poder aprofundá-lo. Esta reunião conjunta das três Comissões demonstra, de forma simbólica, esse esforço coletivo, esse esforço conjunto.

Tivemos já a oportunidade de realizarmos uma série de audiências públicas no primeiro semestre e, retomando os debates no segundo semestre, na semana passada, ouvimos o Relator na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Ontem, tivemos um debate de alto nível com ex-Ministros do Meio Ambiente – ex-Ministra Marina Silva, José Carlos Carvalho, Carlos Minc e Sarney Filho – e, hoje, teremos com os ex-Ministros da Agricultura.

Pelo conhecimento que temos das histórias, das trajetórias dos senhores – quero registrar a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Cyro Miranda –, temos a convicção de que darão uma enorme colaboração a esse debate, para que o Senado Federal, o Congresso Nacional possa oferecer ao



Brasil um Código Florestal moderno à altura das expectativas da população brasileira.

Tenho reiterado que, pelas experiências dos senhores como ex-Ministros da Agricultura, em um País muito bem-sucedido na agricultura, porque, como nos afirmou a Embrapa em uma das audiências públicas, nos últimos 35 anos o Brasil aumentou a sua produção agrícola em 268%, mas aumentou apenas em 48% a sua área plantada, o que demonstra sucesso nas políticas desenvolvidas, V. Ex<sup>as</sup> têm uma grande contribuição a dar para isso.

Quero registrar, porque tenho muito orgulho de registrar isso, Senador Moka, que tive a honra de ser colega do Ministro Alysson Paulinelli no Fundo Setorial do Agronegócio, que tive a honra de presidir, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Ministro Alysson representava o setor produtivo. Isso mostra como foi fácil para mim, porque sempre sob a orientação e a inspiração do Ministro Alysson Paulinelli os nossos trabalhos realmente eram muito facilitados.

Acompanhei na ocasião, e virei um grande entusiasta, o entusiasmo com que o Ministro Alysson Paulinelli defendia as tecnologias de integração lavoura/pecuária/florestas. Procuramos apoiar junto à Embrapa a difusão dessa tecnologia e hoje terei a oportunidade, após a fala dos senhores, de fazer alguns comentários sobre isso. Entendo que é uma das alternativas que o Brasil tem para aumentar muito a sua produção, aumentar muito a sua produtividade e reduzir a pressão sobre novos biomas.

Quero cumprimentar a todos, dizer que estou muito otimista de que, com esse ambiente de diálogo, esse ambiente “distencionado”, nós poderemos, cada um, dar uma contribuição maior à elaboração desse Código Florestal. E esse é o nosso grande objetivo.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Bom dia. É um prazer estar aqui, juntamente com o nosso Presidente do Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, com as boas-vindas ao Ministro Alysson Paulinelli, que pela segunda vez este ano vem à nossa Comissão para debater este assunto tão importante que é a reforma do Código Florestal Brasileiro.

Dou as boas-vindas também ao Ministro Francisco Sérgio Turra. É um prazer tê-lo conosco também, Ministro, mais uma vez, para que a gente possa discutir esse assunto.

Cumprimento o nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura Waldemir Moka, que tem feito um trabalho muito importante junto com todos nós para que esse trabalho possa ter um resultado positivo para a elaboração do novo Código Florestal Brasileiro.

Nós estamos trabalhando sempre em conjunto, as três comissões, para tratar esse assunto sem embates, sem as divergências que porventura



algumas pessoas queiram colocar, de que haja um embate entre agricultores e ambientalistas, cientistas e alguns segmentos da sociedade.

Desde o início dos trabalhos, estamos trabalhando no sentido de ter um Código Florestal a partir de uma ação conjunta, que seja resultado de uma convergência, porque todos nós queremos ver o Brasil continuar produzindo, aumentar a sua produção agrícola, mas também ter um Brasil cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas reservas, cuidando das nossas nascentes, dos nossos rios. É o Brasil que nós queremos. Se outros países cometeram erros ao longo da sua história, nós, brasileiros, temos a oportunidade de não deixar que aconteça isso no nosso País, sem nunca prejudicar a produção de alimentos, que hoje é a maior fonte de riqueza do nosso País. Tanto é que o Brasil tem um superávit na balança comercial hoje graças ao agronegócio brasileiro.

É nesse sentido que eu cumprimento os ex-Ministros, dizendo que se hoje nós temos uma supersafra a cada ano nós devemos isso a cada governo que passou, a cada ministro que passou à frente do Ministério da Agricultura, tanto o Ministro Alysson Paulinelli, que fez um grande trabalho quando esteve à frente do Ministério da Agricultura, como o Ministro Turra, que teve um grande trabalho. Hoje nós temos sempre um resultado daquilo que foi feito no passado.

Queremos continuar avançando, evoluindo. Para isso nós temos que trazer legalidade às pessoas que fazem a agricultura brasileira. Para isso, precisamos aprovar o novo Código Florestal brasileiro de acordo com a necessidade da população brasileira, não apenas de acordo com a necessidade dos agricultores e também não com a necessidade dos ambientalistas, mas, sim, com a necessidade da população brasileira.

Esse é o nosso trabalho aqui no Senado, distensionado, como disse o nosso Presidente Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente. Nós estamos juntos, todos trabalhando para que possamos realmente fazer um trabalho que venha fazer com que o Brasil se torne o maior produtor de alimentos do Planeta e que venha a ser também um País ambientalista, um dos maiores do Planeta, até porque o Brasil tem uma das maiores reservas florestais, de água do Planeta e não queremos perder isso em hipótese alguma. Sabemos que isso é uma riqueza, que, bem utilizado, trará muitos benefícios e renda financeira para o País e também para os proprietários dessas áreas, mas, se queremos cuidar das nossas reservas, precisamos cuidar do ser humano, precisamos cuidar do agricultor, ele, que está lá no campo, que vai fazer com que o Brasil continue produzindo, crescendo e também com que o Brasil cuide de nossas reservas florestais, dos nossos mananciais. Enfim, o Brasil que queremos, produzindo e conservando, este é o Brasil de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a palavra ao senhor novamente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para registrar aqui, com muita alegria, a presença do Deputado Homero Pereira, do Estado do Mato Grosso. É uma alegria tê-lo aqui, meu amigo, revê-lo.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Senador, Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz, ex-Ministro, meu amigo Turra, Ministro, dizer da minha alegria de estar aqui.

Na verdade, estou representando aqui a Comissão de Ciência e Tecnologia, porque o Senador Cyro Miranda, que já vai adentrar, teve de tratar de uma questão na Comissão de Infraestrutura.

Mas aproveita esta oportunidade, Senador Rodrigo Rollemberg, para dizer que fui Deputado, como o Deputado Homero Pereira, e ajudei a construir o texto que aprovamos, primeiro, na comissão especial, e, depois, no plenário da Câmara dos Deputados.

Quero dizer a dificuldade que foi votar o texto e também que essa questão do Código Florestal se arrasta já há décadas. É evidente que todo o debate que pudemos fazer na Câmara foi feito. Tenho a consciência tranquila quanto a isso. Só no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, fomos a duas audiências pública, uma em Campo Grande e outra em Corumbá, para que a Comissão pudesse ver o Pantanal, que é, sem dúvida nenhuma, algo a parte.

Esse esforço resultou na votação do texto que aí está. Não participei da votação do texto porque ela aconteceu este ano, mas ajudei a construí-lo e digo que o Código que foi votado é diferente do que se pretende colocar, como a anistia e algo que estimule novos desmatamentos, com o que não posso, absolutamente, concordar. E os debates aqui no Senado vão servir exatamente para que possamos aprimorá-lo.

O debate é importante e o momento é exatamente o de tranquilizar esse debate, fazer com ele ocorra em um clima – divergências vão existir – em que possamos, como estamos, realizar audiências públicas até de forma conjunta, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia.

Quero registrar, mais uma vez, que a classe científica, sim, foi convidada a participar na Câmara dos Deputados. Na época não havia, não tinha sido colocada uma proposta, e eles reconhecer aqui no plenário, quando eu trouxe, à guisa de esclarecimento, um requerimento que os convidava a participar, na Comissão de Agricultura.

Estou colocando essas coisas aqui de forma muito tranquila, mas é importante que a gente resgate também o esforço que foi feito pelo extraordinário homem público que é Aldo Rebelo. Agora, daqui para frente, nós temos dois relatores: Senador Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e o Senador Jorge Viana, ex-governador do Acre, dois homens públicos da melhor qualidade,



maduros e equilibrados. E nós haveremos de fazer, sim, o texto que será o melhor para o País.

As pessoas olham para o Moka e dizem assim: esse aí é latifundiário lá do Mato Grosso do Sul. É o que pessoal vê em mim. Eu sou médico e professor. Não tenho propriedade rural. Sempre defendi a agricultura e a pecuária porque eu defendo a economia do meu Estado. É diferente. Não tenho nenhum motivo para querer um texto ou outro. Tenho, sim, o dever, como cidadão e como Senador da República, de dar ao meu País o melhor texto.

Algumas coisas precisam ser ditas. O Brasil é um país que tem quase três hectares de floresta para cada brasileiro, 2,7 hectares. Qual o país que tem isso? Nós temos ainda mais de 60% da nossa cobertura natural. Qual o país que tem isso? Aqueles que querem nos apresentar aqui não conseguiram ficar com meio por cento das suas reservas naturais. O que esse pessoal tem para nos destinar? –alguns falam.

É claro que nós vamos ver o que está do outro lado. E nós não queremos. Nós queremos que o Brasil fique preservando todo o seu patrimônio ambiental e continue sendo o grande produtor de alimentos. São coisas diferentes. Eu só não concordo com esse discurso acuado. Nós temos que dizer: nós somos, de longe, o país que mais preservou as suas reservas ambientais e, apesar disso, somos grandes produtores de grãos e de carne. Isso é que nós temos de dizer, porque essa é a realidade, e fazer um texto que garanta a nossa liderança na questão ambiental e as condições para que a gente possa continuar produzindo.

Para encerrar, vou citar só um item estatístico. Nas últimas décadas, Senadora Ana Amélia, V. Ex<sup>a</sup>, que é do Rio Grande do Sul, nós aumentamos qualquer coisa em cinquenta e poucos por cento da área plantada e mais do que triplicamos – são duzentos e sessenta e poucos por cento – a nossa produção. Só isso justifica. Nós produzimos três vezes mais numa área 50% maior. É disso que nós estamos falando. Então, por que não colocar esses argumentos e essas estatísticas a nosso favor?

Encerro a minha participação, dizendo ao Presidente que me honra muito estar aqui ao lado deste extraordinário – Turra, me permita, mas o Ministro Paulinelli é, sem dúvida, uma referência para todos os brasileiros – homem que até hoje dedica o amor a sua pátria e à terra propriamente dita. Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiro, agradecer as manifestações e endossar as suas manifestações, Presidente Rodrigo Rollemberg, nosso Presidente Acir Gurgacz, a respeito desse desafio que temos pela frente. Se chegarmos até o dia 15 de novembro com este Código votado, será uma grande vitória.



Queria também registrar a minha satisfação pelo que disse o Senador Waldemir Moka, que é o nosso Vice-Presidente na Comissão de Agricultura, dando o esclarecimento. Já se usou uma tática de repetir sempre uma inverdade e ela acaba se tornando uma verdade. E voltou-se a dizer ontem aqui, durante uma audiência pública, que os cientistas não foram chamados ou não tiveram a oportunidade de participar do debate do Código Florestal na Câmara dos Deputados. É importante que a gente também colabore, como fez V. Ex<sup>a</sup>, que conviveu e até colaborou na Câmara, quando estava lá, com o brilhante trabalho feito pelo Deputado Aldo Rebelo, que está sendo examinado pelo Senado Federal.

Queria cumprimentá-lo, Senador Moka, pois esse esclarecimento ao País é muito importante, até porque o Código Florestal não é um tema de interesse de produtores rurais não é um tema de ambientalistas, é um tema de interesse do País, da população. Ontem, o Presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, em um debate na Comissão de Infraestrutura declarou as necessidades que a Petrobras, que entra na produção de etanol e de biocombustíveis, vai precisar, em termos de abastecimento desta matéria-prima, para produzir a energia renovável. E é da agricultura que vai sair essa energia renovável, onde o Brasil já se destacou mundialmente pela tecnologia desenvolvida graças aos estudos da Embrapa e também do Programa Brasileiro de Álcool, que foi e é reconhecido mundialmente.

Então, nós temos aí um espaço muito grande e precisamos organizar isso. Não se discutiu até agora o custo econômico disso. E não é apenas o produtor rural. O Código impacta toda a economia brasileira, porque dentro da propriedade tudo vem de fora: a semente, o combustível, o fertilizante, todos os defensivos agrícolas, as máquinas, todo o serviço de informática. Tudo vem de fora da porteira da propriedade rural. Então, é preciso que também os setores que serão afetados por essa matéria tenham consciência e participação política nesse debate. Por enquanto, a gente tem percebido certa omissão ou até um trato marginal deste tema que é tão candente.

Muito obrigada, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg.

Tenho certeza que o nosso Ministro Alysso Paulinelli, o meu conterrâneo Francisco Turra, assim como os demais ex-Ministros virão aqui e darão uma excelente contribuição a este debate, pelo preparo que têm, pelo conhecimento que têm e pela dedicação de vida que deram à causa do desenvolvimento sustentável de nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Ainda nas preliminares, muito rapidamente, antes de ouvirmos nossos convidados, que



seguramente trarão luz e brilho a este importante debate, eu queria fazer uma sugestão não apenas a V. Ex<sup>a</sup>, mas assim como ao Senador Acir e ao Senador Eduardo Braga.

Essa já é a terceira, quarta ou quinta audiência pública que fazemos, e hoje vamos ouvir nossos ex-Ministros da Agricultura, ontem ouvimos nossos ex-Ministros do Meio Ambiente, ouvimos também o Deputado Aldo Rebelo, relator da matéria na Câmara Federal, vamos ouvir nos próximos dias a Academia, vamos ouvir a Associação Brasileira de Ciência – não é isso? –, vamos ouvir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O que está me parecendo é que essas audiências públicas estão sendo assim de uma importância muito grande, porque elas estão permitindo aos Senadores ir firmando, cada um, seu juízo de valor, à luz daquilo que compreendem, à luz daquilo que cada um traz de si, a sua experiência pessoal de vida.

O que tenho observado é que talvez fosse necessário, em algum momento, que nós pudéssemos fazer, no bom sentido da palavra, um enfrentamento dessas teses todas. Porque o que assisti ontem aqui foi o ex-Ministro José Carlos Carvalho fazer uma defesa veemente da agricultura, inclusive com conceitos e valores a esse respeito, ou seja, qual a importância para a agricultura dos recursos naturais nas propriedades rurais brasileiras; com que nível de produtividade nós estamos convivendo, estamos perdendo, em função... Inclusive no Vale do Rio Doce, que o ex-Ministro Alysson Paulinelli conhece muito.

Então, a proposta que faço é que nós, em algum momento, pudéssemos ter aqui o relator, pudéssemos ter aqui, quem sabe, José Carlos Carvalho, pudéssemos ter aqui a Academia e pudéssemos fazer um enfrentamento claro, que nós não fizemos – esse tipo, não. Nós estamos ouvindo cada setor. Eu me refiro a fazer um enfrentamento aqui. Porque as teses são colocadas e não são rebatidas. Porque nenhum de nós fez um aprofundamento do tema como fez o Deputado Aldo Rebelo, que virou um especialista do tema.

Então, seria muito importante que esse ponto e contraponto fossem feitos aqui, para que nós Senadores pudéssemos evoluir na afirmação do nosso juízo de valor. Eu acho que seria interessante que, após a rodada com os nossos cientistas, com os nossos pesquisadores, que nós pudéssemos ter aqui todos esses setores debatendo ponto e contraponto a respeito desses temas. Talvez isso pudesse nos ajudar na elucidação, com todos os atores presentes aqui, para nos ajudar a firmar um juízo de valor, tendo em vista a importância da matéria e tendo em vista a emergência temporal, o tempo em que precisamos debater este tema, é a contribuição que trago a S. Ex<sup>a</sup> e aos demais pares que compõem comigo essas três comissões que debatem o Código Florestal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço pela excelente contribuição que será avaliada pelos três Presidentes das comissões que estão trabalhando conjuntamente e



ouvindo os dois relatores. Quero registrar a presença do Senador Zeze Perrella. É uma alegria tê-lo aqui.

V. Ex<sup>a</sup> quer fazer uso pela ordem?

Eu gostaria de começar a ouvir nossos convidados.(Pausa.)

Pois não. Com a palavra, o Senador Zeze Perrella.

**O SR. ZEZE PERRELLA** (Bloco/PDT - MG) – Pela primeira vez na comissão, mas a gente conhece relativamente bem sobre o tema já que militamos nessa área muitos anos. Mas é mais para cumprimentar o meu amigo Alysson Paulineli, uma figura querida por todos os brasileiros, principalmente por nós mineiros, companheiros de longas batalhas, não é, Alysson? Muito obrigado pela presença.

Cumprimentando meu amigo Alysson, cumprimento todos os nossos ex-ministros. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, nós é que agradecemos e o cumprimos. Nós nos sentimos muito honrados com sua presença aqui na comissão.

Antes de prosseguirmos, vamos rapidamente aprovar requerimento da Comissão de Agricultura

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Temos que aprovar o seguinte requerimento, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura para um ciclo de debates no dia 16 de setembro do corrente ano, sexta-feira, às 14 horas, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de debater o Código Florestal e também a cadeia produtiva do leite.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Agradeço mais uma vez a participação e as observações do nosso Senador Ricardo Ferraço aqui nas comissões e vamos continuar. Evidente que chegará o momento de colocarmos aqui as pessoas frente a frente para debater...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB - ES) – Frente a frente os atores não estiveram aqui. Eu gostaria muito de ver...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT - RO) – Estiveram. V. Ex<sup>a</sup> é que não esteve.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Senador Ricardo, só para dar um esclarecimento.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB - ES) – Depois que as três comissões começaram a fazer audiências públicas, não.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – É verdade. Depois das três, não, mas no primeiro semestre nós fizemos várias audiências públicas sobre o Código Florestal e tivemos alguns embates. Eu preciso esclarecer porque, no Senado, e eu falo pelo Senado e pela Comissão de Meio Ambiente, aqui está o representante da Comissão de Agricultura, que a comunidade científica, até este momento, foi a mais ouvida pela Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura. Tivemos aqui vários representantes indicados pela SBPC, vários indicados pela academia brasileira de ciências e representante da Embrapa. Numa das audiências públicas houve a participação do ex-Ministro Alisson Paulineli, quando tivemos um grande debate.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB - ES) – Não tive essa sorte, Excelência, por isso estou aqui pleiteando...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Mas terá. V. Ex<sup>a</sup> certamente terá a sua contribuição, a sua sugestão é bastante oportuna e importante. E nós faremos uma serie de audiências públicas, estamos tentando viabilizar para terça-feira uma audiência pública para discutir a importância do Código Florestal nas cidades, e, no dia 13 de setembro, com ministros do Supremo Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça e com juristas, com a OAB, para discutirmos a segurança jurídica no Código Florestal.

Mas eu gostaria de convidar, a pedido do senador Moka...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB - MS) – É para equilibrar. Eu sou vice-presidente da Comissão de Agricultura, o presidente está aqui, e o Senador Ricardo Ferraço é da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu gostaria que S. Ex<sup>a</sup> assumisse...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB - ES) – Excelência, a ordem dos fatores não vai alterar o resultado. Mas agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Então, agradecendo mais uma vez todas as intervenções, passo a palavra ao Ministro Francisco Turra por 20 minutos.

Registro que, no minuto final, soará a campanha como um aviso de que está chegando ao final; mas se V. Ex<sup>a</sup> precisar de mais tempo, a Mesa será absolutamente tolerante porque queremos ouvir as contribuições para este debate.

Com a palavra, com muita alegria, agradecendo a presença de V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Francisco Sergio Turra.

**O SR. FRANCISCO SERGIO TURRA** – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero saudar o presidente Senador Rodrigo, Senador Acir, Senador Moka, meu querido amigo, ex-Ministro, inspirador, parceiro, Alysson Paulinelli; saudar a nossa Senadora Ana Amélia, nossa coestadua, nossa amiga, nossa companheira; saudar todos os Senadores, todos os presentes; em primeiro lugar devo dizer que fiquei imensamente feliz com esse convite e venho trazer a experiência não apenas de ter passado pelo Ministério,



mas também de um dia ter aprovado no meu Estado do Rio Grande do Sul um projeto de minha autoria, o Código Florestal, que hoje continua vigendo, sem nenhuma modificação, apresentado há vinte e quatro anos, aprovado, discutido. Eu recorro quanto foi duro o embate para a gente aprovar um Código Florestal do Rio Grande do Sul, um Estado difícil. Mas nós conseguimos juntar ambientalistas, madeireiros, todos, e passamos dois anos discutindo, debatendo, analisando, avaliando. E aprovamos, por unanimidade, o texto do Código Florestal do Rio Grande do Sul.

Acho que este debate é valiosíssimo. Acompanhei muito bem o o debate, o início do debate na Câmara, Senador Moka, parceiro de todas as horas, como acompanhei, por exemplo, o projeto de biossegurança que o Brasil construiu. E, aliás, as mesmas mãos e a mesma inteligência ... *(Interrupção do som.)* permitiu que nós tivéssemos hoje um marco legal para a biossegurança no Brasil.

E o Código Florestal não foi diferente. Acho que eu começo dizendo o seguinte: se a lei vigente não conseguiu ser implementada até hoje é porque não é boa. É porque estava falha. É isso mesmo. E houve a necessidade dessa mudança, desse texto aprovado, dessa discussão toda. A gente tem que ter muita coragem de avançar.

Eu tenho preocupações de ter acompanhado o Brasil agrícola muito bem e de ver hoje lá fora, no mundo, o que o mundo espera do Brasil. Eu vi, por exemplo, no mês de março deste ano, na FAO, o Rabobank apresentando os números e dizendo o seguinte: nos próximos vinte anos o mundo vai consumir 40% a mais de alimentos. E 40% desses alimentos sairão do Brasil. Passei em alguns países que me dizem claramente que eles não têm mais condições de competir, por falta de reservas hídricas, por falta de condições climáticas. Você vê um Canadá, você vê uma Rússia, tantos países que têm extrema dificuldade de produzir.

Nosso País, posso dizer a todos, porque passei em todos os continentes vendendo o nosso produto, que é carne de frango, nosso País é visto hoje como a grande reserva na produção de alimentos do mundo. Eu não estou dizendo porque ouvi na rua. Eu estou dizendo porque ouvi da FAO, eu ouvi na presença de tantas nações do mundo agora, em março, e a cada reunião que nós temos se repete exatamente isso.

Então eu digo que o Brasil está vocacionado para ser produtor de alimentos. Quando se desvia o foco e imagina-se que a nossa riqueza é o Pré-sal, eu imagino que é uma aventura. O Pré-sal é um adicional, mas produzir alimentos é uma riqueza.

O que eu gostaria de colocar aqui é que nós estamos tentando compatibilizar, fazer uma lei que permita que a gente produza e preserve. Ninguém de nós está querendo destruir, desmatar. E vamos lembrar um pouco: o próprio Governo brasileiro, com o ProVárzea e tanta coisa, estimulou esse



desmatamento indiscriminado, criminoso no passado. Eu recordo, fui prefeito, desmatamento com máquinas, a céu aberto, quando veio, por exemplo, o Prodec, ninguém cuidou, houve absurdos. Hoje a consciência é outra. Hoje eu vejo que os setores estão organizados para preservar. Quem disser o contrário está enganado.

Eu fico às vezes aborrecido, como brasileiro, quando revelam números de desmatamento de um mês e não há uma punição. Tem que haver. Tem que ficar em cima, não pode acontecer, isso não pode acontecer mesmo. Mas o desejo do brasileiro é produzir, e nós temos todas as condições de preservar também. Se nós tivéssemos que fazer hoje um discurso dizendo assim: “ou vocês permitem que a gente aumente a produtividade e a produção, desmatando, destruindo, ou então vamos preservar o Código Florestal, vamos fazer como alguma coisa que...”

Mas não é isso não. Nós temos aí, imaginem, 220 milhões de hectares de pastagens, para um rebanho de 170 milhões. Significa vender para o mundo que nós somos incompetentes, improdutivos; áreas que a gente pode apropriar para fazer a agricultura e nem é preciso. Quanto nós ocupamos do nosso território? Setenta e cinco milhões de hectares, num universo de 850 milhões de hectares. E nós ficamos discutindo se estamos aqui querendo aprovar um código para destruir. Não! Mudou a consciência.

Eu vejo no meu setor avícola. Hoje nós vamos para o mundo para defender a sustentabilidade. Já não é mais a qualidade. Nós vamos defender que somos sustentáveis.

O primeiro convite que eu tive foi na casa do Príncipe Charles, lá, dois dias, numa região amazônica, para provar para as ONGs que ele cultiva que nós não estamos, que o frango brasileiro não está destruindo a floresta amazônica. Esse é o discurso. Eu peguei o mapa e mostrei. Olhe onde nós estamos? Nós não temos nada a ver com a destruição da floresta amazônica. Mas o discurso das ONGs era esse. E passamos dois dias, governadores, senadores, a dois anos atrás, e nós fomos fazer a defesa. E o dia inteiro eu ouço que nem o outro o grupo de produtores europeus, Copa Cogeca passou um documento lá na União Europeia, dizendo o seguinte, em Bruxelas: se o Brasil entrar no acordo com a União Europeia, meu Deus da nossa agricultura, vai ser uma destruição, emissão de CO<sub>2</sub>, o boi irlandês emite 40%, o brasileiro 90. Vocês imaginem que discurso louco, absurdos um atrás do outro que se vende, e se a gente não desmente... Nós passamos aí a defender. Nós proativamente vamos lá fora, fazemos hoje o *workshop* em Bruxelas, o mundo nos ouve, o Brasil é respeitado. E a gente disse isso que bem o Senador Moka falou; ou seja, nós estamos preservando não 60, mas 67% dos recursos naturais que Deus nos deu. A União Europeia não preservou 5. Que moral para chegar hoje e nos destruir!

Então eu acho que esse Código Florestal que está passando por um debate é muito bom, mas ele está criando uma consciência... A gente vê nos



nossos aviários, ao redor. preservação, plantio de floresta. Quem vai ver hoje um aviário é uma coisa linda, é uma imagem bonita para vender para o mundo. Não somos destruidores do meio ambiente. A água a gente preserva, cuida, porque, aliás, se a gente não fizesse isso nem venderia o produto para 157 produtos do mundo. É isso que acontece.

Então a experiência que a gente traz aqui é a seguinte: primeiro, graças a Deus, nosso País tem riquezas como nenhum, riquezas naturais que nós podemos preservar, vamos preservar. Aprovamos o Código Florestal no Rio Grande do Sul, aumentamos de 9 para 16% a cobertura verde em vinte anos. E aqui, se for acontecer esse marco legal aprovado, anotem o que eu falo: em cinco anos nós vamos ter uma preservação ambiental muito melhor do que temos hoje, porque ruim é a gente ter um código vigente atrasado, que não pode ser implementado, que o governo tem que prorrogar a vigência a cada ano.

Então o Deputado Aldo foi consciente, visitou o Brasil, andou, viu o Brasil como ninguém. Ele pode falar. A gente tem que ter uma segurança absoluta. Se houver, digamos, no curso do tempo necessidade de adequar... A gente está aí, por exemplo, temendo a anistia. Bem, eu acho que o desmatador inconsciente tem que ser punido. Fico triste que me digam: olha, aumentou o desmatamento esse mês tanto e não ouço a pena ou não ouço alguém dizendo - você tem que preservar o dobro. E há conceitos tão malucos. A gente fala assim: floresta tem que ser exótica. Vocês andem pelo Brasil, os senhores andem pelo Brasil e vejam um fato que aconteceu quando o Brasil resolveu dizer assim: araucária é árvore sagrada, não pode ser derrubada em condição nenhuma. Hoje, não existem novas plantações de araucárias no Brasil por isso. Se houvesse condição de fazer o manejo, de permitir o plantio e que para derrubar uma você teria que replantar duzentas, nós teríamos o Sul povoado de araucárias e hoje eu sei que muita gente arranca porque diz que é perigoso e que vai inviabilizar a propriedade. Aí nos impinge a ideia de só plantio de árvore exótica, exótica, exótica. É um conceito que acho muito errado.

Então, estou trazendo aqui, por exemplo, preocupações que tenho em relação à anistia. Não é esse o texto que está provado pela Câmara agora, não se anistia ninguém, o conceito de reflorestar, de ajudar mais, de repovoar, está também inserido no texto e o passivo ambiental vai ser resgatado, tem que ser resgatado, há condições de ser sem que a gente possa continuar crescendo.

A expansão da produção agrícola vai continuar pela produtividade em primeiro lugar. De 1975 para cá, um dado para ser anotado: a produtividade cresceu 3,7% ao ano e a americana cresceu 1,6%. Somos muito mais competentes, nossa produtividade está aumentando a passos largos. Sei que nesse código foi cuidado do tema polinização, que é fundamental para termos continuidade, a preservação, não apenas da floresta, mas também das aves, de tudo. Isso foi cuidado – é um tema que olhei – e precisa ser melhor adequado e tratado, talvez até uma sugestão, mas o que devo dizer aqui, acompanhando o



debate, acompanhando o texto, que esse texto não vai ser um estímulo ao desmatamento. Tenho certeza de que vai ser um estímulo à preservação, ao aumento da produção, da produtividade e também perante o mundo vamos passar a ter uma imagem de um país que sabe cuidar do seu meio ambiente, da sua produção.

O Senador Viana estava conosco no encontro na casa do Príncipe Charles. Ele assistiu e está aqui. Qual era o debate? Era tentar desmerecer o Brasil, desmontar a imagem do País que tivemos que fazer a defesa olhando o nosso setor por exemplo e todos os dias, em algum lugar do mundo alguém tentando criar obstáculo para um País que, em poucos anos, se transformou, por exemplo, no maior exportador de carne de frango do mundo, com 41% de tudo que se exporta de carne de aves para o mundo 41% e o segundo, Estados Unidos, com 37%.

O Brasil dá passos rápidos, a gente abre o mercado com nossa competitividade, nossas condições a fruticultura. Imaginem três mil horas de sol no Nordeste! Quem vai competir? Muito doce tudo, tudo saudável, gostoso. O Brasil chega e está lá.

O Senador Reinhold Stephanes deve ter andado como eu e minha tristeza era chegar, quando ministro, ir para o supermercado e olhar nas gôndolas e encontrar frutas argentina, chilena e nenhuma brasileira. Aí, fizemos um acordo com a rede Carrefour que nos permitiu colocar frutas para degustação. Quando chegou a fruta brasileira foi para chegar e ficar. Pescado. Imagine, Senador Moka, o seu Estado, 270 espécies de peixe de água doce! Que país é esse?

Então, acho que temos todas as condições da gente avançar, preservar, aprovar esse marco legal. Pior é não aprovar e deixar como está e a cada ano a Presidenta Dilma e o Presidente Lula prorrogar a vigência porque é impraticável. Então, uma lei que é impraticável não é boa e tem que ser mudada, tem que ser melhorada.

Acho que o texto aprovado na Câmara foi suficientemente estudado, cuidadosamente estudado, e, por isso, recebeu a votação da maioria absoluta e acho que no Senado, tenho certeza absoluta, não será diferente, até porque esse debate unindo comissões, trazendo experiências, é muito válido. Louvo a iniciativa do Senado de continuar isso.

Quando nós falávamos, em princípio, na Lei de Biossegurança, logo que entrei aqui e quando era ministro, fui processado porque a CTNBio aprovou a primeira variedade de uma semente transgênica. E fui processado. Esse “talibanismo” depois foi cessando. No início, na Câmara, Senador Moka, tínhamos que fugir da sala de tão radical era o debate sobre transgênico. Era palavra feia e existia um conceito colocado nas placas do Brasil: transgênicos diziam que eram sementes da morte. Aí vinham os nossos cientistas com um palavreado muito rebuscado, muito refinado e não conseguiam se sobrepor a uma frase popular: “transgênico, semente da morte.”



O mundo inteiro hoje calou porque sabe que a ciência não pode estar à serviço da vida sem estar à servido do alimento que é vida. E foi a Academia Brasileira de Ciências que nos deu a luz para aprovarmos um projeto de biossegurança. Ela chegou e disse: estamos a favor, é isso aí, a inovação caminha por aí e o debate de 12 anos atrás no mundo era assim: vocês têm soja transgênica? Se tiverem, fim de papo.

Hoje pergunto a cada um dos que estão nos acompanhando: onde há no mundo disponibilidade de soja que não seja transgênica? Os maiores produtores produzem soja transgênica, sem nenhum mal, estudando conceitos da Organização Mundial da Saúde, da União Europeia, sem falar nas nossas universidades, na USP etc. Ainda há algum debate de um mercado que chega e diz que prefere soja convencional. Tudo bem, maravilha. O gosto do consumidor tem que ser atendido e assim é o debate do Código Florestal.

Agradeço muito, espero que tenha ficado no meu limite e tenha trazido apenas a preocupação do nosso setor. Se o texto fosse aprovado com algumas sugestões que já vieram da área de preservação permanente e reserva legal, dois milhões de pequenas propriedades do Brasil ficariam inviabilizadas. Retaliamento da propriedade no Brasil é a tônica, é natural, é sucessão familiar mesmo. Então, não haveria como. Esse texto cuidou disso e é talvez para mim a coisa mais importante, a viabilização da pequena propriedade no Brasil, produtiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado Ministro Francisco Sérgio Turra pela sua contribuição nesse debate e passo agora a palavra...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT - MT) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT - MT) – O Ministro Francisco Turra disse que Mato Grosso do Sul tem 270 variedades. Mato Grosso tem quase mil, não é Moka? A serem descobertas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Você não ouviu a provocação do Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT - MT) – Estou dizendo que Mato Grosso do Sul tem 270 espécies e Mato Grosso quase mil a serem descobertas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É a eterna disputa entre os Mato Grossos.

Passo a palavra agora por 20 minutos para o Ministro Reinhold Stephanes. Se V. Ex<sup>a</sup> precisar de mais a Mesa será tolerante, mas com 19 a campanha vai tocar automaticamente.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** – Bom dia a todos. É um prazer estar novamente nesta Casa e acredito estar entre amigos. Essa discussão que existe quanto à rapidez ou não da aprovação do novo Código Florestal, código



ambiental, acho que é uma discussão desnecessária. Vamos continuar discutindo, ao longo ainda de muitos anos, essas questões ambientais e o aperfeiçoamento da legislação.

O que acho que é importante considerar é que temos hoje um conjunto de normas, que é composto de quase 16 mil itens, que nunca foi discutido, que nunca foi debatido, simplesmente vem sendo imposto, e se criou esse grande conjunto de normas, dentro das quais quase todos nós estamos (*inaudível*) e principalmente o agricultor que não lê Diário Oficial.

Então, alguém pode dizer: bom, o Código de 1965 foi elaborado por profissionais. É verdade, foi. Já a Medida Provisória de 1996, que se transformou em lei, em 2001, essa não foi discutida, sequer aprovada pelo Congresso e sequer passou pelo Senado. E todas as normas que vieram como decorrência, e aí só as normas do Conama têm um volume de mil páginas em letras pequenas e normas, só isso, considerando todos os outros que emitem normas diariamente pelo Brasil, são normas que não foram efetivamente debatidas e discutidas e nem colocadas em função da academia, da ciência ou da realidade. Então, evidentemente, como primeira premissa, eu diria o seguinte: é importante aprovar, esse código foi debatido, foi discutido, talvez ainda falte alguma coisa, não tenho dúvida quanto a isso, mas temos condições de manter isso num processo dinâmico e, com certeza, vai ser mantido dentro de um processo dinâmico, de aperfeiçoamento futuro, mas no momento é importante que se tenha uma lei para que se comece efetivamente esse processo.

É importante também citar que nesse período – se pegarmos 1965, depois 1996, não sei se a gente pega como data 1996, quando saiu a medida provisória, ou quando foi transformada em lei, em 2001, essa é uma dúvida que cabe ainda ser decidida –, evidentemente houve uma evolução da ciência, houve uma evolução da tecnologia, houve uma evolução dos métodos de produção de sustentabilidade no Brasil.

Eu até chamo à atenção, é uma coisa muito interessante, eu consegui recuperar a capa de uma revista chamada *O Conservacionista*, isso aqui tem mais de trinta anos, era uma revista que circulava no interior do Paraná junto à agricultura do Paraná. Sabe quais os assuntos tratados aqui? Plantio direto, conservação de solo, erosão, papel das minhocas na formação do solo e como produzir biogás. O que quero dizer com isso é que há mais de quarenta anos se discute, se estuda e se trabalha no campo no sentido de melhorar a sustentabilidade e a conservação do solo no campo. Talvez para nós urbanos isso seja uma novidade, tenha vindo a partir da Eco-92, mas no campo isso é muito antigo. Quer dizer, a Embrapa Norte de Belém estudava solos, lembro que os primeiros documentos sobre estudo e conservação de solos datam de mais de quarenta anos, dos órgãos que antecedem a Embrapa, o antigo DNPEA. Este é um assunto que vem sendo tratado há muito tempo. Hoje temos tecnologias no Brasil, como o plantio direto, que é extraordinário, é uma invenção brasileira, não



obstante o seu início ter-se dado no Canadá, mas onde ela se tornou efetiva, em mais de 70%, por exemplo, no Paraná é feito em plantio direto, que usa uma técnica de conservação de solo. Fixação biológica do nitrogênio também foi algo que surgiu no Brasil e que hoje se expande. A integração lavoura/pecuária/floresta que são tecnologias de sustentabilidade. Recuperação de áreas degradadas, e aí o Turra falou bem, o que temos para recuperar de áreas degradadas, combate biológico a pragas. O que eu quero dizer é que a ciência, no caso da Embrapa, e aí tem que ficar muito claro, a maior concentração de conhecimento, em termos de sustentabilidade, em termos de meio ambiente, em termos de meio ambiente e em termos de emissão de gases e efeito estufa, por incrível que pareça, está na Embrapa e no sistema de pesquisa brasileiro. Digo Embrapa e mais as outras dezessete unidades de pesquisa brasileiras. É ali que temos a maior concentração de doutores e pós-doutorados em conservação e meio ambiente – inclusive existe uma Embrapa chamada Embrapa Meio Ambiente, além da Embrapa Florestas. E são órgãos que pouco participaram deste debate ao longo dos anos, mas que têm estudos extraordinários sobre essa questão de mudanças climáticas, impactos na agricultura, cenários futuros, o que vai acontecer com o café em Minas, com a fruta, em Santa Catarina, etc. São estudos que vêm sendo feitos há muito tempo. E muitos desses estudos hoje já não são mais de prateleiras, são coisas efetivamente praticadas.

O que quero dizer com isso? Duas coisas: que os estudos vêm acontecendo já há muito tempo, a consciência em relação a isso vem evoluindo também já há muito tempo no campo e esse processo ainda vai continuar evoluindo. E muitas questões de sustentabilidade não precisam ser impostas por lei no sentido de que se preserve tanto, às vezes de margem mais ou menos, porque pela ciência, pela tecnologia, você pode precisar de mais ou menos margem no sentido de conservar água ou de conservar o solo. Esse é um processo de evolução.

Feita essa pequena introdução, antes de entrar nos pontos que me foram solicitados, gostaria de dizer que eu li os trabalhos apresentados pela SBPC – participei de três reuniões da SBPC. E a conclusão a que cheguei, escrevi isso num artigo que vai ser distribuído, foi publicado e não foi respondido, numa página inteira da *Folha de S.Paulo*, mostrando que ela não havia apresentado absolutamente nenhuma novidade, era uma mera compilação de dados e informações de estudos do passado. E as sugestões que ela fazia eram sugestões absolutamente praticadas já pela agricultura. Uma delas era crescer por produtividade. O Turra bem falou. O Brasil é o país que mais cresce em eficiência no mundo nos últimos dez anos. Não é o mais eficiente, mas é o que mais cresce. É o que mais aumenta a sua produção, em quase 70%, o nosso aumento de produção é eficiência e produtividade. Ou seja, a recuperação de áreas degradadas, todo estudo, mas com detalhes. Os senhores não imaginam o número de detalhes. Existem estudos, e muitos já sendo aplicados, no sentido de





recuperação de áreas degradadas para fixar novamente o carbono, o CO<sub>2</sub> na terra. Quer dizer, como isso será feito.

Com isso também quero desmistificar um pouco as colocações que vêm sendo feitas pela academia. Essa mesma discussão, a mesma colocação que estou fazendo aqui eu fiz do plenário para os apresentadores, e não houve discordância nas minhas colocações. Claro que eu os respeito, eles devem participar, e nós devemos continuar num processo de constante debate. E devemos continuar num processo de constante aperfeiçoamento. Mas neste momento, acho que precisamos de uma legislação, o mais rapidamente possível, no sentido de darmos os passos seguintes.

Foram-me solicitados alguns tópicos a serem abordados que são os tópicos mais polêmicos.

Vamos começar por um dos que considero o mais simples, porque acredito que exista uma possibilidade de entendimento entre o meio ambiente e os que têm uma posição de manter o projeto aprovado na Câmara, que é a questão das margens de rios. Áreas consolidadas em margens de rios até 10 metros já têm uma solução muito clara. Nesses rios, com largura de até 10 metros, em vez de recompor 30 metros, recompõem 15 e utilizam os outros 15, embora plantando com sustentabilidade. Quando falo plantando com sustentabilidade, a melhor técnica é o chamado plantio direto, que é uma técnica altamente difundida. Não temos nenhum problema em adotar, eventualmente, outras tecnologias que tenham sido utilizadas para evitar que se polua a água. É claro que estou, assim, enxergando muito mais a coisa de Minas para baixo, do Mato Grosso do Sul para baixo, que têm uma situação um pouco diferente, quer dizer, se falarmos, talvez, do Acre ou do bioma amazônico, evidentemente, que são coisas um pouco diferentes. Mas a discussão está se fazendo em torno das áreas das margens dos rios que têm mais de 10m de largura. Então, se pegarmos o Paraná, temos quatro rios que nascem no leste, atravessa o Estado inteiro e vão desembocar no rio Paraná lá, no oeste, e, evidentemente, são faixas de áreas enormes, passa por todas as faixas de produção, e o Paraná já está consolidado, em termos de área de produção, há mais ou menos 30 anos, de lá para cá não se desmata mais nada porque já está mais ou menos consolidado nesse período. Então, temos ali rios, quer dizer, onde teremos que recompor entre 100 a 500 m de largura de área. Ora, grande parte das propriedades, e, ali, no Paraná, 90% das propriedades são pequenas, estariam inviabilizadas porque seriam engolidas em parte ou até algumas integralmente por essas margens. Então, evidentemente, o espírito da legislação que veio é de que, se for área consolidada e que se mantiver no mínimo os 15 m e plantar com sustentabilidade, não precisa recompor, pelo menos, é essa a ideia. A discussão está, se isso se fará por decreto, como o Governo deseja, ou se a lei já estabelece a regra, que é o baixo impacto ambiental e o interesse social, que já está lá. Essa é a discussão. O que havia sido sugerido, à época, e aceito pelo Aldo Rebelo e que, agora, vi que essa



sugestão também parte de um documento do Ministério do Meio Ambiente, se não, tudo bem, concordamos, mas vamos estabelecer um determinado limite. Então, primeiro, dividiram, não se aplica dessa forma para o bioma amazônico, eles queriam um fórmula diferente, mas, para todo o resto do Brasil, eles aceitam que tem que recompor, no mínimo, 30 m, aí, não 15, nessas propriedades acima de 10 m de largura, 30 m, e, aí, também, para o bioma amazônico, no mínimo, 30 m, mas, nas áreas fora do bioma amazônico, esses 30 m, desde que não ultrapasse 20% do tamanho da propriedade, que é alguma coisa aceita pelas cooperativas e pela agricultura. Aí vou dar o exemplo: a pessoa tem 10 ha na margem do rio, então ele recompõe, é permitido recompor ali apenas 2 há, porque, com 8, continuará plantando e produzindo, ele perde 2, ele se sacrifica com 2, mas tem 8 para produzir, se ele tiver 20 ha, ele só sacrifica 4, ele tem 16 para continuar produzindo, agora, se ele tiver 100 ha, sacrifica 20, se tiver 1000 ha, sacrifica 200. Só que, aquele que sacrifica 200, pode contar, porque já entra nas propriedades maiores, pode contar aquela parte como reserva legal também, pode somar a reserva legal.

Então, é uma fórmula relativamente inteligente, é uma fórmula boa e que, pelo que entendi, pelo documento que foi mandado pelo Ministério do Meio Ambiente, eles também concordam com essa fórmula, que seria uma forma de conciliar um dos pontos que está em conflito.

A segunda questão é, evidentemente, encostas, topos de morro e várzeas, quer dizer, qual é a posição que nós tomamos. E aí as questões ainda não estão muito bem ajustadas com o pensamento do Ministério do Meio Ambiente. Mas me parece muito claro que, se plantamos sem agredir o meio ambiente, sem problemas com o meio ambiente, sem erosão – claro que não há biodiversidade, mas não há erosão – não há emissão de gás de efeito estufa e plantamos. Vou só dar os exemplos que são clássicos: o vinho no Rio Grande do Sul, que está sendo plantado com sustentabilidade. Se ele está lá, há 50 anos ou 100 anos, e está cada vez mais produtivo, significa que o solo está sendo conservado, porque, se não tivesse, ele não estaria cada vez mais produtivo, ele nem se sustentaria ou, se as maçãs de São Joaquim, aquela coisa fantástica, que é a produção de maçã de São Joaquim, a capital brasileira da maçã, que, praticamente, derrubou a maçã argentina no Brasil. A suculência daquela maçã não se compara com a maçã farelenta da Argentina, não é? É, aquele isopor. Bom, vejam bem, se estão lá os morros e estão plantados, não estão erodidos, gente, por que tirar aquilo de lá? Ou mesmo cafés em Minas e assim por diante. Quer dizer, podemos dar os exemplos, e, principalmente, uma coisa que pouca gente observou: mas quem foi o Ministro da Agricultura, e o Paulinelli talvez conheça melhor do que eu, até por que vem de áreas muito quebradas em Minas, gente, o que tem de pastoreio e gado em cima de encosta e topo de morro, a gente não entende como é que ele sobe lá, mas ele está lá, porque são pequenas propriedades, elas vivem disso, e o interessante é raro ver o morro com



problemas, é raro, eles estão lá, basta pegar o helicóptero e sair sobrevoando isso, fiz muito isso.

Então, gente, isso tem que continuar lá, agora, sempre dentro de uma ideia, que é a da sustentabilidade. Como já temos tecnologias, e elas estão aí, ou praticadas, porque, se ele não praticar uma boa tecnologia, ele não vai continuar durante muitos anos lá, e ele tem que aumentar a sua produtividade a cada ano, então, evidentemente, que estão procurando a sua própria tecnologia. Também, o próprio Código, da forma que está elaborado... Então, vejam bem, da forma como as coisas estão colocadas na legislação, que esse plantio deve continuar com sustentabilidade, acho que está perfeito, acho que não há o que mudar nisso. O que surge é uma dúvida que foi levantada pelos ambientalistas, que é uma questão, digo, os ambientalistas foram ao Ministério do Meio Ambiente, e vejam bem, não estou falando em nome deles não, estou apenas dizendo que li os documentos, e sinto quais são as eventuais dúvidas que têm ali. É que há um entendimento, talvez por uma redação não muito bem feita de que é possível se criar, se utilizar novas APPs, ou seja, eles acham que a redação do art. 8º não ficou muito clara, porque o que se defende como importante são apenas áreas consolidadas que não têm impacto, que não têm risco, que estão lá, que estão produzindo. Não se deseja criar novas áreas, ou seja, onde o morro não está utilizado, onde a encosta não está utilizada, onde a várzea não está utilizada, não está se pedindo que se abram condições para sua utilização.

Então, se a redação está induzindo a essa possibilidade, é só melhorá-la, isso é que tem que ser feito, assim como também vem sendo colocado que, no art. 8º, as áreas consolidadas, enfim, de interesse social, de baixo impacto ambiental, previstas em lei...

Quer dizer, a preocupação é de que nova lei tem de ser feita. E aí se cria um debate jurídico, um vácuo. Então, tem-se que melhorar essa redação, isso não pode depender de nova lei. Vejam bem, em relação aos três tópicos que me foram pedidos por ofício eu me pronunciei. É o problema das margens acima de 10 metros, acho que tem uma solução fácil, conciliável; a questão das encostas e topos de morro também tem uma solução e a questão de melhorar uma redação para evitar que haja uma interpretação duvidosa ou que precise de nova lei.

Eu teria apenas mais dois pontos para colocar. Quantos minutos eu ainda tenho? Acho que pulei um ponto importante, a questão da chamada "anistia". Temos três situações: para aquele que agiu de acordo com a lei na época em que a lei permitia, evidentemente, não há o que se discutir. Se ele foi multado, autuado, não sei o que aconteceu, morre. Aquele que cometeu uma ilegalidade entre... Aí temos que ver se a data é 1996, a primeira medida provisória, ou 2001 até a data do decreto, julho de 2008, que ele cometeu. O que a legislação que vem prevê? Prevê que ele tem de recompor. Ou seja, ele vai pagar por serviços ambientais aquele crime que ele eventualmente cometeu, entre



aspas. Eu estaria disposto a defender isso como correto, porque o objetivo maior da lei é fazer a recomposição, é você atingir objetivos ambientais.

Esse é o grande objetivo, o objetivo não é punir, não é prender ninguém. Se eu atingi esse objetivo, ótimo, até porque temos de entender que muitos desses que foram lá e compraram mil hectares imaginando que podiam derrubar 50, aliás, 500, não derrubaram. Passados dois, três anos, muda a lei... Então, tudo bem, ele até pode ter infringido a lei, mas, sob a ótica deles, é assim: “eu comprei mil, posso derrubar quinhentos. Se eu soubesse que era só duzentos eu nem teria comprado, não seria econômico eu comprar a área”. Então, embora ele tenha infringido a lei, tem que haver certa compreensão também com isso. Desde que isso seja recomposto, meu Deus, e isso tem um custo de recomposição, acho que é uma forma de compensação. Aí eu acho que é uma questão de bom senso ao se elaborar uma lei. Agora, atenção, nós temos três situações. Uma que não se discute, uma segunda que pode ser discutível e agora, evidentemente, aquele que derrubou a partir da data que está estabelecida – ela pode ser modificada – tem de pagar a multa.

Chamo a atenção para outra questão. Essas multas, se nós a examinarmos, muitos excessos se cometeu. Vou me permitir, e peço desculpas, dizer apenas que, infelizmente, o Presidente da República não leu quando baixou o decreto da criminalização. O Ministro do Meio Ambiente também não leu. Isso eu disse na época e ambos concordaram que não haviam lido, tanto que, três dias depois, o Presidente suspendeu, possivelmente pouquíssima gente leu esse decreto. Se alguém ler esse decreto, verá o quanto é possível praticar excessos em relação à criminalização do homem do campo. É impressionante o que está escrito naquele decreto. Você pode ser preso, você pode ter uma multa de R\$50 mil por uma simples lada de minhoca que você retirou da reserva legal. O decreto, efetivamente, é uma peça que merece se lida. Evidentemente, vai ser alterado.

Por que estou dizendo isso? Além disso, muitos excessos. Posso citar *n* exemplos, no porto do Amazonas, onde passa o rio Iguaçu, todo poluído, seis vaquinhas de um pequeno produtor romperam a cerca e foram tomar a água, que era poluída, absolutamente poluída, do rio. O homem teve as seis vaquinhas confiscadas e uma multa que é superior ao valor da terra dele. Então, também temos que olhar um pouco isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas esse decreto a que o senhor se refere está em vigor?

**O SR. O SR. REINHOLD STEPHANES** – É esse que está em vigor no momento. Ele merece ser analisado. Agora, só para mostrar um pouquinho o espírito da coisa, em abril deste ano foi baixada uma portaria pelo Ministério do Meio Ambiente que tem as seguintes expressões, só vou citar duas expressões, é uma portaria muito longa, para que alguém possa regularizar a sua área. Ele faz uma declaração que diz o seguinte: declaro que renuncio ao direito de recorrer administrativamente em relação ao auto de infração. O sujeito tem de declarar.



Mas espere, não cheguei ao ponto principal: Confesso a autoria, a materialidade e a extensão dos danos, conforme consta no referido auto de infração. Ou seja, o fiscal vai lá, multa, e ele assina uma declaração em que confessa que cometi todos esses crimes, senão não converso mais com você. Então, veja, só para mostrar um pouco desses excessos. Temos de zerar esse jogo, começar um jogo melhor.

As sugestões... Aí gasto um minuto apenas para dizer que eu acho que teria de ser reexaminada a questão dos quatro módulos. O Presidente Lula havia concordado com isso numa reunião. Tudo bem que mudou o Governo. O Lula usou a frase: “fazer que nem o imposto de renda”, Foi a frase que ele usou. E isso significava o seguinte: se você tem 4,5 módulos ou 4,1, hoje você está fora do benefício, não tem a reserva legal. Então, eram sempre descontados 4 módulos. Ficou claro isso? Não? Você tem 8 módulos ou 5 módulos. Você só tem obrigações legais de recomposição de reserva em relação aos 4 módulos ou ao 1 módulo respectivamente. Os primeiros 4 estão isentos. Eventualmente pode-se até colocar uma regra de propriedade, de tamanho, para ter essa transição, porque muita gente que tem 4,1, 4,2, 4,3 está fora da regra e está fora da regra. Então, talvez isso mereça uma pequena adaptação. Claro que se o sujeito tem 10 mil hectares... Também não vai fazer diferença você tirar 4 módulos de 10 mil hectares porque ele vai ter de fazer a recomposição no resto.

Mas essa era a ideia do Lula: “que nem o imposto de renda usa”. Eu me lembro que o Presidente Lula achou interessante ser como o imposto de renda, mas depois isso acabou caindo fora no texto. Então, tem-se que dar uma olhada. Uma questão que coloco para debate, e aí invoco o meu querido Estado do Acre, o meu querido Senador Jorge Viana. Antes disso invoco o Pará. Vejam bem, o Brasil adota uma legislação rígida, a mais avançada do mundo, a mais limitante, a que mais custa para o produtor, entre aspas, porque ele também vai ter vantagens, é claro, mas a mais restritiva. Quer dizer, eu tenho restrições para o plantio do arroz aqui, mas posso importar o arroz do Uruguai sem nenhuma restrição. Se eu tenho restrição aqui eu posso importar do Paraguai sem absolutamente nenhuma restrição.

Eu posso ir plantar no Acre – onde praticamente tudo é proibido plantar – e onde se importam até verduras... Eu digo isso porque foram pedir, a assembleia esteve comigo para abrir um posto na divisa para facilitar importações de feijão e de outros produtos. Então, vejam bem, eu não permito que derrubem a floresta do lado de cá, mas aceito que derrubem do lado de lá e compro do lado de lá o produto.

Então, tem que haver uma certa reciprocidade, o que nós é exigido por outros países em outras questões. Eu vou pegar o dendê. Nós não plantamos o dendê no Pará em áreas degradadas, não aceitamos para recuperar e olha que o dendê é a melhor espécie para recuperar áreas degradadas. A melhor, não existe outra melhor para áreas degradadas na região, evidentemente, do Norte, onde dá



o dendê. Porque, primeiro, pode-se plantar praticamente na areia; segundo, tem-se que fazer a cobertura do solo para ela com alguma leguminosa; terceiro que, a cada 10 hectares, dá pelo menos a mão de obra de um trabalhador, dá o ano inteiro. Enfim, nós importamos a metade do dendê. E aí, vejam que coisa interessante. Nós não aceitamos plantar o dendê lá, até porque é considerado exótico, agora estou falando do Pará... Não, esse é um estudo científico da Embrapa, estou me referindo a algo bem técnico, bem científico, mas aceitamos que a Malásia derrube florestas para plantar dendê e vender dendê para nós. Entende? Então, existiu já uma emenda minha anterior para se colocar um pouquinho essa discussão da reciprocidade. Imaginem a Europa ter que vender para nós o vinho e o queijo e nós exigirmos o mínimo. Porque lá não tem, há menos de 1% da floresta em pé. Ou seja, diminuiria até a pressão contra o Brasil desses países que normalmente não têm regras, mas exigem que o Brasil tenha regras. Eu acho que deveria haver uma certa reciprocidade. Nós elaboramos até uma emenda que eu considero inteligente, porque atribui isso à Camex, atribui ao meio ambiente, atribui a todo um procedimento para que se exija que os países que exportam para o Brasil, em determinadas situações, tenham pelo menos uma certa correspondência de respeito ao meio ambiente, porque hoje nós importamos de qualquer país, em qualquer condição de produção.

Gente, muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado, Ministro Reinhold Stephanes. V. Ex<sup>a</sup> foi bem objetivo e trouxe contribuições certamente muito significativas a este debate.

Passo agora a palavra...

Eu quero pedir desculpas, que...

**O SR. REDITARIO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

**O SR. REDITARIO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Para dar uma pequena explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não. Com a palavra o Senador Reditario Cassol.

**O SR. REDITARIO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Quero agradecer ao Sr. Ministro pelo esclarecimento, o ilustre que acabou de encerrar a palavra.

Em primeiro lugar, nessa discussão sobre a parte do código ambiental, nós temos que também nos preocupar com os órgãos ambientalistas. Nós temos muitas falhas neste Brasil pelos próprios órgãos ambientalistas. A começar por Rondônia, o ilustre Senador ali, o Acir, que é testemunha das devassas de queima que nós tivemos em Rondônia, onde, há uns 60 dias, fiquei muito aborrecido com o órgão do Ibama, quando fui levar ao conhecimento que ao longo da 364 a queima era só o que estava tendo. Eu fui tratado como um animal.



Vejam bem. Além de o Ibama ter uma dívida muito grande com a reposição florestal em Rondônia, nós temos que parabenizar o Instituto Nacional do Pinho, quando funcionava como Instituto Nacional do Pinho. Os catarinenses estão de parabéns, os ilustres Senadores aqui, a proteção da mata que nós temos nas águas, nas montanhas, tudo lá ainda iniciado naquela época.

Quando transformaram em Ibama, a coisa mudou. Foi em 77 que nos mudamos para Rondônia, o Ibama cobrava reposição florestal e nada aconteceu. Bem ao contrário: estão perseguindo os madeireiros com a força da Polícia Nacional. A

fiscalização com 6, 8 policiais com 2 fiscais do Ibama perseguindo os madeireiros que tiram as torinhas onde os grandes fazendeiros destroem a Mata, E o Ibama não está nem vendo. Vejam bem, madeiras paradas, que é onde aproveitam matérias primas que vão apodrecer, vai ser queimada. Então, nós temos que começar, em primeiro lugar, com os órgãos ambientalistas chamarem a atenção e cumprirem com os seus deveres. E vamos ser objetivos para realmente aprovarmos esse código florestal para agir em todo o Brasil, porque a coisa está ficando feia, muito feia. Digo a franca verdade.

Então, a gente agradece a todos os Senadores, o Ministro, todo mundo, Deputados, aqueles que estão com bom pensamento para realmente fazermos coisas melhores aqui, mas irmanados com os ambientalistas. E que tenham mais responsabilidade, porque se precisa aprovar alguma coisa com a falta da consciência do próprio órgão do Ibama no Estado de Rondônia, a gente aprova.

Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cassol. Eu quero pedir desculpas porque o Senador Relator Luiz Henrique tinha avisado à Mesa que chegaria um pouco atrasado porque estava em audiência no Palácio do Planalto e eu, por um lapso, não registrei. Quero fazê-lo agora. E, ao mesmo tempo, agradecer, registrar a presença do Deputado Nelson Morro, do Deputado Valdir Colatto e do Deputado Luiz Carlos Heinze, que também nos honra muito com a sua presença aqui nesta audiência pública.

Com muita alegria agora passo a palavra ao grande mestre, Ministro Alysson Paulinelli.

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, meu prezado amigo Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Agricultura, o nosso Senador Acir, Srs. Relatores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o convite que me foi feito para, pela segunda vez, trazer a minha opinião com referência ao Código Florestal Brasileiro. Faço-o com o maior entusiasmo, porque sei que o Congresso Nacional tem figuras capazes de buscar as soluções mais adequadas dentro do atual contexto brasileiro, haja vista o



hercúleo esforço que fez o Deputado que montou o projeto que aí está, Aldo Rebelo. Eu tive oportunidade de acompanhá-lo em algumas de suas audiências e fiquei impressionado com sua capacidade de apreensão, a sua capacidade de entender as dificuldades do Brasil de hoje. De um lado, o setor produtivo, que cresceu, que se transformou hoje numa das grandes alternativas na produção de alimentos, na produção de energia renovável no mundo e os ambientalistas. Ele foi capaz e teve paciência de ouvir a argumentação de ambos e propor, pelo menos em sua grande parte, soluções que viessem trazer uma busca do entendimento e, principalmente a viabilização para uma lei que não está em condição de ser cumprida. Isso é perigoso para o Brasil.

Eu quero de antemão dizer que eu concordo absolutamente com o que foi dito pelos meus dois antecessores colegas, tanto o nosso Ministro Turra, que eu conheço bem e de quem tive a oportunidade de acompanhar o esforço no Ministério e que trouxe aqui algumas observações importantes, especialmente no setor onde ele atua. E também o nosso Deputado e ex-Ministro Reinold Stefanek, que foi muito objetivo e que aqui levantou questões localizadas de onde se processam as maiores controvérsias.

Eu pediria aos companheiros Ministros, especialmente aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados, que a minha apresentação ficasse um pouco mais, para não repetir os detalhes que aqui foram levantados, com relação ao que eu sinto no Brasil de hoje.

É evidente... Eu fui Ministro da agricultura por muito tempo, de 1974 a 1979, quando, pelo momento em que vivíamos, pela visão de um Presidente que foi muito interessado no setor agrícola, o setor pôde montar algumas de suas estruturas que estão dando frutos ao País. Por que se fez isso? E essa é uma preocupação que eu tenho, porque muitos dos legisladores são bem mais novos do que eu e, talvez, não tenham fixado na memória o que era o desafio brasileiro nas décadas de 60 e 70. Eu sou profissional do setor e tive a oportunidade de participar na administração de uma universidade, na administração do setor agrícola de um Estado e, depois, com muita honra, da administração do setor agrícola do País.

O Brasil é um país tropical e, por ser tropical, ele pagou pesadíssimos juros pela falta de conhecimento dos seus biomas. O mundo se desenvolveu nas regiões temperadas. Foram quatro milênios, no mínimo, para se formar a agricultura tradicional que o mundo detinha nessa época. Países ricos investiram muito em ciência, em tecnologia, em infraestrutura, na formação de grandes empresas de comercialização ou, enfim, fizeram um esforço programado para assumir a posição que tinham no mercado internacional de alimentos e de fibras. E isso trouxe a países tropicais em desenvolvimento, especialmente a países como o Brasil, um constrangimento de não serem competitivos. O Brasil, na realidade, não tinha capacidade competitiva para enfrentar as grandes nações do mundo, a não ser em produtos tropicais, que lá não se produziam.





Vejam bem o que estou dizendo: o Brasil, por ser tropical, não tinha capacidade de produzir o quanto ele necessitava para si próprio. A grande evolução brasileira se passou especialmente entre a década de 30 e a década de 60. Getúlio Vargas foi o primeiro a fazer um plano de industrialização, um plano de industrialização que atendeu às necessidades brasileiras, especialmente em alguns segmentos que nós precisávamos. Por exemplo, a siderurgia, a Companhia Siderúrgica Nacional, a siderurgia de pequeno porte, especialmente a gusa. E, assim, Getúlio Vargas conseguiu também evoluir nas indústrias de transformação, tecelagem, madeiras, etc. Como ele fez isso? Ele conseguiu fazer essa “industrialização” – entre aspas – através de compra de tecnologia, de busca de novos conhecimentos lá fora, e nós, brasileiros, importamos o conhecimento, as indústrias e até matéria-prima de produtos industrializados. Até os galpões que abrigavam as nossas indústrias eram importados. No meu Estado, por exemplo, eu vejo lá, ainda, verdadeiras peças de museu, galpões importados dos Estados Unidos, da Inglaterra – especialmente da Inglaterra –, da Holanda e de tantos outros. Foi uma indústria montada sobre a economia gerada na agricultura pelo café.

Poucos analisaram que, na década de 30, o Brasil tinha um estoque de 61 milhões de sacas de café, e que as Getúlio administrou muito bem, porque precisava desse dinheiro para fazer o seu primeiro grande programa de industrialização, chamado Programa Estratégico de Desenvolvimento da Industrialização Brasileira. Foi no café, e Getúlio começou a verificar que, como ele próprio colocou mais café no mercado, o preço caiu. Ele teve a coragem de queimar estoques na praça pública para sustentar o preço do café, e ele foi sustentado. E Getúlio concluiu seu plano de industrialização, que começou a modificar o Brasil.

Os senhores já se apercebiam bem, na década de 50, da presença de um conterrâneo meu que, efetivamente, provocou uma profunda mudança no Brasil. Foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem de uma capacidade de trabalho, de uma comunicação efetivamente modelar, que fez com que o brasileiro acreditasse em si próprio. O seu programa de desenvolvimento de 50 anos em 5 de governo foi uma realidade. Poucos observaram que Juscelino pegou no chamado IBC daquela época um estoque de 81 milhões de sacas de café, que deram a ele tranqüilidade para executar o seu plano praticamente sem grandes endividamentos do País.

Era o café que sustentava sim! Sustentou a industrialização brasileira e provocou uma mudança no próprio meio rural brasileiro. Se, em 1930, quando Getúlio começou o plano de industrialização, o Brasil só tinha 20% de sua população urbana, quando completa Juscelino o seu plano de governo, o Brasil era outro: metade da população era urbana; metade era rural. As concentrações urbanas passavam a exigir aquilo que o Brasil não estava em condições de produzir.



Lembro-me bem, ainda de calças curtas, da fazenda do meu avô. A fazenda do meu avô era a fazenda típica brasileira. Nas várzeas mais baixas, plantava-se o arroz; nas mais altas, plantava-se o milho e, no meio dele, o feijão e, às vezes, até a mandioca. Cultivava-se um cereal importante, que era o milho. Havia uma horta relativamente suficiente para abastecer a verdura da propriedade, havia as galinhas, havia a vaquinha que se soltava no cerrado brasileiro – era uma vaca para dez hectares –, havia o bezerro, produzia-se carne. Na fazenda do meu avô só se comprava o sal e o querosene. Quando os seus dez filhos, vendo que lá não havia espaço para eles, tiveram de ir para as cidades, lá não havia a várzea baixa para produzir o arroz, não havia o milho, não havia a galinha, não havia o porquinho e não havia o leite, a vaca e a carne. Passaram a ser demandadores de alimentos, e essa demanda foi muito crescente, especialmente nas décadas de 60 e 70, quando o Brasil cresceu de fato. O que ocorreu foi que o Brasil se transformou, infelizmente, em um dos grandes importadores de alimentos.

Eu fui para o governo nesta época e me lembro muito bem das decepções que nós tínhamos. A carne da entressafra provocava flagelos, filas. Não se comia carne suficiente. Importávamos mais de 30% do nosso consumo da Argentina e do Uruguai e fomos os primeiros importadores de carne da Austrália quando ela se organizou. Nós importávamos quase 100% do trigo que consumíamos. Importávamos arroz das Filipinas e até feijão. Os Estados Unidos da América do Norte não consomem feijão, mas verificaram que o Brasil era um bom mercado e começaram a plantá-lo para vender para o Brasil. O Chile, que não tem área, nos vendeu feijão. O México, que tem pouca área, nos vendeu feijão.

Nós não tínhamos capacidade de autossuficiência. Tudo estava sendo pago pela Conta-Café. A nossa indústria era obsoleta. Está aqui o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Tenho muito respeito pelo meu amigo Rollemberg. Trabalhamos, sim, juntos na ciência e tecnologia para melhorar as condições do nosso fundo. Por isso, quero dar aqui uma informação: Juscelino teve a visão de que a indústria brasileira não podia ser caudatária de conhecimento e montou o CNPq e a Capes para poder dar ao Brasil o início de conhecimento próprio que – graças a Deus! – evoluiu para setores como a Petrobras – ela própria desenvolveu ciência e tecnologia – e o Ita, para o desenvolvimento da ciência aeronáutica.

E em 1974, foi por inspiração natural dos êxitos das organizações científicas que criamos a Embrapa, que era a chave para se dar ao País aquilo que ele não tinha: capacidade de utilizar seus biomas de forma racional e tirar deles aquilo que nós precisávamos para alimentar o País, porque a Conta-Café não estava aguentando as despesas de uma indústria importadora de conhecimento e até de matéria-prima. Posso dizer aos senhores que até as



primeiras indústrias brasileiras de tecido trabalharam com algodão importado. Isso dói em qualquer brasileiro.

O Brasil não tem outra alternativa: vai dominar o mercado de algodão no mundo, porque é vocação do País produzir, em suas áreas semiáridas, o algodão de primeira qualidade. Ninguém vai nos bater, porque hoje temos ciência e competência para isso.

Precisávamos urgentemente acudir a economia brasileira. Em 1972, acontece o primeiro choque do petróleo. De US\$3.00, passa, em menos de quinze dias, a US\$15.00 o barril; depois, de US\$11.00 a US\$15.00 o barril. Muitas vezes, no Governo, eu vi decisões de se comprar petróleo no mercado *spot* a US\$19.00, US\$20.00 para o Brasil não parar. Nós consumíamos, naquela época, 80% do petróleo que gastávamos aqui, era petróleo importado. E a Conta-Café foi ficando pequena. Ela não era capaz de sustentar uma indústria obsoleta com uma importação de alimentos crescente.

Em 1968, os Estados Unidos, que eram a grande potência produtora do mundo, passaram pelo vexame de fazer o primeiro embargo não político na exportação de alimentos. O que significa isso? Ele que usou o embargo político especialmente na Guerra Fria, contra o seu principal adversário: a Rússia, que não era autossuficiente, teve de fazer um embargo não político, porque os Estados Unidos só tinham estoques, em seus armazéns e silos, suficientes para alimentar o povo americano por mais seis meses, tempo suficiente para uma safra.

Bastou que isso vergonhosamente fosse anunciado pelo Presidente da República e se tumultuou o mercado internacional. Os preços agrícolas dobraram e o Brasil pagava caro: petróleo quintuplicado, alimento dobrado.

E os países industrializados cada dia queriam mais dinheiro pela venda do conhecimento, da tecnologia industrial que nos fornecia. A Conta-Café não seria mais suficiente.

Eu quero que, sob esse ângulo, venhamos hoje a discutir qualquer restrição que se faça à agricultura brasileira nos dias de hoje. É preciso lembrar o que fizemos, como fizemos, o que somos e o que fomos. É fundamental que se tenha a consciência de que este País viveu o drama de não termos soluções. Vamos nos endividar e ser um País quebrado ou vamos erguer a nossa consciência e fazer deste País o que ele precisa ser?

Confiou-se na cabeça, na massa cinzenta dos nossos profissionais do setor das ciências agrárias. Não nasceu a Embrapa por uma simples vontade ostensiva de se fazer um grande órgão. Nasceu da necessidade de dar ao País a capacidade competitiva que ele não tinha na produção de alimentos, além dos produtos tropicais que já produzíamos. Foi assim que nasceu essa nova consciência de agricultura no Brasil.

Lembro-me bem de que, em 1940 ou 1950, todo o Paraná foi desmatado. As cidades do Paraná não nasceram antes disso. Era terra roxa



coberta pelo que tem de bom. Foi desmatada para se produzir alimentos, assim como o oeste de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, São Paulo, terras roxas que não foram suficientes para abastecer o Brasil. Começamos, angustiosamente, produzindo nas terras médias do sul de Minas, do triângulo, de Goiás. Também não eram suficientes.

As nossas importações judiavam de nós. A Conta-Café sumia e o Brasil não tinha solução. Criar uma indústria, uma ciência industrial em pouco tempo não seria muito viável. Criar petróleo, achar petróleo – o Brasil era tido como um país que não tinha petróleo, mas felizmente a tecnologia mudou isso – ou então fazer um esforço no conhecimento do setor agrícola para que o País pudesse conhecer e utilizar seus próprios biomas. Foi muito grande...

Posso confessar aos senhores o que ocorreu comigo, e é bom que se lembre disso hoje, neste País que já forma 11,5 mil doutores por ano. Quando abriu concurso na Embrapa, tive uma briga com o antigo Dasp, porque eu queria que os que tivessem pós-graduação entrassem direto e os que não tivessem se classificassem porque nós iríamos mandar fazer pós-graduação. Vou confessar aos senhores: foram 52 pós-graduados em 1.000 vagas que criei, três estrangeiros e um naturalizado. Essa era a situação à época. Esta era a situação à época: não se tinha base de conhecimento suficiente neste País. Nós teríamos de criar essa base. Era a única alternativa que se tinha. Não vi, naquela época, muitos ecologistas gritando, porque eles também estavam pagando muito caro.

Eu tive um diálogo muito interessante. Juscelino Kubitschek foi meu paraninfo e eu fiz um discurso violento contra ele como estudante, dizendo que, se ele tivesse feito pela agricultura brasileira o que ele fez pela indústria, estradas e energia, o Brasil seria outro. Eu estava errado. Nós não tínhamos conhecimento. Seria jogar dinheiro pela janela e não obter resultados. E sabe o que ocorreu? Ele queixou a mim que todos os esforços que fez para melhorar as condições da família brasileira estavam sendo baldados em função do custo da alimentação. A família brasileira, na década de 70, consumia de 42% a 46% de toda a sua renda, não é do salário mínimo, não, de toda a sua renda em alimentação, não sobrando, naturalmente, para vestimenta, transporte, saúde, educação, moradia, etc.

Meus amigos, essa era a situação da década de 60, quando se levantou a bandeira: ou fazemos conhecimento próprio em condições brasileiras, para se produzir no Brasil, ou vamos quer que capitular. Era um grande desafio. Nasce a Embrapa.

Eu vou dizer aos senhores que conseguimos, na época, 200 milhões de dólares do Banco Mundial e mandamos 900 profissionais da Embrapa fazerem cursos fora. Mandamos 468, das 17 instituições estaduais, fazerem curso fora; e mais 99 professores das nossas universidades fazerem curso, com uma determinação que era fundamental e para mim a chave da mudança: ciência vocês vão conhecer nos grandes centros científicos do mundo, mas tecnologia vocês vão fazer aqui, nas condições brasileiras, e resolver o nosso problema.



Essa era a marca. Eles foram e voltaram. E em menos de 20 anos mudaram a feição brasileira. O Brasil passou a ser outro.

A soja brasileira, quando eu entrei no governo, só produzia, Senadora Ana Amélia, 200 mil toneladas. Sabe por quê? Porque a soja que estava aqui era a que veio lá do Hemisfério Norte: da China para os Estados Unidos e dos Estados Unidos pra cá. E ela precisava de 16 horas de sol por dia. Mas só tínhamos 16 horas de sol por dia na pontinha do Rio Grande do Sul, abaixo do Alegrete, como chamam lá. E a nossa produção não passava de 200 mil toneladas.

Eu, hoje, vibro quando vou ao Equador brasileiro e vejo a soja sendo produzida a 57, 60, 65 sacas por hectare. E no Rio Grande do Sul há vários recordes, como no Paraná também. Essa é que foi a mudança. Precisou-se de massa cinzenta. Precisou-se fazer a mudança biológica das plantas que nós queríamos produzir e com elas trabalhar.

Vou simplificar. O café, hoje, não representa, para o Brasil, mais do que 5% da nossa exportação agrícola. Sustentou a indústria, a comida. Nós somos o grande exportador. Entre exportação e importação, o Brasil, este ano, provavelmente passará de 74 bilhões de dólares, e as importações não vão chegar sequer a 18, só do agro. Essa é a chave da qual o Brasil não pode se descuidar. Qualquer obstrução que fizermos a este País estará jogando fora uma oportunidade.

O mundo não tem fome só de alimentos, o mundo, hoje, tem fome de energia renovável que o mundo não é capaz de produzir e nós somos. Economicamente viável.

Lembro-me bem de que passava sobre a minha mesa, em 1975, o programa Proálcool. E como era difícil. Não se produzia mais do que 60 litros de álcool por tonelada de cana. Estamos chegando a 100 e vamos passar disso. A nossa média de produção não era mais do que 60 toneladas. Na cana irrigada nós já estamos com 130 ou mais e vamos passar disso.

Meus amigos, essas são as mudanças que o Brasil provocou por uma razão única: acreditou na sua capacidade de gerar conhecimento, fazer dele inovações, usar essas inovações e ser competitivo no mundo. Será que nós vamos, agora, nos embotar na mente que precisamos de regras nascidas de um “achismo” sem precedente?

Ministro Reinhold, eu lhe conto a história dos 50 por 90%, dos 80%. Eu, quando entrei no governo, tive uma dificuldade. No governo anterior só se falava de Amazônia. E cheguei a confessar ao meu presidente: eu não conheço os biomas da Amazônia; não vou poder ser um bom ministro. Ele falou: “Procure quem você quiser”. Eu procurei os melhores cientistas. u

E quero reverenciar aqui, porque morreu há poucos dias, Paulo de Tarso Alvim, que viveu 21 anos na Amazônia. Um dos homens mais lúcidos que o Brasil já teve. Com ele tive um diálogo longo; e depois dele ele me trouxe os



outros cientistas que com ele trabalhavam. “Paulinelli, você é um homem simples, mas correto; não é você que não conhece o bioma amazônico; o Brasil não conhece o bioma amazônico. Ninguém conhece o bioma amazônico”.

Foi aí que propusemos: vamos só mexer na Amazônia onde nós já temos algum conhecimento que garanta retorno do esforço que faremos agora. Mas vamos pegar o cerrado, que já tem uma infraestrutura e alguma tecnologia já acumulada que pelo menos dê ao agricultor a possibilidade de nos ajudar a ser autossuficientes. Foi assim que nasceram as mudanças brasileiras.

Pois muito bem, onde atuamos na Amazônia, com 50%, funcionou muito bem. O Brasil ampliou sua produção de carne. Ênio Pepino e Ariosto da Riva fizeram os melhores programas de colonização, de que tenho conhecimento, do mundo. Teles Pires, no norte do Mato Grosso, é hoje uma das regiões mais produtivas do mundo.

Houve pouca interferência. Eu procurei não atrapalhá-los. Acho que o governo quando não já atrapalha faz muito bem. Essa sempre foi uma premissa que tive o cuidado de respeitar.

O resultado aí está: um país que cresceu. Em 1998: “Não, 50% não pode ser suficiente; tem que ser 80%”. Eu arrepiava quando autorizava desmatar 50% - o Código Florestal, naquela época, estava sob a minha administração – porque estava autorizando a desmontar biomas que nem eu nem eles conhecíamos. Procuramos alguns de que já tínhamos algum conhecimento para dar ênfase em programas de governo.

Mas vejam o que ocorreu: os programas deram certo. Nós financiávamos desde que se preservassem 50%. Respeitaram-se os 50% e o programa deu tão certo. No Araguaia-Tocantins se coloca um bezerro de 6 meses, desmamado, num pasto; em mais 12 a 15 meses você tem um boi de 18 arrobas.

Eles não precisaram mais do governo, que deixou de fiscalizá-los. Eu não sei por que acabaram com os programas de crédito que exigiam fiscalização? E os agricultores também não precisaram mais, porque foram eficientes e produziram o suficiente para abrir o restante. E abriram o restante porque não tinha fiscalização. Agora os estamos penalizando. São incongruências que precisam ser discutidas aqui. Nós vamos querer retroagir com o Brasil?

Eu vou contar um fato que é rápido. Estou exacerbando no tempo. O ano passado – acho que o Ministro Reinhold também fez menção – fui convidado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, que fez um congresso internacional, para fazer uma palestra. Eu fiz a palestra e parece que gostaram. E o presidente internacional da associação internacional de medicina veterinária me convidou para almoçar com ele. Eu fui, com todo prazer, para conversar um pouco mais. Sabe o que ele me disse? “Eu sei que o meu país é o que mais financia algumas ONGs que estão atazanando os brasileiros produtores hoje; eu quero dizer ao senhor que no meu país nós não temos 1, 10, 15 ou 30 metros de margem reflorestada, ou APP; nós não temos uma árvore sequer; uma árvore



sequer! E agora, vamos acusar vocês? Não temos reservas legais e vamos acusar vocês de não tê-las. Vocês precisam de, pela ciência, comprovar isso”.

Aí eu vi que o mundo respeita a ciência.

O que foi contado aqui pelo Ministro Turra é uma comprovação lógica, o transgênico foi também vítima de uma miopia muito mais de caráter ideológico. O Brasil atrasou muitos anos para usar a biotecnologia, comprovadamente no mundo, absolutamente certa. Só foram os cientistas que acabaram com isso demonstrando que nenhum resultado negativo haveria de o mundo usar; até a Europa, que se rebelou inicialmente contra isso, hoje usa de preferência o produto transgênico.

Eu espero que essa exacerbação que está havendo com relação ao problema ecológico brasileiro seja colocada em um ponto racional. E vou dizer aos senhores com toda a franqueza, como disse na minha estada no Senado, o Brasil hoje tem – quando fundamos a Embrapa eram 12 escolas de agronomia e nove de veterinária e mais nada –, hoje, de agronomia, nós temos mais de 430 escolas e universidades, de veterinária, mais de 350.

Meus amigos, o Brasil forma hoje 11.500 doutores, tem gente suficiente para conhecer os biomas que não conhecemos. O que precisamos ter é a coragem de fazer programas corretos, não entregar a alguns radicais. Eu estive acompanhando, a pedido do Presidente da SPBC, no Brasil, as reuniões que se fizeram. Fui às universidades, no Norte, no Nordeste, no Sul, no Centro, estive na minha universidade, vi a ansiedade do profissional, do cientista brasileiro para que ele fosse chamado a participar desse processo de evolução de produção em ecologia que ele quer.

No finalzinho, nas reuniões de São Paulo, começaram a aparecer alguns cientistas que eu vi muito mais radicais do que cientistas a colocar absoluta desconfiança em parte de um Código Florestal que, na realidade, foi retirado de um todo. Não tem sentido isso! Por que não vamos analisar o Código como um todo e querer só desmontar a parte se uma foi originária da outra?

Cuidado com esses palpites de cientistas. As instituições científicas precisam ser chamadas, mas cientistas isolados, que tem miopia, que tem excesso de cuidado ou então participam de estudos que não são aceitos por todos, tem de ter cuidado. Se vocês estão ouvindo, eu recomendaria que, junto com eles, trouxessem as suas instituições, para que se evitassem os exageros que eu ouvi nas últimas reuniões. Vi e a reagia. A SPBC tem minhas cartas mostrando os riscos que ela estaria correndo se assumisse as posições que eu que estavam sendo tomadas. Estão à disposição de vocês.

Meus amigos, não há outra solução. Este Código precisa ser aprovado porque para mim ele também se origina, em várias de suas definições, de um achismo, mas ele tem a inteligência de estabelecer um período de cinco anos para as modificações que precisarão ser realizadas. Eu costumo dizer: o Brasil desaprendeu de políticas públicas, especialmente para o setor agrícola,



porque suas leis, não sei se o senhor sabe, nós temos três leis regulamentando o preço mínimo e o preço mínimo não funciona no Brasil. Três leis, uma de Getúlio Vargas, outra já depois de Getúlio e não se respeita. Meus amigos, nós precisamos ser realistas. O que o Brasil precisa depende de conhecimento? Não vamos duvidar. Quem está falando para os senhores é alguém que acreditou na competência brasileira, cujos resultados eu não preciso anunciar, os senhores mesmos serão juízes.

Muito obrigado por esta oportunidade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Ministro Alysson Paulinelli, V. Ex<sup>a</sup>, com toda a sua experiência, certamente também trará uma contribuição muito importante na elaboração dessa reforma do Código Florestal.

Eu consulto o Plenário se podemos adotar o mesmo critério das reuniões anteriores. Fizemos as inscrições por ordem de chegada. Teríamos cinco intervenções inicialmente, passaríamos a palavra aos nossos convidados, em seguida, mais cinco. E com isso, acredito que com duas rodadas, conseguiremos encerrar a nossa audiência. Enfim, esta é a consulta que faço.

Todos concordam com este procedimento?

Então vamos iniciar pelos autores do requerimento.

O Presidente Acir Gurgacz está sugerindo que ouçamos todos os Senadores, em seguida, a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Todos os inscritos. (*Pausa*)

Eu quero, muito rapidamente, cumprimentar os nossos convidados.

Entendo que nós estamos vivendo um momento importante de definições neste debate. Tivemos também uma audiência pública importante, com muitas contribuições, ontem, na semana passada, com o Relator Aldo Rebelo e com o agora com ex-ministros da agricultura.

Eu queira fazer uma pergunta, aqui está um ministro da agricultura. Ontem foi levantado pelo ex-ministro José Carlos Carvalho uma questão, e eu concordo com ele, e gostaria de ouvir a opinião dos ministros. Nós, no Brasil, temos muitas questões que poderiam contribuir para esse debate sobre o Código Florestal, que seriam questões de política agrícola. Nós não temos hoje, pelo menos que eu saiba, ou de forma bastante significativa, instrumentos creditícios que pudesse valorizar, de uma forma mais efetiva, as boas práticas agrícolas.

Aqui o Ministro Reinhold Stephanes ressaltou muito tecnologias desenvolvidas pela Embrapa como o plantio direto, como a prática extremamente importante para a conservação do solo, conheço o entusiasmo do Ministro Alisson Paulinelli pela tecnologia de integração lavoura/pecuária/florestas. E pergunto se não seria o caso de termos financiamentos extremamente favoráveis a essas boas práticas agrícolas. Se o Brasil não trata de forma, digamos, igual, práticas que são





muito mais adequadas ao meio ambiente do que outras técnicas já, digamos assim, ultrapassadas.

Outra questão que quero colocar é que concordo inteiramente com o Ministro Alisson Paulinelli e com os demais ministros que colocaram isso aqui e os dados trazidos aqui pela Embrapa, eu e a Senadora Ana Amélia usamos reiteradamente essas informações que mostram que o Brasil realmente cresceu muito, se desenvolveu muito na sua tecnologia agrícola e no espaço de 30, 35 anos o Brasil ampliou a sua área plantada em torno de 48% e aumentou a sua produção em 268%. Esses números falam por si mesmo. Eu pergunto, ao mesmo tempo, nós não tivemos o mesmo desenvolvimento na pecuária, a unidade animal por hectare da pecuária brasileira ainda é muito baixa. E, historicamente, o avanço da agricultura se dá em áreas de pecuária.

E segundo informações da Embrapa, dos diversos ministérios, nós temos mais de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas no País, mais de 50 milhões de pastagens degradadas no Brasil.

Pergunto se não seria o caso, e qual a visão dos Ministros, de o Brasil fazer um esforço de buscar crescer a sua atividade agrícola, pecuária em torno dessas áreas degradadas, investir fortemente no aumento da produtividade da pecuária, abrindo novos espaços para o crescimento da agricultura?

E quero, aqui, fazer um questionamento. Tive oportunidade de participar, quando Reinhold Stephanes era Ministro e eu, Deputado, de uma reunião, salvo engano, da liderança do PMDB, em que se discutia a proposta de desmatamento zero. O Ministro levou a sua concordância em desenvolver um programa, um acordo, um pacto de desmatamento zero. Eu me lembro de que, na ocasião, o Ministro ressaltou que o único bioma em que não poderia ser feito isso seria o bioma cerrado, bioma que represento parcialmente como Senador do Distrito Federal. E, no curso desse debate na Câmara dos Deputados, em algum momento, o relator Deputado Aldo Rebelo apresentou uma proposta de moratória de cinco anos para novos desmatamentos no Brasil.

Gostaria de ouvir a opinião dos Ministros sobre essa proposta e por que, especialmente ao Deputado Reinhold Stephanes, que está na Câmara, em que momento essa proposta saiu do relatório do então Deputado Aldo Rebelo?

Outra questão, a gente percebe que esse debate é muito complexo. Como disse o Ministro, muitas pessoas que utilizam, hoje, a área de preservação permanente elas a utilizam desde quando a legislação permitia, porque, até um determinado momento, a legislação de área de preservação permanente em pequenos rios era de cinco metros. Isso foi modificado até por uma iniciativa de um Deputado de Santa Catarina, e me foge aqui exatamente o ano. Essas áreas se consolidaram no tempo.

E o projeto do Deputado Aldo Rebelo prevê a criação do Programa de Regularização Ambiental, dando oportunidade àquelas pessoas que estão fora



da lei poderem recuperar suas reservas legais ao longo de um período de vinte anos.

E muitos entendem que isso é um tratamento diferenciado com aquelas pessoas que, ao longo dos anos, respeitaram rigorosamente a legislação.

A pergunta que faço: como os senhores encaram a possibilidade, a proposta de isentar do Imposto Territorial Rural toda a propriedade daqueles produtores que, da publicação da lei, estivessem plenamente em dia com a legislação, ou seja, aqueles produtores rurais que averbaram reserva legal, têm área de preservação permanente como prevê a lei, serem isentos totalmente não apenas das áreas de reserva legal, mas em toda a propriedade.

Outra questão aqui levantada pelo ex-Ministro José Carlos Carvalho, com a qual concordo, de que o projeto aprovado na Câmara obriga a recomposição de quinze metros nas áreas de preservação permanente de pequenos rios e córregos.

Conheço muito a realidade próxima do Distrito Federal, de Goiás, de algumas outras regiões do País, entendo que, para os pequenos produtores rurais, especialmente para os agricultores familiares, se não houver incentivos econômicos, instrumentos econômicos, essas pessoas serão incapazes de recuperar as suas áreas de preservação permanente, ainda que de quinze metros. E nós estamos falando de um bem coletivo, especialmente a proteção das áreas ripares, das matas ciliares, que cumprem um papel fundamental, que é o da preservação da água, não apenas fundamental para a sustentabilidade da agricultura, como fundamental também para a sustentabilidade dos grandes rios e do abastecimento doméstico das cidades brasileiras.

Em 2015, encerraremos uma série de contratos de concessão de usinas hidrelétricas no Brasil, algo em torno de 20%. E, na tarifa de energia elétrica, hoje é calculada tendo como um dos requisitos a amortização do investimento físico feito na construção da usina hidrelétrica, que, segundo informações da ANA, segundo informações da Fiesp, é algo próximo de 50% do preço da tarifa de energia elétrica, estaria nessa amortização que se encerrará em 2015.

Segundo cálculos da Fiesp, em um seminário recente, isso representaria, em trinta anos, algo em torno de R\$ 900 bilhões, o que significa em torno de R\$ 30 bilhões por ano.

Como a proteção da área de preservação permanente produz um bem coletivo, que é proteção das águas, que é uma matéria-prima fundamental para o funcionamento e sustentabilidade das usinas hidrelétricas, eu considero extremamente razoável, e gostaria de ouvir a opinião de V. Ex<sup>as</sup>, o Governo adotar diversas posturas como a redução da tarifa de energia elétrica para as populações mais pobres, a redução da tarifa de energia elétrica para setores industriais que querem incentivar, mas entendo que parte dessa redução, desses R\$ 30 bilhões por ano, deveria ser destinada a um fundo que financiasse o



pagamento de serviços ambientais, especialmente a recuperação e Áreas de Preservação Permanente.

Essas são as considerações que gostaria de fazer. E gostaria de ouvir os comentários dos ministros sobre esses temas. E agradeço-os mais uma vez pela grande contribuição que dão a este debate.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença dos Ministros aqui conosco e agradecer a contribuição que os senhores dão para este debate que consideramos muito importante.

Tanto a audiência de hoje quanto a audiência de ontem nos trazem alguns pontos de convergência que considero muito importantes, principalmente com relação às ocupações que foram feitas à época, notadamente na região amazônica, em especial o meu Estado de Rondônia, onde foram desmatados 50% a pedido do Governo.

Tanto ontem, quanto hoje, nas duas audiências, Senador Moka, ficou claro que há uma preocupação em observarmos e darmos continuidade a esse trabalho que foi feito, ou seja, darmos condições para que essas famílias continuem trabalhando sem nenhuma dificuldade.

Mas quero fazer uma pergunta com relação à região amazônica, já que esta corresponde a 60% do nosso País. Temos uma lei única para toda a Amazônia, sabendo que os Estados não são iguais. Rondônia tem uma vocação tem uma vocação agroindustrial, agropecuária. O Acre tem uma vocação para o extrativismo. Enfim, cada região tem uma vocação. É muito grande a Amazônia. Nós temos uma lei única, 27 sub-biomas. É uma região muito grande. Temos uma lei única. Considero que pouco inteligente para a produção agrícola brasileira. Seria talvez uma forma de engessar o crescimento do Brasil?

Outra pergunta, para ser bem direto e não tomar muito tempo dos nossos Senadores que também querem participar da nossa audiência: nas negociações internacionais, quando o Brasil participa, coloca-se na mesa a questão da preservação das áreas de floresta brasileira, principalmente na região amazônica. Já vêm as ameaças de barreiras e tudo mais com relação ao Brasil. Em contrário, isso não acontece. Não está na hora de exigirmos as reservas na Holanda, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos? Entendo que é importante ouvirmos as exigências dos outros países, mas entendo importante que o Brasil se coloque também exigindo que os outros países façam, no mínimo, igual ao que nós brasileiros estamos fazendo.

Essas são as duas questões que coloco. Pelo que os Ministros nos auxiliem nessas colocações.



Agradeço, mais uma vez, a presença de ambos na nossa audiência pública que, de fato, contribuíram muito para o debate nesta Casa.

Passo a palavra, agora, novamente, ao Presidente Rodrigo, para conduzir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito rapidamente, antes de passar para a próxima oradora inscrita, que é a Senadora Ana Amélia, quero registrar que o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, pede desculpas, mas está acompanhando o Ministro da Justiça, em uma audiência sobre o Plano Nacional de Segurança pública, S. Ex<sup>a</sup> está presidindo a reunião.

Quero colocar em votação, rapidamente, requerimento de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, para que realizemos audiência pública conjunta das três Comissões, na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro, às 14 horas.

Em votação. *(Pausa)*

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Essa proposta do Senador Luiz Henrique, à qual estou assinando, seria uma das cinco audiências que faríamos uma em cada região –. Então, seria a primeira com o Senador.

Estamos indo para um debate lá, também no Rio Grande do Sul, mas a audiência em campo seria essa. Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Iremos com o maior prazer.

Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup>. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP — RS) – Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz, em primeiro lugar, quero cumprimentar as exposições feitas pelos ex-Ministros, os quais, durante a minha carreira como jornalista, tive o prazer de acompanhar seus trabalhos para mostrar ao Brasil o que vinham fazendo, e com senso de responsabilidade e compromissos com o que é mais importante, que é a segurança alimentar, produzir alimentos com qualidade.

Passamos por várias etapas, como referido aqui, uma delas com a biotecnologia, que foi um momento de grande embate, tanto quanto agora em relação ao Código Florestal. Mas isso é assim que se faz, é assim que se constrói uma alternativa e uma solução adequada.

Prestei muita atenção em cada um dos depoimentos, e começo com o Ministro Francisco Turras.

O senhor disse a frase: “O texto é estímulo à preservação” – o texto que foi aprovado na Câmara.



Ontem, aqui, a ex-Ministra Marina Silva, sentada à Mesa, disse: “Proteger a floresta é a exceção, a regra é o desmatamento”. Disse isso sobre o mesmo assunto.

Então, o que há em relação a essa divergência?

O senhor disse que dois milhões de pequenos produtores de frango estariam inviabilizados se não for mantido o que está nesse texto. De que maneira isso vai acontecer se, de fato, houver modificação abrupta ou radical no texto que foi aprovado na Câmara? Por que esse resultado?

O senhor fez uma referência sobre a questão dos embates, no âmbito internacional, como a reunião de Bruxelas, comparativamente ao CO2 da emissão dos gases de um boi irlandês, veja só, 40%, e de um boi brasileiro, 90%. Talvez a genética seja muito diferente e a gente não consiga entender bem isso. Mas, no comércio internacional, Ministro Francisco Turras, o senhor, hoje, está atuando ativamente nisso, a concorrência e a competição acirrada têm estabelecido barreiras não tarifárias, especialmente ambientais, como forma de barrar a entrada de produto brasileiro nesse mercado.

A Irlanda é uma dos países que têm feito uma campanha sistemática dizendo que boi brasileiro é boi que está em floresta desmatada, na Amazônia, do Senador Acir Gurgacz.

Então, o que está acontecendo? Nós não estamos tendo capacidade para mostrar essa realidade, que é outra, e não a versão imposta pelos nossos concorrentes? Esta é a pergunta para o senhor.

Para o Ministro Reinhold Stephanes: o senhor lembrou bem dos conservacionistas, há 40 anos, que hoje se chamam preservacionistas – mudou apenas o termo, mas o objetivo é o mesmo –, e mostrando essa realidade, já que o agricultor, como depende da terra ele é o principal interessado em evitar a erosão, em fazer curvas de nível, em aplicar o plantio direto, em fazer uma série de procedimentos e manejo para que a terra, que ele trabalha, permaneça com qualidade e solo através desse manejo.

No Rio Grande do Sul, Ministro, o senhor conhece bem, esteve lá tantas vezes, na região de Não-me-toque, onde se faz a Expodireto, a aplicação de agricultura de alta precisão ou de alta tecnologia, o próprio plantio direto, maquinário de altíssima qualidade, hoje, dá uma produtividade de milho de 220 sacas por hectare, chegando até 78 sacas de soja por hectare nessa região. E há matas nativas naquela região. Basta um sobrevoo para se constatar exatamente essa preservação. Então, todas essas atividades é o que chamamos ABC, Agricultura de Baixo Carbono, o que é extremamente recomendável para a questão ambiental.

O senhor falou muito no art. 8º, que está aqui referido, e como adaptar esse artigo. Mas, chamou-me muito a atenção o decreto e o texto do decreto que V. Exª abordou aí, impondo a um agricultor “multado” a confissão de um crime que ele pode não ter cometido. E aí estamos ferindo um princípio



constitucional do Direito. Eu lhe pergunto – o decreto que nem o Presidente, nem o Ministro leram o texto dele –: alguma entidade do setor rural, dos produtores rurais ou do próprio setor jurídico, a OAB, por exemplo, não levantou a questão da inconstitucionalidade de uma matéria dessa gravidade em relação ao direito individual? Eu queria colocar ao senhor essa questão.

E, ao Ministro Paulinelli, digo que S. Ex<sup>a</sup> falou de todas as questões do nosso País. Passamos de importadores para exportadores, graças a isso. E aí eu aproveito a sua fala para elogiar muito, destacar, homenagear e reverenciar o trabalho dos nossos pesquisadores de todas as instituições lideradas pela Embrapa, que fazem um trabalho exemplar. Também no processo da biotecnologia, conseguimos vencer pela ciência, pela lógica da ciência, da sabedoria e do conhecimento.

O Rio Grande do Sul, hoje, está convivendo com essa regulamentação, com a volta dos animais silvestres que haviam sumido pelo excesso de aplicação de defensivos agrícolas. Hoje, não. Hoje, voltaram a conviver nas lavouras: veadinhos, esquilos, toda fauna voltou; abelhas, insetos, tudo voltou graças a essa redução. Eu queria do senhor uma opinião a respeito da tal Emenda nº 164, que é o tema mais polemizado e mais discutido.

E também queria saber se o senhor acredita, já que o Brasil, segundo a FAO, tem 62% do seu território ocupado por florestas nativas, claro, na grande maioria desse percentual, que é necessário ampliar esse percentual para evitar sanções internacionais, além das que nós já temos hoje?

Por fim, queria lhe perguntar o seguinte: um estudo da Esalq, que o senhor conhece bem, que foi apoiado pelo WWF SOS Mata Atlântica e outras organizações, demonstra que apenas com a recomposição de APP e reserva legal, serão gastos mais de dois PIBs do setor agropecuário nacional, algo em torno de um trilhão, cento e vinte bilhões de reais. Quem vai pagar essa conta?

Essas são as minhas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – R0) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de inscrição, Senador Waldemir Moka com a palavra.

**O SR. WLADEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg, Srs. ex-Ministros, como já tive a oportunidade de até ocupar aí o espaço da Presidência da Ciência e Tecnologia, eu queria me dirigir especialmente ao ex-Ministro Reinhold Stephanes: por que quando há uma argumentação surgiu a data, que eles dizem ser mágica, de julho de 2008?

V. Ex<sup>a</sup> era Ministro juntamente com o ex-Ministro Carlos Minc.

Eu acho que seria importante que a gente pudesse ouvir aqui do Ministro Stephanes, porque essa é uma questão que para mim é importante. Você tem que entender por que é que se considera julho de 2008. Acho que é fundamental. Para mim parece lógico. Se o Governo aceitou naquele momento



aquilo que está no texto, por que hoje tem tanta controvérsia a respeito disso? Essa é uma questão.

Do Ministro Turra eu gostaria... E aí eu não sei, porque às vezes não se tem esses números de cabeça, mas se fala muito em quantidade. Então eu queria que o ex-Ministro falasse quantos milhões de hectares nós usamos para a produção. Isso é que é fundamental. O que nós usamos para produzir é muito pequeno em relação ao que já está preservado. Eu não consigo entender por que o nosso Governo... Eu queria uma ação mais forte, porque nós somos disparados o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental. Por que nós não usamos isso e ficamos aceitando daqueles que não preservaram nada. Nós aceitamos isso e parece que nós estamos acuados nesse debate em que nós estamos na frente. Nós é que tínhamos que dizer: olha, é possível produzir o que o Brasil produz sem depredar o meio ambiente. Isso é que seria o lógico, porque é o que acontece no nosso País. E não aceitar como se nós estivéssemos aqui acuados.

Eu acho que parte disso é quando essas ONGs... E aí os interesses... Eu não prejulgo, porque eu conheço ONGs que fazem um trabalho belíssimo, mas existe, não sei se de má fé ou desinformação, nós fazemos coro às vezes a umas coisas que para mim parecem absurdas, a partir do ponto de vista de que elas têm uma orientação internacional muitas vezes de países que não têm absolutamente nenhuma referência em preservação. E nós ficamos aceitando isso gratuitamente aqui.

Finalmente, pedir ao Prof. Alysson Paulinelli essa questão do cerrado... Eu me lembro, Ministro, foi do cerrado o avanço ou mesmo o surgimento de uma cidade hoje no meu Estado, São Gabriel do Oeste, que eram terras que as pessoas consideravam, porque não produziam nada, diziam que não tinham valor nenhum e que hoje são terras altamente produtivas.

Aqui está o Deputado Federal de Maracaju, da cidade dele, que é um dos Municípios mais produtivos do meu Estado. A produtividade lá está acima de 55, 50 sacas por hectare. Há algum tempo o pessoal falava: aí tem o capim barba de bode. Não tinha absolutamente nada. E hoje há uma crítica também em cima do cerrado.

Eu digo sempre o seguinte: meu Deus do céu, nós somos o único País que tem reserva legal!. Eu não falo isso dizendo que nós não tínhamos que ter. Mas nós temos reserva legal, ninguém tem e, apesar disso, nos acusam ainda de que nós não conservamos o meio ambiente. Ora, nós é que temos reserva legal; nós é que temos a referência em preservação. Não é o contrário.

Finalizo por aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) - Muito obrigado, Moka.

Deixe-me só expressar uma preocupação da Presidência da Mesa. O Ministro Alysson Paulinelli me informa que tem um compromisso em Goiânia daqui a pouco, tem um voo daqui a pouco. O Ministro Turra já me informou



também disso. Então para que a gente possa ter as considerações dos nossos Ministros, eu vou a todos que as suas falas sejam bem objetivas, para a gente poder ouvi-los.

Consulto o Senador Reditário Cassol se quer fazer uso novamente da palavra, porque está inscrito e tinha falado pela ordem.

**O SR. REDITÁRIO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Eu agradeço, sem dúvida nenhuma, por me conceder de novo a palavra. Eu estou muito preocupado. Nós não podemos prolongar muito para resolver esse Código Florestal, porque nós temos problemas sérios dentro do País, em certos Estados, começando com o nosso Estado de Rondônia. Nós temos que fazer alguma coisa para proteger mesmo a parte ambiental, principalmente as nascentes, os riachos, sejam rios pequenos, sejam rios grandes, todos eles. Mas sem perseguições, sem prejudicar ninguém. Convencer a população, levar a realidade a eles, orientá-los, sobre aquilo que nós precisamos.

Vamos fazer isso o quanto mais breve possível para realmente começar a fazer o trabalho necessário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) -Muito obrigado, Senador.

Agradeço a sua colaboração.

Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ilustres Ministros Alysson Paulinelli, Reinhold Stephanes e Francisco Turra, que acabam de nos trazer subsídios muito importantes para o nosso julgamento.

Eu tenho dito que a função de relator é semelhante à função do juiz. Ontem tivemos oportunidade de ouvir vários ex-ministros do meio ambiente e hoje estamos tendo a oportunidade de ouvi-los. Em ambas as audiências o que ficou ressaltado foi não o interesse particularizado deste ou daquele setor, mas o interesse maior pelo desenvolvimento do nosso País. E é nesse sentido que nós vamos conduzir o nosso relatório. Buscar o equilíbrio entre duas atitudes absolutamente indispensáveis: proteger as nossas florestas, preservar os nossos biomas e garantir a sustentabilidade da produção rural, não apenas para alimentar o mundo, para garantir ser o Brasil a grande fonte supridora de alimentos para o mundo, como também estabelecer o Brasil como a grande plataforma de produção de biocombustíveis, de energia limpa.

Ora, dentro dessa busca nós divisamos possibilidade de estabelecer um equilíbrio e caminhamos até para um consenso. Acredito que os pontos ainda controversos são bem menores.

A Constituição Federal estabelece uma diretriz descentralizadora, aquilo que nós precisamos para o País como um todo, que é um novo Pacto Federativo, que modifique a distribuição das receitas públicas, porque hoje 2/3





delas se concentram na União. Invertendo essa pirâmide, para que 2/3 se concentrem nos Estados e Municípios, como é em geral o arcabouço distributivo entre os entes federados na maioria dos países, dos países desenvolvidos, como é inclusive, e essa é a grande descoberta, a estrutura da China. O governo central chinês traça diretrizes econômicas e políticas e quem executa com força são os municípios. Há um fato relevante que mostra por que em cada carteira escolar tem um computador. É que os municípios são altamente capitalizados e são altamente capitalizados por quê? Porque são sócios das empresas estrangeiras que foram atraídas para aquele país.

A Embraco de Joinville é a maior empresa no seu setor no mundo, é a única brasileira que é líder no mundo. Ela produz compressores para refrigeração e detém 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano o que significa dizer que de cada duas geladeiras produzidas nos Estados Unidos, uma tem um compressor da empresa brasileira Embraco.

Ora, numa viagem à China, fui descobrir que o sócio da Embraco é a prefeitura de Pequim. À medida que a Embraco vai crescendo na China, a prefeitura vai perdendo parte das ações e aplicando em educação, saúde e infraestrutura. Ora, o que nós precisamos no Brasil é um novo pacto federativo. Se estabelecêssemos uma meta de, em dez anos, inverter a distribuição da riqueza tributária nacional, teríamos não o quinto, mas o Brasil como uma das maiores potências mundiais.

O que diz o art. 24, que é um dispositivo descentralizador, aliás têm dois só no Brasil? É na política de saúde, com a criação do SUS, Sistema Unificado, que era originalmente Sistema Unificado Descentralizado de Saúde – SUDS, quando o criamos aqui antes da Constituição e a política ambiental. O que diz a Constituição? Art. 24 – em matéria ambiental, a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente e concorrente não é supletiva, não é subsidiária, não é secundária, é concorrente, é competitiva. No § 1ª a Constituição diz o seguinte: Em matéria ambiental, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

A minha pergunta para os três ilustres expositores é se esse projeto de código, tal qual está redigido, atende às normas constitucionais. Vou justificar a minha pergunta: temos a responsabilidade de fazer uma lei ambiental que garanta a segurança jurídica, ou seja, uma lei duradoura, uma lei que não seja, no mês seguinte, contestada por qualquer entidade no Supremo Tribunal Federal. Eu lhes pergunto se tal qual está redigida atende ao pressuposto de divisão de trabalho na área ambiental, dando à União a competência para normas gerais e aos Estados a competência concorrente para normas complementares ao preceito do arcabouço constitucional concedido à União.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg . Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado Senador Luiz Henrique.



Com a palavra o outro Relator da Comissão de Meio Ambiente Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT - AC) – Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar mais uma vez as duas comissões, também os colegas de Ciência e Tecnologia por essa ação conjunta de promovermos audiência. Sei que aqui no Senado – e agora mesmo tive que me ausentar e peço desculpas aos Ministros – eu e o Senador Luiz Henrique para votarmos na Comissão de Relações Exteriores.

V. Ex<sup>as</sup> foram parlamentares e sabem desses problemas que temos. Gostaria de cumprimentar também a colega Ana Amélia, que tem sido uma dedicada colega no propósito de apreciarmos esse tema tão importante. Cumprimento a Kátia que está ali, nossa querida companheira, que tem uma missão além de ser Senadora e os demais companheiros. Para nós é uma honra recebê-los aqui. Conjuntamente apresentamos essa proposição, junto com os dirigentes das comissões e também relatores, por entendermos que o Brasil precisa tomar uma decisão política sobre uma das mais importantes leis que esta País tem.

É um País continental, é um País que tem, criou e caminha diante do mundo no sentido de ser um dos grandes produtores de alimentos, levando o mundo a um caminho de segurança alimentar, é uma potência florestal. Na agenda de hoje onde estamos discutindo mudanças climáticas, o Brasil está no centro dessa agenda, aliás, vai sediar no ano que vem a Rio+20, grande oportunidade que temos de nos firmar diante do mundo pelas atitudes que adotamos ao longo dos anos e pela maneira como estamos discutindo o futuro.

Queria, Srs. Ministros, dizer que não estou chocado porque quem vive na política e tive, graças a Deus, a oportunidade dada pelo povo do Acre de ter sido prefeito e governador por oito anos, não fica chocado. Mas é uma constatação. Na audiência de ontem, por mais de cinco horas, ficamos ouvindo colegas dos senhores do mesmo governo em pares. Mas é tão distante, querida Senadora Ana Amélia, o posicionamento dos colegas dos senhores de ontem para o dos senhores de hoje que parece que estamos em países diferentes, absolutamente distintos. Eu não acho que seja um problema e talvez seja nossa riqueza os diferentes pensamentos, mas temos que tomar uma posição política sobre uma das mais importantes leis do País e minimamente temos que encontrar algum consenso.

Já não acho que o problema esteja com ambientalistas e ruralistas. Acho que temos um problema, um dever de casa para fazer, porque o Ministro Turra foi colega do Zé Carlos, no mesmo governo do PSDB. O nosso querido Ministro Reinhold Stephanes foi colega do Minc, da Marina, no mesmo governo, mas as posições são antagônicas sobre a mesma matéria. Não há impressão de vida, de onde o mundo deva caminhar, porque nós, ainda bem, somos um pouco diferentes, apesar de lutarmos por um mundo melhor.



Então, como fazer diante disso? O Senado tem que arbitrar? Claro, que esse é um papel dos legisladores, mas para arbitrar com maior justeza temos que fazer um caminho que não diria novo, porque estamos trabalhando nesse tema há muito tempo e o Professor Alysson Paulinelli é uma lenda viva – graças a Deus – é uma legenda da agricultura, da brasilidade e um senhor que já nos ensinou muito e segue nos ensinando, como fez hoje aqui. Mas o que fazer diante disso?

O mundo espera muito do Brasil e os brasileiros esperam também muito de todos nós. Então, não quero me alongar. Ontem, foi uma unanimidade dos Ministros dizendo que o texto que o veio da Câmara é muito ruim para o Brasil e que precisa de mudanças importantes. Hoje, no geral, ouvimos que o texto é muito bom e tem que ser mantido. Aí temos uma situação complexa.

Queria colocar essa preliminar, mas quero apresentar uma proposta para ela, mesmo que normalmente a façamos no final mas farei no começo. Acho que foi muito importante a decisão da Comissão de ouvir a Ministra do Meio Ambiente que está trabalhando e sendo interlocutora do Governo neste momento, Ministra Isabela, que, aliás, foi muito bem e nos ajudou muito a entender a posição do Governo, porque nesse debate tem o governo, a sociedade e obviamente tem o Congresso, que vai tomar e deliberar.

Depois nós ouvimos o autor da proposta, Deputado Aldo, que também colocou com clareza as dificuldades que enfrentou, foi muito feliz – eu diria até – o quanto que andou, viveu e aprendeu sobre esse tema e o esforço dele de tentar ajudar. O certo é que 69 artigos, boa parte dele já resolveu uma grande parte do problema. Temos uma menor parte para deliberar sobre ela. É bom que se digam

Nós temos uma menor parte para deliberar sobre ela. É bom que se diga isso. A Câmara dos Deputados já cumpriu bem o seu papel. Agora está nas mãos do Senado cumprir o nosso.

A ideia de ouvirmos também ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros de vários governos, da Agricultura, acho também que foi muito feliz, Senador Rodrigo, porque são pessoas que viveram as dificuldades da implementação das políticas públicas, ou seja, de fazer valer o interesse da sociedade, do País.

Os senhores fizeram isso. Cada um, em seu tempo, dedicou partes importantes da vida e deram contribuições, tanto é que o Brasil está melhor do que estava ao longo desses anos. Então não há reparo nisso. Alguns podem reclamar que deveria ter ido mais rápido para lá, mas todos nós reconhecemos que o Brasil está se firmando como uma grande nação que nos orgulha a todos.

A proposta é objetiva, para mim foi muito rico ouvir ontem os Ministros de Meio Ambiente, aprendi muito. E para o meu colega também, o Senador Luiz Henrique, que comentava comigo ontem. Para mim está sendo muito importante ouvi-los hoje. Também estou tirando boas lições.



Mas eu queria apresentar uma proposta que poderia ajudar o Senado a deliberar. Temos aí pelo menos uns dois meses pela frente, como quer a Senadora Kátia, para que, até o final de outubro, o mais tardar começo de novembro, possamos deliberar. Eu queria propor que, saindo daqui, não sei se os demais colegas podem endossar, que tivesse uma reunião do fórum de ex-Ministros da Agricultura e de ex-Ministros do Meio Ambiente para minimamente trabalharem alguns pontos, pela experiência de vida que os senhores têm sobre o Código Florestal. É um desafio, é uma proposta. São mulheres e homens públicos da maior qualidade. Que se reunissem fora daqui, um dia só, o Roberto Rodrigues, o Ricupero, os senhores, passem um dia, sem interferência de ninguém, discutindo o Brasil que os senhores conhecem profundamente. Discutindo o Código Florestal e nos apresentem minimamente aquilo que deu para tirar depois de um dia de reunião de dez ex-Ministros da Agricultura deste país e de dez ex-Ministros de Meio Ambiente.

Eu sou engenheiro florestal e técnico agrícola e não conheço relação mais umbilical, mais próxima do que quem produz e o meio ambiente. Eu não conheço. Não tem como produzir sem água. Não tem como produzir enfrentando a biodiversidade, destruindo a biodiversidade. São relações próximas. Todas as vezes que me reúno para fazer uma palestra, um debate com produtores eu digo: tomem posse do que é de vocês. Os senhores são os mais dependentes do meio ambiente, não são adversários. Mas, sinceramente, tem hora que este debate antagônico passa não só para um representante de uma ONG, que tem lá suas razões de colocar com alguma radicalidade um ponto, ou mesmo alguém que tenha uma posição de confronto, mas estou achando que a gente pode ganhar muito, que o Brasil ganharia muito se esse encontro acontecesse. Acho que daria uma repercussão enorme na imprensa. Os senhores foram colegas, todos ao seu tempo, e poderiam de fato nos ajudar a clarear um pouco algumas posições. Agora, isso não significa dizer buscar consenso. Não significa dizer convencer ou ser convencido, mas conversar.

Eu queria abordar mais alguns aspectos. Srs. Ministros da Agricultura, outra coisa que me incomoda um pouco, porque se é fato que há uma relação de dependência de quem produz e cria – usando um português o mais claro possível – com a água, com o equilíbrio ambiental, eu gostaria que os senhores comentassem porque o nosso país – eu ouvi isso ontem aqui – é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, *per capita*, inclusive. São algumas perguntas, se puderem comentar. Isso decorre de um modelo equivocado que assumimos?

Outra pergunta: por que não conseguimos ainda – e aqui estão o criador da Embrapa e ministros que fortaleceram a produtividade neste país? Qual é a produção de milho hoje dos Estados Unidos? São 350 milhões de toneladas? Parece que está perto disso. E nós temos uma produção de grãos de 140 milhões de toneladas. Nos Estados Unidos, não tem mais terreno para plantar milho ou



soja ou trigo, os senhores sabem. A disputa é se se planta milho, soja ou trigo. Como entrou uma política de energia no milho, o milho ocupou espaço tirando da soja e tirando do trigo. Ora um tira do outro, depende de mercado e de política do próprio país.

Agora, como eles conseguem ter uma produtividade de 170 sacas por hectare, chegando a 200 sacas por hectare, e nós ficamos numa produtividade, por mais crescente que tenha sido ao longo dos anos, tão abaixo disso. É uma pergunta, e isso tem a ver certamente com política para o setor agrícola, porque acho que a gente também tem que separar um pouco. Eu não sou radical, a vida me ensinou, e aqui estou aprendendo muito, estou procurando anotar os ensinamentos que tiram e guardando, porque, quando a gente escreve, eles ficam. Mas, sinceramente, não querendo me alongar mais, acho que não é muito adequado a gente pegar todas as mazelas e os gravíssimos problemas do setor do agronegócio, da agropecuária, da agricultura que o Brasil enfrenta e colocarmos na conta do meio ambiente ou das questões ambientais.

Eu gostaria de saber: quanto é do erro do Brasil da política agrícola? Quanto é da falta ainda de tecnologia que já estamos ganhando? Os problemas decorrem disso? Quanto é do modelo insustentável de produção agrícola que nós adotamos, importado boa parte dele? Quanto é da questão ambiental? Só para um equilíbrio, se nós pudéssemos fazer.

Encerro, queridos companheiros Presidentes, porque sinceramente, acho que a política agrícola do nosso país, por mais esforço que os senhores tiveram, por mais avanços que alcançamos, está muito focada nos produtos, ela não alcançou as propriedades nem os produtores. No meu Estado do Acre, o Ministro Reinhold falou: ah, mas de um lado, do outro... Eu tenho uma visão um pouquinho diferente. Temos 88% de floresta, Ministro, e estamos lutando para importar produtos do Peru, porque o relevo do Acre está 130 metros acima do nível do mar. Assim, não temos como produzir cebola, alho, por isso importamos do Peru, que é bem barato, e abastecemos a Amazônia inteira. Não tem nenhum problema, nenhum demérito nós produzirmos algo e, com esse dinheiro, comprarmos aquilo que a gente não pode produzir, ou até economicamente não é viável. Esse equilíbrio pode ser feito.

No Acre, fizemos a estrada para o Peru, com ajuda do Governo Federal para podermos abastecer uma parte da Amazônia. Penso que a Amazônia não precisa produzir tudo. Ela pode produzir aquilo que é adequado e comprar com o dinheiro dessa produção aquilo que não é adequado produzir lá. Não temos que reproduzir o modelo do Sul na Amazônia, seria um grande equívoco, foi o que o Brasil tentou um pouco antes de o senhor assumir, Ministro Alysso, e o senhor freou isso. O senhor usou uma frase fantástica: eu não posso mexer no que não conheço. O Presidente do Bradesco, quando teve os derivativos ele disse: o meu banco não faz isso porque não faço o que eu não sei,



o que eu não conheço. E o Brasil fez muito na Amazônia sem conhecer a Amazônia. Já conhece bastante, tem muito a aprender ainda.

A minha disposição era ver se saíamos desse código com um código que pudesse dar segurança para quem quer produzir e criar, estimular para que o Brasil possa ter política agrícola que nos coloque competitivos do ponto de vista da produtividade, como muitos dos senhores falaram, mas essencialmente que o código, que é florestal, saia com uma regra onde o Brasil, pela primeira vez, numa lei feita para suceder a de 35 e a de 65 e os remendos que ela sofreu, o Brasil possa também se transformar numa potência florestal. Temos a maior área de floresta tropical do mundo e participamos com 4% do PIB florestal do Planeta. Isso é pouco, é nada. Eram essas as minhas considerações. Tomara que, após esses depoimentos ou, quem sabe, uma futura reunião ou uma ação, depois dessa audiência que foi muito rica para todos nós, a gente possa encontrar essa formulação de libertar os produtores para que eles possam seguir alcançando os objetivos de aumentar a produtividade e aumentar a produção na mesma área, mas, ao mesmo tempo, termos uma lei ambiental que transforme o Brasil numa potência florestal e também da biodiversidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Quero dizer que se essa relatoria fosse fácil, não precisaria ter duas pessoas competentes e experientes como os Senadores Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada, Presidente. Gostaria de cumprimentar nossos ministros e dizer da alegria de poder reencontrá-los e do orgulho que eu pessoalmente tenho de tê-los tido como Ministros da Agricultura, todos, em seu tempo, com seu brilhante trabalho, dedicação total ao nosso setor, fidelidade aos interesses do País, cada dia aprendendo mais com cada um.

Em primeiro lugar, eu gostaria de comunicar à Senadora Ana Amélia, para que ela se tranquilize, porque, acerca da instrução normativa do PRAD, do Ibama, temos como advogado dessa ação o escritório Sérgio Bermudês, que é um dos melhores do País, para atestar a inconstitucionalidade desta matéria. Além disso, na semana passada, estive com o Advogado-Geral da União, para tratar do decreto que foi prorrogado novamente e que deverá vencer agora, em novembro, para que ele pudesse refletir a respeito dos abusos que há naquele decreto, porque, na mudança do decreto, houve a inclusão daquelas multas absurdas, contrariando a lei que diz que a multa não pode ser maior do que a capacidade da atividade econômica do cidadão, e temos lá multas até de R\$50 mil por dia, e também com relação à exigência da averbação da reserva legal.

O próprio Congresso Nacional, já existe acordo sobre isso, que a averbação é uma impossibilidade nacional, então que do decreto também já



pudesse ser retirado. Portanto, Senadora Ana Amélia, fique tranqüila, porque as providências, sempre procuramos tomá-las a tempo e a hora na CNA.

Segundo ponto, o Ministro Alysson Paulinelli, meu professor querido, disse a respeito dos estudos, que temos capacidade, hoje, de estudar os biomas e estamos tentando fazer isso, estamos fazendo isso com a Embrapa, a CNA está investindo R\$20 milhões no Projeto Biomas, que agradeço aqui ao Ministro Reinhold Stephanes, que teve a visão, assim como V. Ex<sup>a</sup> teve lá atrás, na iniciativa da Embrapa, com tudo que o devemos, assinamos ainda quando Reinhold Stephanes Ministro, a primeira PPP rural do Brasil, que é uma parceria com a Embrapa, onde estamos estudando os biomas: são seis vitrines tecnológicas, uma em cada bioma, que servirá de *showroom*, vamos assim dizer, para que os agricultores de forma democrática e gratuita possam ter acesso à tecnologia, e a Embrapa fazendo, então, em rede, pela primeira vez, com a participação de 240 pesquisadores e 350 extensionistas, para que, depois, essas pesquisas possam ser transpostas para as propriedades rurais, de acordo com cada bioma. Então, estamos sim fazendo o dever de casa e, mais uma vez, agradeço a Reinhold Stephanes por essa iniciativa e por ter aceitado a parceria da CNA com a Embrapa.

Eu gostaria de fazer uma pergunta bastante objetiva, especialmente ao Ministro Alysson. Com relação ao cerrado, temos 204 milhões de hectares, na nossa contagem, temos de 50 a 60% dele aberto já em produção. Quantos ainda teríamos para usar do cerrado, se não tivéssemos nenhum impedimento, quanto ainda poderíamos usar do cerrado brasileiro? Pergunto isso por conta de que tenho muitas informações da própria Embrapa de que grande parte desse cerrado, que, hoje, está em pé, não precisa se preocupar, porque ele não é adequado para a produção. Mas gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse, se tiver condições, responder a respeito da utilização do cerrado, até quanto poderíamos ir.

Outro ponto é o seguinte: olhei e li detidamente o relatório da FAO, da ONU, e a CNA incorporou as metas do milênio, então, estamos participando ativamente no combate à fome, que é uma meta até 2015 reduzir a fome à metade, e não conheço outro jeito de reduzir a fome renunciando com comida, né? Claro que temos políticas em torno disso para que isso aconteça, mas uma coisa me deixou muito curiosa. No relatório da FAO, eles determinam que, para 2050, teremos 2,3 bilhões de pessoas a mais e que seriam necessários mais 120 milhões de hectares de novas áreas incorporadas para que possamos produzir nessas áreas e atender essa demanda de gente, de pessoas que precisam comer até 2050. E fico fazendo aqui a minha conta: 120 milhões de hectares não estão contando com as áreas que podem aumentar a produtividade não, a FAO é claríssima, são novas áreas. E ela coloca para o Brasil uma possibilidade de participar, nesses 120 milhões de hectares, com 10 milhões de hectares de novas áreas.



E estamos aqui, o Senador Tião Viana, acho que teve que dar uma saída, mas estamos aqui discutindo se vamos manter ou diminuir a área de produção de alimentos, e a FAO exigindo do Brasil que colabore com mais 10 milhões de hectares até 2050. Eu gostaria de saber onde e como vamos cumprir essa meta da ONU, eu gostaria muito de saber, estou preocupadíssima com isso. Na verdade, o que estamos fazendo hoje? E até confesso um pouco de covardia da minha parte, estou lutando com unhas e dentes, assim como tantos companheiros, para que possamos manter os 27% de produção. Você quer aumentar um pouquinho? Não, não, 27, pelo amor de Deus, porque ninguém agüenta mais. Hoje, segundo os dados do IBGE, do censo agropecuário 2006, temos 38% da área brasileira na mão dos produtores rurais, abate 100 milhões que é de reserva legal e APP, só tem 230 para produção. É isso que, pelo menos da minha parte, desesperadamente, estou tentando regularizar, deixar essas pessoas produzirem nessa área. Então, quando vejo os Ministros do Meio Ambiente, os ex-Ministros dizerem que esse projeto é um retrocesso – e esta é uma palavra interessante, é um *marketing*, repetida 24 horas – pergunto: retrocesso em quê, aonde, por que e com quem? Se precisar aumentar essa área e participar em 10 milhões de hectares, não estou nem colocando isso aqui em discussão para não dizerem que estou pregando que se desmate mais 10 milhões de hectares. Isso é um problema para o Governo brasileiro resolver com a FAO, com a ONU. Eu, como representante dos agricultores e Senadora também representante do meu Estado, vou me preocupar com os produtores do agora, que é a minha função, de legalizar a atividade de cada um deles. Agora, confesso que, nessa meta para o Brasil, Senador Moka... Produzimos 145 milhões de toneladas de grãos, a meta que a ONU nos impôs é de 292 milhões de toneladas de grãos até 2050, Alysson. De carne, produzimos 24 milhões de toneladas, a FAO quer que produzamos 50 milhões de toneladas até 2050. Aonde? Aonde? Nestas condições que estamos debatendo aqui hoje?

Eu gostaria muito de que o Senador Tião Viana, que está muito angustiado e com razão, já que é Relator de uma matéria..., Jorge Viana, desculpe, ele sabe que o confundo toda hora, não é por maldade...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Isso é paixão pelo meu irmão, paixão dele também por ela.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco/DEM – TO) – É saudades dele.

Mas ele sabe que não é por maldade, que tenho a maior consideração por ele, foi a convivência com o Tião.

Então, entendo essa angústia dele: recebe Ministro do Meio Ambiente, fala uma coisa, os da Agricultura falam outra. Mas a nossa função, com a maturidade que V. Exª tem, assim como Luiz Henrique, de ex-Governador, aliás, todos os Senadores deveriam ser, obrigatoriamente, Governadores antes de vir para cá, nunca fui, mas confesso...





**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senadora, quem não foi está habilitado e tem o direito.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco/DEM – TO) – Mas dá uma experiência. A vivência do Executivo estadual é uma coisa extraordinária, porque você convive com tudo, isso traz uma experiência. Tenho certeza de que os dois saberão arbitrar sobre isso. Não vim, ontem, aqui, à audiência pública, de propósito. Não foi por desrespeito, é porque fartei, não há respostas às minhas perguntas. Então, a repetição do retrocesso, retrocesso, retrocesso, amplia desmatamento, não amplia desmatamento, anistia, anistia, anistia, não consigo, tenho dificuldade, é uma deficiência minha, sou um pouco objetiva. Então, anistia como? Não estou recebendo nada de graça, se a função do órgão ambiental é recuperar o dano, e o dano será recuperado, essa multa vai ter que continuar porque é um castigo aos produtores do Brasil? Transforma-se num castigo, porque o Ministério do Meio Ambiente não é o fisco, não é a Receita Federal para arrecadar dinheiro. Então, se o dano foi recompensado como propõe o projeto, o cidadão vai gastar dinheiro para fazer tudo isso, qual é o sentido da multa, a não ser o castigo? Isso não é anistia, anistia se eu mantivesse no *status quo*, acabou sua multa, o que tenho que fazer? Nada, acabou a multa, isso é anistia, que também não é pecado. Quantas anistias este País já deu, inclusive para assassinos?

Bom, passar para os Estados a autonomia, responda-me: por que não? Por que não passar para os Estados? Hoje, praticamente, já está tudo assim, licenciamento de desmatamento são os órgãos ambientais e estaduais que fazem.

Estamos diminuindo o desmatamento no Brasil. Há oito anos da meta que o ex-presidente determinou já cumprimos 77%, Senador Jorge. Precisamos chegar a 80%. Quer dizer, nós vamos, oito anos antes, cumprir a nossa meta. Graças a quem? Quem licencia desmatamento? Quem licencia desmatamento é o órgão ambiental estadual.

Então, eles estão demonstrando eficiência, e não incompetência, ao contrário. O que não querem perder aqui, Alysson, é o poder político de decisão. Não querem que vá para os governadores porque não querem perder o debate, o discurso e o controle das ações, porque, infelizmente, os órgãos de meio ambiente neste país foram capturados pelos ambientalistas, não são mais órgãos republicanos. Ressalvo a Ministra, tenho muita consideração por ela, há pessoas boas nesses órgãos, não é generalizado, mas, infelizmente, conseguiram capturar todos esses órgãos, e eles não agem mais com imparcialidade.

Agora, quando dizem que não podem passar para os Estados, pergunto: eles querem ser maiores do que a Constituição? Então, que venham para cá, ganhem o mandato e proponham uma PEC para mudar a Constituição, porque o art. 24 é claro, matéria de meio ambiente é de competência concorrente e não é de exclusividade da União. O terceiro ponto, a que ninguém responde, nenhum deles, onde se aumenta o desmatamento. Por favor, diga-me o parágrafo,



o inciso, o artigo, em que esse relatório do Aldo implica desmatamento, gente. Não existe possibilidade. Ele ressaltou, em todas as oportunidades, que não há possibilidade de ampliar desmatamento na área de APP e na área de reserva legal. Agora, quando propusemos, lá atrás, e eu, inclusive, como presidente da CNA, fui uma das primeiras a pregar o desmatamento zero na Amazônia, não recebi uma linha de apoio, não recebi uma palavra de apoio. Ao contrário, o ex-presidente Lula e a própria Ministra Isabela foram os primeiros a dizer à imprensa: nós não concordamos com o desmatamento zero. O Aldo, assim mesmo, colocou no seu projeto, inicialmente, uma moratória de cinco anos. Teve de tirar porque ninguém concordou. Que história é essa, então? O art. 16 do Código atual, do Código velho, permite desmatamento, respeitando a reserva legal. É o único artigo que foi copiado *ipsis litteris*, na íntegra, que diz que o desmatamento pode ocorrer desde que haja licenciamento ambiental. Sobre o desmatamento criminoso nós nem vamos falar aqui. Então, Senadores, relatores especialmente, fico com muita dificuldade por não ter resposta sobre isso, para coisas tão óbvias, mas, se não fosse nada disso, só de termos 61% de preservação e 27% de produção, não pode haver dúvida sobre isso. Perdoem-me, mas não pode haver dúvida sobre isso, porque o Código, se continuar como está, no próximo censo agropecuário serão mais 100 milhões de hectares dentro das fazendas de reserva legal e de APP, nós vamos diminuir os 230 milhões de hectares menos 80, porque é o que os ex-ministros do Meio Ambiente querem.

Agora, a serviço de quem e para quem? Não dá, é uma conta que não fecha, uma conta que nós, brasileiros, não podemos aceitar. Menos de 27%, sem considerar a meta da FAO, não dá, é hipocrisia. Ou, então, nós vamos nos desfiliar da ONU, da FAO e não vamos mais ser habilitados a acompanhar as decisões de um organismo tão importante como esse. Ou vamos fazer de conta que essa meta não está sendo posta? O que vamos fazer com essa meta, relatores? Vamos virar as costas para essa meta? A meta está lá, tem de ler o relatório da FAO para depois não termos de voltar aqui para refletirmos sobre um mesmo assunto que já foi posto antes. Então, desculpe-me a demora, Sr. Presidente.

Encerro dizendo que estive anteontem com a Presidenta Dilma, em audiência com o Presidente da CNA. Aliás, fui muito bem recebida, fico muito agradecida por isso, o que demonstrou uma consideração com os produtores rurais – não comigo, mas com os produtores rurais do país. Fui muito bem recebida. Fomos discutir sobre a política agrícola nova que estamos construindo com o Governo. Começamos com o Reinhold Stephanes. Mais uma vez, Reinhold Stephanes, maravilhoso trabalho, dois anos e meio trabalhando nessa política. Enfim, tive oportunidade de colocar essa política para ela e disse à Presidenta: estamos apresentando um seminário em novembro – e ela confirmou a presença –, dos 60 anos da CNA, que é um estudo da AGV, mais uma vez, sobre a renda brasileira dos produtores rurais. Encontramos o seguinte número: 5,8% dos



produtores, apenas, Senadores, o que significa apenas 300 mil produtores de 5 milhões, produzem 78% do PIB agropecuário. Vocês...

Você acham que essas pessoas têm problema ambiental? Não tem, aqui já tiveram recursos para organizar as suas reservas legais, já tiveram recursos para organizar as suas APPs. Estou falando desses 3 milhões e 600, que produzem 7% do VBP brasileiro, que são 70% dos produtores. Esses, sim, eu disse a ela, não dão conta e vão defender a anistia, sim, se tiver. Assim como essa classe C, correspondente a 800 mil produtores, que produzem 13% do PIB agropecuário. Se você dividir por quatro membros da família, a grande maioria das classes D e E, dá menos de 70 reais/dia, o que significa abaixo da linha da miséria. Discutir meio ambiente sem falar de gente? Não há possibilidade, porque esse é o nosso mundo real, estamos aqui por causa dessas pessoas.

./Não dá para discutir sem falar nisso. Eu disse isso à Presidenta. É por esse povo que estamos lutando, em que pese digam por aí que os ruralistas defendem os pequenos para ganhar para os grandes. Que brincadeira, esse povo não tem problema, eles têm contratos internacionais, os ex-ministros sabem disso, eles têm contrato com as *trades*, não vendem produtos se não estiverem com a sua vida regularizada. Estamos falando da grande maioria, são 94% dos brasileiros que estão no campo. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Temos um último inscrito. Reitero a necessidade de sermos objetivos em função da agenda dos Ministros. Temos todo o tempo para continuar esse debate, que está fantástico. Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Rodrigo, o próprio Presidente Acir, Srs. Ministros convidados, Turra, Reinhold Stephanes e Paulinelli, caros Colegas. Serei breve, porque, depois do debate dos dois relatores, Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana e agora com a exposição da Kátia Abreu, só temos uma torcida: fazer com que busquemos o consenso. É uma grande tarefa. O trabalho que os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana terão pela frente nos próximos 60 dias, ou coisa que o valha, não será pequeno para tentar buscar isso. Ou, dentro da tese do Senador Jorge Viana, de reunir os nossos ex-ministros, como estão aqui hoje, assim como os que não puderam comparecer, da Agricultura, como os ex-ministros do Meio Ambiente, para tentar buscar alguma coisa de mais consenso para trazer como subsídio ou os representação de oitivas. Estamos num dilema, sem dúvida alguma, e temos de buscar um caminho.

Isso, na época de bandeirantes, Ministro Paulinelli – V. Ex<sup>a</sup>, que foi um grande ministro, lembro-me, inclusive, da época em que eu era Deputado Estadual e V. Ex<sup>a</sup> já pregava isso – o Governo estimulava os agricultores a, como bandeirantes, desbravar o Brasil. Recebiam até estímulos para avançar e irem com as famílias pelo Brasil afora. Sei disso. Lembro-me de que no fim dos 80,



começo dos anos 90, quando começou devagarzinho a questão do meio ambiente, eu era governador do Estado.

E o Paulo Macarini, que era o Secretário de Planejamento, aconselhou-me: olha, tem uma reunião do Meio Ambiente ali, acho que era bom fazer uma visita ao governador. Mas, na época, não se dava muita bola para isso, não era uma coisa pontual. Aí fomos até lá. Brincando, eu disse: por que vamos falar, praticar, pensar, em meio ambiente? Por que não todo o ambiente? A brincadeira ficou, foi registrada na imprensa catarinense à época. Agora, a gente começa a analisar. Eu vi um estudo, não sei se da FAO, vi nos jornais no último fim de semana, que no mundo precisamos aumentar, nos próximos dez anos - e a Kátia falou alguma coisa -, em 10%, 20% a alimentação. Uma coisa mais ou menos nesses termos. Também ouvi na reportagem que das últimas reservas do mundo temos a América do Sul, temos uma parte da África e do leste europeu. E, desses 20% que nos próximos dez anos precisamos aumentar no mundo, destina-se ao Brasil entrar com mais ou menos, em relação aos 20%, em torno de 40%. Eles entendem no mundo, os meios, a FAO, etc., pelo que senti, mais ou menos, que deva ser algo em torno de 40% para o Brasil, que tem esse potencial. Aí precisamos buscar um entendimento, buscar esse clamor, essa demanda mundial. E apelam para nós participarmos desse processo. Agora, deve-se conciliar isso que é importante, quer dizer, a produção com a sustentabilidade. E aí, então, quero deixar aqui essa preocupação com a qual estamos convivendo. Ainda mais os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, que, com certeza, não estão nem dormindo direito, porque precisam conciliar essas forças, conciliar essas ideias para buscarmos um consenso no Brasil, de conservarmos. Temos um meio - ou todo - o ambiente, como se diz, e temos a produção. Então, é um trabalho extraordinário e os senhores estão aqui para contribuir.

Quero cumprimentá-los. Paulinelli, eu já disse, o Ministro Stephanes, catarinense de nascimento, pelo menos, e o Turra, fiquei feliz em vê-lo, conselheiro do nosso BRDE, ex-ministro de tantas caminhadas. Vamos meditar, estamos ruminando um entendimento, precisamos buscar e nos aproximarmos daquilo que seja melhor para o Brasil, melhor para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Quero dizer que a Mesa está com um problema. Todos os três convidados têm compromissos e pediram para falar primeiro, porque estão preocupados com o tempo. A Mesa vai adotar, em função disso, a mesma ordem de intervenções.

Com a palavra o Ministro Francisco Turra.

**O SR. FRANCISCO TURRA** - Bem, em primeiro lugar, acho que foram tantas as questões que nós precisaríamos do mesmo tempo para respondê-las uma a uma.



Mas, vou tentar olhar sob a ótica de um cenário macro. Por exemplo, o Senador Moka perguntou quantos milhões de hectares nós ocupamos de 850 milhões de hectares que temos? Setenta e oito milhões de hectares, isso culturas temporárias e permanentes. É isso. Uma dúvida que é preciso colocar é a seguinte: Mas nós ocupamos isso? Nós somos eficientes? Eu repito: nós crescemos o dobro da produtividade dos Estados Unidos. O número de 150 milhões deixou a mim mesmo perplexo. Eu chegava no fim, revelava o número da safra, 160 milhões. Mas olhe que produto se divulga? Nos Estados Unidos se divulgam, por exemplo, 350 milhões de toneladas de milho e nós 60. Quantos usam para etanol? Eles usam hoje 130 milhões de toneladas para etanol. Nós temos 600 milhões de toneladas de cana em 6 milhões de hectares. Então, eu somando diria o seguinte: nós produzimos 900 milhões de toneladas e, vejam, nessa divulgação de 150 milhões e poucos é um desafio para a CNA, para a Câmara e para o Senado dizer o seguinte: Olha, quais são os produtos que entram? Os da PGQM, só. Produtos de garantia de preços mínimos. Nós estamos falando de fruta, de um monte de coisa. O Brasil é eficiente, meus caros, mais do que nós sonhamos, muito mais.

Outro detalhe, Senador Viana, nós efetivamente, sobre divergências não tenho nenhuma preocupação. Estava do meu lado o Ministro de Meio Ambiente, José Sarney, o filho, e ele, sobre transgênicos, era absolutamente intransigente: “Não, não, transgênico...” Tudo bem. Aprovamos a Lei de Biossegurança. Eu continuo vivo, tenho certeza, porque o mundo viu que incorporei a ciência e a tecnologia no alimento. Agora, a tese contrária seria para nos atrasar, que é interesse do mundo em nos deixar atrasados. Então, não vejo nenhum problema em confrontar, nenhum. Mas, se dependesse da idéia de muitos ambientalistas, muitos, o peixe estaria no meio ambiente, passando a mão nas costas e a gente importando o pescado. E o peixe é uma riqueza para o Brasil, por exemplo. Então, veja que eu não vejo um antagonismo, às vezes há uma divergência, a ótica, olhar as questões e também não acho que sou dono da verdade. Mas nós estamos passando aqui com o Ministro a experiência de quem viveu o Brasil, viu o Brasil, viu o mundo desmatar, Senadora Marina – a ex-Senadora falou – que isso é um estímulo ao desmatamento. Ora, sem lei, sem código, a consciência brasileira já não se estimula a desmatar, a destruir. Hoje está na consciência, muito mais do que no código, a consciência do Brasil de preservar. A gente fica louco da vida quando alguém destrói uma árvore na cidade!

Então, nós, que somos defensores da produção, somos defensores da preservação. Somos defensores, e esse código não estimula, essa proposta do Aldo não estimula, ela racionaliza.

Eu repito, uma lei que está vigendo hoje, que não pode ser cumprida e que o governo tem que prorrogar, porque é uma lei burra, tem que ser reformulada. E se não for aí é que se estimula, porque é no meio desses



descaminhos que se estimula. Agora, racionalize, estabeleça esse Código Florestal, que não é uma cláusula pétrea, que não é uma cláusula pétrea. Nós vamos ter o direito de flexibilizar. No ano que vem, vamos vendo.

Repito! Fui autor do código florestal do Rio Grande do Sul há 22 anos. Não mudou uma linha. E os Estados têm que ter uma parcela de contribuição, sim; têm que ter autonomia, sim, para serem corresponsáveis, porque a realidade do País é muito abrangente, é muito grande, é diferente, é diversa.

O Senador Jorge Viana, na sua Amazônia, que eu visitei, tem uma realidade. Para ele, riqueza é floresta, preservar. É isso! Para nós não é destruir a floresta, mas é usar bem o que podemos usar. Quanto poderemos nos apropriar ainda sem destruir, sem nada. Nós podemos nos apropriar, segundo a Embrapa, de 90 milhões de hectares a mais, segundo a Embrapa, sem destruir uma árvore, um bioma, sem agredir nada. É só a gente usar produtividade. Por exemplo, na pastagem. Eu repito, 250 milhões de hectares é muito para um rebanho de 170 milhões de cabeças. É só dar produtividade a menos... que nós vamos conseguir isso.

Eu só vou avançar em algumas questões. Sei que cada um vai dar a sua resposta. Eu acho que é uma responsabilidade imensa do Senado. A Câmara deu um passo muito bonito. Não imaginem que o Deputado Aldo tenha sido objeto de nada. Ele é um estudioso, é um homem competente. Ele viu o Brasil, e ninguém legisla sem olhar o Brasil. É o mesmo que eu, como Ministro, ficar em meu gabinete e nunca olhar para fora. Eu andei pelo Brasil, eu vi o Brasil, eu senti o Brasil nos meus pés e nas minhas mãos.

E ele também! O Aldo é um estudioso. Ele fez com muita responsabilidade e competência.

Haveria algumas coisas para mudar. Eu vi o Ministro Reinhold Stephanes.colocou muito bem. Há algumas coisas que, se desse para a gente, sem perder tempo, ajustar um pouco, ou emenda de redação, daria para a gente cuidar alguns aspectos que julgo importantíssimo para o País. Por exemplo, sobre o passivo ambiental, a gente caminhar... áreas degradadas, expansão da produção agrícola, a polinização, que, volto a dizer, é um tema importante, problemas de logística do Brasil. Nós somos culpados de dizer: “tudo tem que ser rodovia. A fluvial não pode, isso não pode, a ferrovia não pode!” por aí também caminha muito do dano ambiental que aconteceu no país.

Mas, meus amigos, perdoe-me, Srs e Sr<sup>as</sup> Senadores e Senadoras, acho que é um contribuição que nós damos. E a minha sugestão é que se for endereçado a alguns de nós algum questionamento para tirar alguma dúvida, eu não terei nenhuma dúvida em responder com a mesma sinceridade que fiz hoje. Eu lamento a gente não ter espaço para passar um a um os questionamentos que foram preciosos, responsáveis e importantes. Por exemplo, sobre áreas degradadas, sobre desmatamento zero. Seria o ideal, eu acho que vai acontecer.



E digo mais: eu acho que vai haver reflorestamento em áreas que precisam ser reflorestadas. Vai haver. E também, volto a dizer, tomara que a gente estude a palavrinha mágica “manejo”. Por que dizer “é proibido você cortar uma araucária!” Eu acho que seria melhor V. Ex<sup>a</sup> dizer assim: “eu permito, desde que você plante 100, 200, crescidas. Depois, que estiverem crescidas eu te deixo cortar uma araucária que está apodrecendo e que não nasce mais.”

Manejo é importante para preservar. É importante, e é uma palavra desconhecida até no trato do próprio Código.

Alguém perguntou, e eu preciso apenas dizer isso, como é que nos veem lá fora.

Se deixamos vender essa imagem, sem repelir, eu, por exemplo, já não teria mais consumo de frango, porque um sábio, que nós veneramos, o Evo Morales, diz que o frango brasileiro tem hormônio. Graças a Deus, a partir de quando ele falou, passamos a vender mais frango, porque mostramos que é uma inverdade absoluta, mas que o mundo coloca o dia inteiro na imagem do produto brasileiro, degradando, destruindo. É hormônio no frango, é agrotóxico, é tudo!

Essa é a forma que têm de nos barrar! Se vocês soubessem as barreiras que a gente tem, e nós andamos pelo mundo! Hoje, nós estamos com o dumping da África do Sul; o Iraque está exigindo mais do que a União Européia, em uma legislação absurda; o vem e faz isso; a Rússia simplesmente nos descarta e diz: “temos dúvida de laboratório, disso e daquilo!” Vem a resposta técnicas e aí é que ela desabilita mais plantas!

Tem de haver uma ação de governo para sermos tratados de igual para igual. Somos um país maduro, preservacionista, produtor e vamos cumprir a meta da Fao, se Deus quiser, sem nenhum esforço. Com produtividade, competência, que nós temos, e apropriação das áreas sem agredir bioma algum, Senadora Kátia. Ouvindo a Embrapa, e a Embrapa, para mim, é a voz da ciência no mundo. Não há empresa mais pura, mais reconhecida no mundo do que a nossa Embrapa.

Perdoem-me a veemência, mas eu falei porque amo o País e amo a vocação principal do País que é de ser produtor de alimentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE**(Rodrigo Rollemberg. Bloco.PSB - DF) – Muito obrigado, Ministro Francisco José Turra. Saiba que nós, se tivermos necessidade, faremos, sim, esses questionamentos e agradecemos a disposição de V. Ex<sup>a</sup> em responder e de continuar contribuindo permanentemente para esse debate.

Passo agora a palavra ao ex-ministro e Deputado Reinhold Stephanes.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** – Eu vou tentar responder objetivamente cada pergunta que foi colocada. O Senador Acir colocou a questão das negociações internacionais.



Eu acho que uma coisa tem que ficar muito clara. Eu participei de centenas de negociações internacionais, quer indo ao exterior, quer com missões vindas do exterior ao Brasil, e posso garantir que não temos um produto brasileiro embargado, ou tivemos um produto brasileiro embargado por questões ambientais no mundo. Não temos isso, isso não aconteceu! (*Pausa.*)

Como eu posso dizer que em nenhum momento essas questões eram levantadas e discutidas. Em nenhum momento. Agora, também posso afirmar com certeza absoluta que quem mais pressiona, quem mais leva o assunto a fóruns internacionais é o Brasil, através dos órgãos de meio ambiente que nos representam.

E aí – eu não queria ir mais longe – vou contar uma historinha pequena aqui para vocês. Quando estava sendo preparada a Cop-15, o Ministro Pinguelli Rosas era o coordenador, há mais de ano, de pessoas que iam para a Cop-15. Sessenta dias antes da Cop-15, eu fui para a TV Globo, convidado por toda a direção da TV Globo, por todo conselho editorial, para levar essa questão ambiental. Isso porque eu disse: olha, vocês estão dizendo coisas... Reuniram todos.

Levei três cientistas da Embrapa, fui lá, fiz toda apresentação, a reunião durou quase quatro horas. No final das quatro horas, além de terem pedido algumas desculpas por terem sempre dado informações por desconhecimento... Eu tinha falado à Globo que o Ministério da Agricultura e a Embrapa não haviam participado dos debates da COP 15, quando a agricultura era o setor que mais poderia contribuir em emissão de gases efeito estufa para a COP 15.

A Globo publicou editorial no dia seguinte. Eu fui chamado 28 dias antes para uma reunião, apresentamos quatro propostas, que foram cem por cento aceitas. E quando eu fui à reunião, com a Marina presente, com Pinguelli Rosa presente, eu falei sobre questões como fixação biológica de nitrogênio, ninguém sabia do que se tratava. O que mostra o total desconhecimento. Falei, em plantio direto, o quanto isso podia economizar. Quanto cada hectare recuperado pode economizar ou pode sequestrar de CO<sub>2</sub>. Enfim, tudo isso foi colocado...

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB - SC) – Nas pastagens degradadas, Ministro.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** – Isso, nas pastagens degradadas. Tudo foi colocado e tudo foi aceito. E ali surge um programa, que é a questão que foi levantada, mas depois respondo com mais detalhe, que é criar estímulos para exatamente praticar agricultura sustentável, cujos programas faltam. Já para recuperação de áreas degradadas temos financiamento. Já há dois anos temos esses financiamentos, o ABC.

Embora a coisa esteja começando, ela está caminhando. Mas, evidentemente, precisamos de muito mais estímulos. Por exemplo, quem usa o plantio direto com qualidade, porque existe plantio direto, de forma geral, mas





existe com qualidade, deveria, evidentemente, receber incentivo, uma diminuição na taxa de juros para isso. Com isso, nós estaríamos dando uma grande contribuição para conservação e diminuição de emissão de gases do efeito estufa.

Mas a primeira mensagem que eu queria dizer é que essa questão está sendo mais levada do Brasil para fora do que de lá para cá. Isso é muito interessante.

E aí eu fui a uma reunião – só que se fala em dimensões – na Holanda onde havia um debate. A maior universidade holandesa havia sido contratada para fazer um estudo sobre a sustentabilidade do plantio da soja. E eu então fui convidado para fazer uma exposição. Aí eu fiz duas perguntas. Primeira: se vocês não comprarem soja do Brasil, vocês vão comprar soja de quem? Segunda: os senhores tem idéia de qual é a área do Brasil em que se planta soja? Alguém tem idéia da dimensão da área? Só em 2% da área brasileira se planta soja. Acabou a reunião, literalmente, acabou o debate, acabou a reunião. Falta conhecimento, falta dimensão.

Bom, continuando Acir. Eu tinha já passado aqui para o nosso querido Senador Rollemberg, e depois alguém levantou, mas eu já respondo, a questão da reciprocidade. Quer dizer, países vizinhos podem produzir sem nenhuma conservação do meio ambiente, e nós importamos deles. A Europa pode produzir sem ter uma árvore nas beiras dos rios, e nós importamos os queijos, os vinhos, e outros produtos europeus.

Então, há necessidade, e o projeto, é o que alguém levantou aqui...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Fora do microfone) – Eles exigem tudo de nós, e nós não...

**O SR. REINHOLD STEPHANES** – Então, existe uma emenda que trata disso de forma muito racional, que eu já apresentei aqui à Mesa. Eventualmente, pode ser discutida e pode ser incorporada. Isso diminui um pouco as pressões de lá para cá. Quer dizer, a Holanda não pode mais nos pressionar se ela não tem uma árvore em pé. Quer dizer, a Holanda não pode chegar no Mato Grosso, como eu assisti, lá no gabinete do governador, e dizer: Não, vocês não podem usar vias navegáveis, porque se vocês usarem vocês estarão poluindo o meio ambiente, etc., etc.

Mas, gente, a Holanda é cheia de canais, e vocês fizeram o quê? Agora nós não podemos! Então, você diminui um pouco esse tipo de colocação.

A Ana Amélia...

Quer dizer, quando se colocou esse número aqui, foram colocados dois milhões. Por que um milhão de pequenos produtores, esse foi um dado medido pela Embrapa, um milhão de pequenos agricultores se tornarão inviáveis? Por quê? Porque eles estão nas margens de rios. Eles têm quatro, cinco, dez, vinte ou trinta hectares e estão à margem do rio. Foi ali que eles se estabeleceram, que seus avós, que seus bisavós se estabeleceram. E na hora que eu exijo deles, que eu exigia deles o cumprimento da atual legislação, os trinta



metros ou, se fosse ao lado do rio Iguaçu, os quinhentos metros, a propriedade deles desaparece, ou quando eles têm um pequeno riacho que passa por dentro e mais a reserva legal.

Então, efetivamente, um milhão – isso era um dado real, absolutamente real – deixaria a propriedade se cumprisse a legislação que existe hoje. E Santa Catarina enfrentou isso. Por isso que o então Governador teve que tomar as decisões que tomou, porque na medida em que você forçasse... Nossa sorte é que não se exigia o cumprimento. E aí é que surge a famosa data mágica de julho de 2008, que é uma data mágica – eu já respondo –, porque é a data do decreto, mas que é uma data mágica. Eu até acho que não seria a data correta. Talvez a data correta seria 2001, quando as novas regras entraram em vigor. Mas em todo caso, não vou colocar isso em debate. Eu estou dizendo que a data mágica surge em função do decreto.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB – MS) – Agora, Ministro, esse decreto foi de comum acordo com o então Ministro do Meio Ambiente.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** – Não, desse decreto o Ministro da Agricultura e todo o País tomou conhecimento por Diário Oficial. Foi a primeira vez que eu bati na mesa. Dali por diante, nunca mais saiu um ato sem ser conversado. Porque os atos todos eram baixados... Um grupo se reunia, redigia, e então uma menina de... Desculpem-me, não é por questão de idade, porque com 25 anos de idade eu já era Secretário da Fazenda. Não é por questão de idade. Mas uma menina sem absolutamente qualquer conhecimento, absolutamente urbana, sem nenhum histórico, foi quem apresentou e elaborou, com alguns ambientalistas, esse decreto.

Aí eu quero dizer o seguinte, que é a primeira resposta que eu vou dar ao Senador Tião Viana, mas depois vou entrar em mais detalhes. Desculpem-me, Senador Jorge Viana. Eu sabia que era o Jorge, mas é que o Tião a gente tem muito na cabeça. Foi um grande companheiro da gente, um grande Senador, uma figura extraordinária.

Mas quando falo isso, falo até com várias razões. Quando falei no tal jornal conservacionista, de 32 anos atrás, por coincidência, quem está no centro aqui e era reverenciado pelos conservacionistas sou eu. Ou seja, eu nasci na enxada, na nossa Santa Catarina. Eu fui educado em colégio agrícola. Eu fui o Presidente da Comissão que coordenou a Embrapa, quem criou e implantou o Incra, que ajudou a colonizar Rondônia. Eu andei lá, em Ariquemes, Vilhena, Ji-Paraná, andei em Altamira... Ou seja, eu tenho uma certa visão. Eu já estou contando isso porque depois vou responder outra pergunta em função disso, que seria aquela pergunta do... Como vou me sentar à mesa – fiz isto dezenas de vezes – com o Ministro Minc? Enquanto eu estava fazendo isso, o Ministro Minc estava fazendo o que na praia? Então, veja a dificuldade de se sentar com o Ministro do Meio Ambiente. Cito o Minc porque ele foi citado aqui como exemplo. Ou com o Sarney Filho, com quem nós nos sentávamos à mesa. O que eles



faziam enquanto eu tratava, na enxada, de conservacionismo, tratava de agricultura. E quando eu ia para a mesa de reuniões, com três, quatro, cinco cientistas da Embrapa, em conservação, meio ambiente, doutorado, pós-doutorado, a reunião terminava num desastre, porque o discurso era ideológico, era político, não se conseguia um discurso técnico. Por isso, eu tenho muita dúvida quanto à possibilidade de reunir ex-Ministros de Meio Ambiente com Ministros da Agricultura. Porque os Ministros da Agricultura normalmente têm uma história técnica. Se eu pegar o Cirne Lima... Quer dizer, nem todos. Ultimamente não tem sido bem assim. Mas, historicamente, o Cirne Lima era um homem respeitado nacional e internacionalmente como um homem da agricultura. Quando ele foi escolhido, ele contou a história dele, tudo que ele foi.

Então, é difícil sentar. Depois, nós temos algumas diferenças de pensamento com as quais eu concordo absolutamente. Vejam bem, quando se fala em desmatar ou não desmatar, em biodiversidade, em não biodiversidade, é evidente que a Amazônia... E eu sempre digo o seguinte, eu defenderia não derrubar mais uma árvore no bioma amazônico, sou o primeiro a defender isso, o primeiro a defender isso. Mas, se eu aí olhar o Paraná – aí desculpem se eu tenho a visão distorcida por ter a distorção de Santa Catarina, do Paraná – verei que o Paraná é o Estado mais desmatado do Brasil. Agora, é o mais eficiente em agricultura, é o mais preservacionista em agricultura. Enfim, você não tem problemas de emissão de gás do efeito estufa, porque há uma neutralidade ali, você não tem problemas ambientais, os rios que vão para o lago Itaipu – dizia-se que em 35 anos Itaipu estaria assoreado – não têm um único metro de assoreamento – porque as coisas são bem feitas. Agora, evidentemente que, assim como eu defendo que se mantenha a produção sustentável no Paraná, é claro que alguém falou seu eu seria a favor dos 5 anos. Não, eu seria, fui um dos que defenderam isso. Isso vai prejudicar pessoas da região Norte, porque não vão poder desmatar durante 5 anos. Embora eu tenha achado que há uma lógica nisso, quer dizer, ocupar o que existe, cada vez com mais sustentabilidade, criando políticas de incentivo a isso, políticas de pagamento, enfim, você tem que criar uma série de coisas adicionais mais ativas e, enquanto a gente decide melhor, estuda melhor as questões do bioma amazônico, vamos dar uma parada. Eu, pelo menos, concordava com isso.

Mas o que eu também queria dizer, já, Senador, aproveitando, fugindo um pouco das respostas que eu estava dando, é que eu debati muito com ambientalistas da televisão – há 3 ou 4 que são grandes ambientalistas – conversei, estivemos em alguns congressos juntos. Veja bem, eu, em todos meus pronunciamentos digo o seguinte: tenho o maior respeito pelos ambientalistas. Eu acho que ser ambientalista é uma coisa nobre, importantíssima. Agora, entre ser ambientalista e entender de meio ambiente há uma diferença muito grande. A maioria dos ambientalistas com quem tive oportunidade de reunir e discutir tentando acordos, tentando entendimentos... E aí eu citei – desculpe citar



novamente o Sarney Filho, citei o Minc, citei outros – eles não conhecem meio ambiente. A própria Marina, por quem tenho o maior carinho e respeito – mas tenho mesmo pela figura humana, pela pessoa – um dia eu disse: “Marina, você já pisou alguma vez no Estado do Paraná? Não. Você já entrou na área de produção de São Paulo, do Paraná? Não.” Então, veja bem, é difícil você efetivamente estabelecer um debate. Claro, eu não estou dizendo que nós tenhamos a verdade, mas por isso uma reunião dessas não é possível. Agora, se escolhermos – e aí eu cito a Isabela como grande exemplo – para debater e escolhermos algumas pessoas desse meio acadêmico científico, mas junto também do meio acadêmico e científico da Embrapa e o sistema, eu costumo dizer: “Gente, a Embrapa é o símbolo, mas nós temos 17 unidades de pesquisa no Brasil, há trabalhos extraordinários, como o Instituto Agrônomo de Campinas, o Iapar, o de Minas, enfim, Viçosa. Nós temos gente extraordinária. Então, tudo bem, vamos escolher grupos de pessoas, cientistas dessa área que não tenham o viés ideológico, o viés político. Evidentemente, aí nós podemos sentar e devemos sentar. Assim como também não devemos só escolher os ministros da Agricultura que têm posições já mais definidas, vamos escolher os mais tranquilos, os mais equilibrados. Aí, talvez, nós chegássemos a um bom termo. Agora, da outra forma, efetivamente é muito difícil. Você vai ter um grupo de um lado e vai ter um grupo do outro lado e dificilmente haverá o bom senso para o entendimento.

Bom o Moka já foi respondido. O Jorge Viana, em parte.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Uma lei para toda a Amazônia, Ministro.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** – É Eu gostaria só de me referir um pouquinho porque eu acho esse tema importante.

Bom, em relação ao consumo de agrotóxico, eu tenho uma visão, mas eu vou deixar isso para algum especialista maior responder, mas acate-a em relação ao atingimento de metas. Veja bem, para mim está muito claro – e com base na ciência ; não é opinião pessoal minha, é com base na ciência e nos que entendem –que o Brasil tem que dobrar a produção agrícola nos próximos vinte anos. É o que a FAO quer, é de que o mundo precisa, é o que o mercado que está lá fora, e os preços melhorando para os nossos produtos. Ou seja, saímos daquela função de grandes importadores, no passado, – uma história muito bem colocada – para um país dinâmico, com uma grande potencialidade de ter a agricultura como instrumento estratégico para o desenvolvimento. Então, veja bem: está previsto que o Brasil dobre-a em vinte anos.

Aí, nós poderíamos perguntar: que problemas ambientais nós teríamos? Primeiro, tem que ficar claro que 70% desse crescimento será através de eficiência, será através de tecnologia, que é o que vem acontecendo. Não teríamos aí nenhuma novidade. A segunda, que já foi colocada pelos outros Ministros, é avanço em áreas de pastagens e que não são 250 milhões de hectares. Utilizam-se hoje 160 milhões de hectares; e 40 milhões de hectares não



foram declarados, porque estão mais ou menos degradados. Por isso, não foram declarados ao IBGE como utilizados. Quero dizer, o total seria 200, dos quais, efetivamente, estão se usando 160 milhões de hectares.

Nesse cômputo, nesses próximos vinte anos, a área adicional – porque há a irrigação também como outra forma de crescimento – a ser utilizada seria exatamente dez milhões de hectares nas regiões do cerrado, principalmente, no Matopiba, que tem uma área extraordinária. Isso é o que está previsto e, claro, manter a área atual de produção consolidada, com as correções que estão introduzidas com esse código que foi elaborado.

Agradeço muito a oportunidade, agradeço muito ao Tião Viana em ter nos convocado, isto é, ao Jorge Viana em ter sugerido. Eu vou persistir nisso?. Mas em homenagem ao seu irmão, pronto! Mas, Jorge, obrigado por nos dado essa oportunidade. Agradeço, enfim, a todos que aqui levantaram algumas questões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Reinhold Stephanes por sua contribuição a esse debate.

Passo a palavra ao Ministro Alysso Paulinelli.

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Com muito prazer e honra, eu agradeço a oportunidade das perguntas, porque me dão chance de descer a alguns detalhes. Por escolha, baseei a minha exposição nas duas anteriores, que achei que foram muito objetivas, e preferi fazer uma explanação geral sobre a competência brasileira junto ao panorama mundial hoje.

O Brasil é o grande detentor de tecnologia de região tropical do mundo. O Sr. Obama não veio aqui pelos belos olhos da nossa Presidente, não. Aquilo foi uma confissão de que o Brasil deve tratá-la com muito carinho. O Presidente da maior Nação do mundo, da maior economia do mundo, veio ao Brasil para pedir ao Brasil que os ajude, “porque vocês são detentores da competência para produzir alimento e energia renovável que o mundo não tem. Vocês são capazes de fazer isso, e nós precisamos que vocês ajudem a América do Sul, a América Central, a África e outros países tropicais com o que vocês já detêm.” Essa foi a fala do Sr. Obama. Nós precisamos tomar conta dessa fala, sim. Ela é importante para valorizar o que fizemos até hoje.

Eu aproveitaria... Acho que o Senador Viana foi muito objetivo na sua sugestão. Eu me disponho a vir na hora em que quiser, Senador. Agora, nunca obtive deles – e eu já tenho debatido...

O José Carlos é meu amigo, é meu irmão, chama-me de professor dele. Gosto muito, e ele tem a idéia também de que só vamos resolver a maioria desses, vamos chamar, contextos que estão havendo, através da ciência. Ele defende uma Embrapa para a ecologia. Eu acho que não é preciso. Acho que, no caso da Embrapa, é só não deixá-la passar por 24 anos de apagão científico – de que este moço aqui ajudou tirá-la – que ela sofreu que não vai haver perigo. Ela



tem condições de fazer o que nós precisamos com relação ao conhecimento dos nossos biomas e a forma racional de utilizá-los, porque bioma não se utiliza só destruindo, não.

Uma coisa que o cientista a que me referi aqui, o Paulo de Tarso Alvim, me ensinou é que a única que ele aprendeu nos 21 anos na Amazônia é que, das seis horas da manhã às seis horas da noite, a Amazônia produz a energia de que o mundo necessita em um dia e que nós não conhecemos como e nem como utilizá-la. Será que essa não é uma questão em que temos de pensar hoje? Nós temos ou não cientistas?

Eu faço questão de acompanhar os concursos da Embrapa nessa renovação que houve, graças ao chamado PAC. Na Embrapa, só os que contratei em 1974, todos têm condições de aposentar. São mil. Eles já conseguiram contratar 901. Eu vou dar um depoimento aqui com o que os senhores vão ficar chocados. Se, em 1974, nós abrimos um concurso e só apareceram 52 pós-graduados, três estrangeiros e um naturalizado, nos concursos da Embrapa hoje, para uma vaga, aparecem mais de 150 doutores com pós-doutoramento. Gente, isso é uma resposta! Mais de 150 doutores, inclusive com pós-doutoramento, para se preencher uma vaga. Isso é o sinal de que o Brasil tem competência, de que é preciso botar essa competência para trabalhar. Nós estamos nos esquecendo de que, , nós podemos fazer o que o mundo não tem: as nossas universidades.

Quero repetir aqui: quando criamos a Embrapa, eu tinha sido Presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – Abeas, por dois anos consecutivos. Eram doze escolas de Agronomia e nove, de Veterinária. Hoje, nós temos o maior potencial de conhecimento de agricultura tropical nessas universidades e nessas escolas. Por que nós não vamos confiar? Por que estabelecer esse debate inútil? Quanto custam as exigências que estão fazendo através do meio do sistema de fiscalização do meio ambiente? Quanto custaria botar cientistas analisando, conhecendo o Acre, a Amazônia, os seus biomas, que são vários, e, depois, nos dizerem: “Este aqui tem que ser intocável. Este aqui você pode aproveitar com um plano de desmatamento ou de uso da madeira sustentável ou outra forma qualquer”. Eu não entendo isso. É o Brasil, que tem o maior potencial, a que chega o Presidente da maior Nação do mundo e diz “vocês tem que nos ajudar, porque vocês têm a tecnologia e tem gente competente para fazer”, e nós aqui não estamos acreditando nisso. Eu acho que há alguma coisa errada.

Ao Senador Jorge Viana, eu diria, Senador, nas discussões que tive, nenhum dos ex-Ministros me garantiu: vocês têm capacidade de executar essa lei que está vigente? É só isso. Quanto ela vai custar ao País? Eles não sabem. Eu faço essas duas perguntas e normalmente termina o diálogo. Normalmente termina o diálogo. Eu vou ser franco com o senhor: o que vocês estão analisando ainda tem muito de achismo. A única vantagem que eu vejo é que esse código dá claramente um rumo para que, dentro de cinco anos, se proponham mudanças



com base em estruturação científica. Não é com a base de um cientista – cuidado com isso –, mas, vou repetir: com base em estruturas científicas, porque um cientista é sempre um grande colaborador, mas, quando ele fica solto, ou ele vai pesquisar sexo de anjos ou vai fazer seus *papers* achando que ninguém mais é capaz de contestar. Eu acho que a estruturação científica é muito importante. Acho que a Embrapa ganhou com isso.

A Embrapa tem programas de pesquisa que são respeitados religiosamente e que levam a dar soluções a problemas nacionais. Eu tenho muito medo de um cientista que se rebela, às vezes, sem ter efetivamente um apoio dos seus colegas nessa sua rebelião. Eu sou muito franco com relação a isso. Acho que o Brasil tem competência, acredito nessa competência. O ensino das ciências agrárias no Brasil evoluiu muito. Sou filho de agrônomo, sou agrônomo e pai de agrônomo. Entre meu pai e meus filhos, a diferença de conhecimento e de preparo desse profissional é tão grande que me assusta. Isso me assusta.

Então eu gostaria de ser muito franco: nós precisamos imediatamente tornar viável a legislação que está aí, porque, eu vou repetir, ela foi formada, em sua grande maioria, na base do achismo. Não há um conceito científico que embase a maioria dessas resoluções que estão aí.

Eu pediria aos senhores que querem, na parte legislativa, chamar o Centro Nacional de Florestas da Embrapa lá de Curitiba, em Colombo, para se manifestar. Lá tem um grupo de cientistas, inclusive um que, por coincidência, é formado em advocacia e estudou muito constituição e legislação. Vocês vão ficar assustados ao saber como é que se modifica uma constituição através de decretos e normas. Ele tem tudo isso catologado e poderia prestar um grande serviço. É só chamar a Embrapa que eles trazem o seu pesquisador – acho que o nome é Sérgio, desculpem-me, esqueci o nome dele –, é um sujeito excelente, trabalhou junto à SPBC, foi companheiro nosso e eu gostaria de que vocês tivessem oportunidade de ouvir um homem como esse para ver o que se tem feito nesse código. Ele vai explicar isso com detalhes.

O nosso Presidente pediu informações sobre o crédito adequado. O crédito agrícola no Brasil caiu demais. O Brasil teve uma experiência muito boa nas décadas de 60 e 70. De 80 para cá, com as crises econômicas, se bagunçou o chamado crédito rural.

O crédito rural hoje se transformou numa arma perigosa e o Brasil, pior do que isso, não cumpriu o que precisava em termos de complementação de instrumentos de política agrícola. Você abrir crédito ilimitado sem ter seguro é um risco muito grande. Somos o único País grande produtor que não tem seguro. Eu vou dar uma informação aos senhores e gostaria de que estudassem isto: os países ricos do mundo estão subsidiando seus produtores através de seguro. Eles não fazem só seguro de preço. Esse tem empresas privadas que estão fazendo a custo razoável. Eles fazem seguro de renda. Isso arrebenta com qualquer concorrente por mais competente que nós sejamos. Eles estão fazendo isso e nós



não podemos ir à OMC para poder contestá-los, porque não é um subsídio; é um instrumento de política agrícola chamado seguro rural.

Nós temos isso no papel. Posso dizer aos senhores que a emenda que estabeleceu o seguro rural no Brasil é de minha lavra. Eu era Deputado na constituinte, com o apoio de todo o Governo, inclusive do PT e do Sr. Lula. Eu falei isso para ele nos 150 anos do Ministério.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco/DEM – TO) – Ministro Alysson, um aparte. Na discussão com a presidente, anteontem, da política agrícola nova, o pilar principal era este: renda, crise de renda, garantia de renda.

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Espero que ela cumpra, porque não falta mais nada. A lei está pronta.

Criou-se, no Brasil, algo que é muito evoluído e chama-se fundo de catástrofe. Tem toda a regra e a constituição, a emenda é minha, mas é vergonhosa, porque dou só a norma geral, mas chego a detalhes sobre como ela vai ser executada. Fiquei com vergonha, mas tinha certeza de que o Governo tergiversaria. Então botei que ela tem que ser executada através de empresa privada, o Governo monta os recursos como seu concorrente, país concorrente, para poder subsidiar o seguro rural. Não temos seguro rural desde 1988. É muito interessante isso.

Portanto, o crédito é complicado. Agora, saiu recentemente uma norma chamada Agricultura ABC que atende ao agricultor pequeno, médio e grande para fazer uma agricultura conservacionista. Ela comporta todas as atuais tecnologias. Estou dizendo isso porque fui um dos primeiros...

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – E tem juros mais baixos?

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Mais baixos. Não é só o juro, porque juro, às vezes, não resolve o problema, mas inclusive dá prazos para que com a renda você pague. Isso que é fundamental.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco/DEM – TO) – Se não me engano, são sete anos de carência.

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Até mais. Dão até oito anos de carência.

Então eu só quero dizer que, se a gente ficou parado um ano, hoje não são muito mais do que dez ou doze que conseguiram aprovar esse crédito.

Eu peguei toda a Emater e nós fizemos isso. Minas Gerais fez um programa de demonstração da integração lavoura, pecuária e floresta em 311 campos no Estado inteiro. Foi um sucesso. Os agricultores saíram... Mas quem vai nos financiar não tinha o dinheiro para fazê-lo. Agora tem. Basta que se restabeleça a estrutura operativa que o nosso Ministério não tem e coloque isso em funcionamento.

A sua pergunta sobre anistia é mais ou menos no mesmo sentido. Perguntou-me a Senadora sobre...





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Moratória.

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Anistia ou moratória. Eu gostaria de dizer o seguinte: o espaço é muito pequeno para a gente discutir isso. Eu acho que nós temos que ter bom senso. As sugestões que o Ministro Stephanes levantou aqui são muito procedentes. O próprio Ministério do Meio Ambiente hoje aceita composições. O que não pode é aquela estupidez que está lá e que eles insistem que deve ficar na lei como uma espada de Dâmocles, porque eles não têm condição de fiscalizar aquilo, não.

Gente, fiscalismo no Brasil é um perigo, especialmente quando a lei parte de tergiversações como essas que nós temos. Está-se fazendo, eu faço essa denúncia tristemente e tenho como comprovar isso, o fiscalismo no Brasil, especialmente nessa área. Isso está sendo matéria de se criar dificuldades para se vender facilidades. Sou claro. Isso se repete no Brasil. No meu Estado, criaram dificuldades e vendem facilidades. Será isso que nós queremos no País? Não seria muito mais lógico que nós fizéssemos o inverso pelo estímulo, pela competência, que aqueles que são capazes, ao contrário, recebam, como é a sua pergunta seguinte?

Essa situação de ICM, desculpe, de ITR, o Brasil já tentou várias vezes a variação do ITR em função de tecnologia. Não deu certo até agora, sinceramente. O ITR deixou de ser um instrumento de política agrícola no Brasil há muito tempo, tanto que passou para os Municípios, mas estes não estão usando. Eu acho que nós precisamos ter outros instrumentos. Por exemplo, se as multas fossem bem aplicadas, elas poderiam se transformar em fontes de recursos para pagamentos de serviços ambientais prestados com eficiência. Esse é um exemplo que eu dou.

Preservação de água, tarifa de energia elétrica, que também foram perguntas que os senhores fizeram, me tocam pessoalmente. Eu sou um produtor de águas e me orgulho demais de ser produtor de águas. A minha propriedade, eu a recebi em 1992, e estou trabalhando nela durante todo esse período. Praticamente não tinha água. Eu hoje já tenho água para fazer irrigação de salvação, porque lá é o início do sertão mineiro, é seco, é a mesma isoleta de Confins; e se escolheu Confins porque não chovia muito. Eu tenho lá muita deficiência. Tenho veranico todo ano. No ano passado tive 40 dias de veranico. E produzi água agora, que tenho para fazer até uma irrigação de salvação.

Já tive a visita do Zé Carlos Carvalho, que ficou muito agradecido. Levou toda sua equipe, com 35 membros.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ALYSSON PAULINELLI** – Pode ser. Eu agradeço se ele citou, porque é muito meu amigo. E amigo elogiando amigo às vezes é perigoso, né?



O que eu quero dizer aos senhores é que me orgulho muito, porque hoje tenho, na minha propriedade, água suficiente, que eu não tinha. E o fiz por meio de projetos interessantes como o da Embrapa, por exemplo, das barraginhas, que me restabeleceram e elevaram o meu lençol freático. Eu tenho 67 barragens dando suporte a uma das minhas principais bacias e ela voltou a ter água permanente. Não existia água ali.

Eu fico muito feliz com isso e acho perfeitamente possível, não só pelo reflorestamento das nascentes, não, mas a proteção e o manejo adequado. Proteção e manejo adequado às vezes é muito mais do que só reflorestamento.

O último. Pagamento pela prestação de serviços ambientais. Eu não tenho dúvida, especialmente o pequeno produtor. O grande produtor tem a sua empresa em condições de ser sustentada, autossustentada. O pequeno produtor, não. Ele está deficitário.

Os dados captados pela Embrapa, por meio do estudo que o Dr. Eliseu Roberto de Andrade Alves fez agora é impressionante. Nós podemos pegar aqueles dados e verificar que a maioria dos nossos produtores está abaixo da linha de pobreza. Se se quer combater a pobreza no Brasil, não é penalizando esse produtor, não, mas fazendo isso que você está sugerindo aqui. Isso aqui precisa ser feito.

O Brasil tem um diferencial, mas, infelizmente, tem a dicotomia que todo país subdesenvolvido tem. De um lado uma agricultura de subsistência. Não vamos chamar de agricultura familiar, não, porque fizeram uma confusão com esse termo. Há agricultura de subsistência, onde a subsistência é baixíssima, a renda é baixíssima e é uma miséria; e agricultura empresarial, grande, média e pequena, familiar ou não. Essa, sim, é competente e é possível o seu desenvolvimento com menos ajuda. Para aquela, a prestação de serviços fundamentais precisava ser, essencialmente, para o pequeno produtor, que está fazendo seu autoabastecimento.

Senador Acir, lei única para biomas diferentes. Você tem toda razão. Como o Senador, que mora no Acre, que é do setor agrícola, pode compreender que nós vamos fazer a mesma lei para uma região riquíssima, que o Brasil ainda não soube aproveitar, que é o semi-árido nordestino e tem um rio chamado São Francisco?

Aí, eu não entendo. Fiquei com vergonha do meu estado quando vi aquela movimentação para impedir que se fizesse a transposição das águas do São Francisco. Houve uma movimentação até de governadores. E eu peço desculpas ao futuro. O meu estado fazendo uma coisa dessas? O São Francisco joga, hoje, 600 metros cúbicos de água no oceano atlântico, por segundo. Desculpe-me, meu Senador. Muito obrigado. Por segundo! Por que não tirar 30?

Eu fiz um projeto, em Minas, o Jaíba, de minha autoria, que tirou 80! Naquela época, ninguém gritou. Fiz um dos projetos onde primeiro se falou em



reserva ambiental. O Banco Mundial elogiou o projeto e me arrumou dinheiro para realizá-lo. Hoje, eu vejo exatamente o inverso. Que negócio é esse?

Nós vamos abastecer o oceano atlântico? Se vocês forem à China, os rios mais importantes da China, o Yang Tsé e o Amarelo, já não estão indo ao oceano. Tem um que passa quatro meses sem jogar um litro de água no oceano e o outro já não joga mais. E o chinês está aproveitando essa água dentro do possível, principalmente para irrigação. E nós aqui?

O Brasil precisa e vai ser um país rico, graças a essa arrancada no seu setor agrícola para trazer água da Amazônia para o Nordeste e para onde precisar, sem risco.

Quem falou aqui hoje foi o meu querido colega Reinhold. Não é só a Holanda que está cortada de canais, não; a Alemanha é totalmente cortada de canais navegáveis, por onde passa só um navio com um metro de distância dos dois lados. Meus amigos, eles sabem aproveitar a água. E nós, aqui, estamos jogando quantos bilhões de litros de água doce no oceano a troco de quê? De uma filosofia ou de uma ideologia? Acho que nós temos que separar esse joio do trigo. Não tenham dúvida disso.

Reciprocidade dos países. Bom, o Reinhold já comentou e não tenho dúvida. Eu acho que o mundo vai começar a pensar num programa de organização ecológica. Ele não pode ficar como está, porque o Brasil tem 62, 67...

*(Intervenção fora do microfone.)*

Completamente. O mundo vai ter que pensar nisso.

Senadora Ana Amélia, com muito prazer. Pesquisadores. A senhora se referiu ao que eles têm feito; e podem fazer muito mais. Pelo amor de Deus, o Senado precisa acompanhar essa Embrapa. Ela passou 24 anos de apagão científico. Esse moço aqui viu as minhas reclamações, quando Roberto Rodrigues, que eu considero irmão...

O Roberto é meu irmão! O que o pai dele fez por mim faria por um dos filhos. Ele me fez isso. E eu tenho pelo Roberto o maior respeito e a maior admiração. Quando o Roberto me falou: "Paulinelli, estou com um problema na Embrapa, ali eu não pude colocar a mão; você poderia me ajudar?" Eu fui lá. A Embrapa tinha 4% de recursos! Uma Embrapa que tinha um orçamento de um bilhão, com 4% de recursos limpos pra fazer pesquisa. Meus amigos, é aquela máquina tão grande que toda sua energia é consumida na máquina e não sobra nada para puxar os vagões. Não pode acontecer isso.

A Embrapa precisa ter recursos pra tirar essas dúvidas dos congressistas, dos brasileiros, dos produtores, dos ambientalistas. Experimentem usar mais a Embrapa, mas não a deixem ficar falida! Perdemos muito da Embrapa. Felizmente, criou-se ali um espírito de corpo que a manteve na base do idealismo, que sustentou este País e fez o que precisava. Eu me orgulho muito disso!



Eu me lembro bem de que tentei fazer um esforço pra deixar, enquanto governo, um sistema de autossustentação da Embrapa. O Presidente da época me falou: “Não vá criar instituições corporativistas; a Embrapa vai valer pelo que ela faz e pelo que ela produz e não porque é uma instituição”. Lição que aprendi e me orgulho disso. A Embrapa não morreu porque ela, efetivamente, tem competência.

Senadora, biotecnologia e redução de químicos. Está havendo muita redução de químicos, sim. Essa pergunta já me foi feita. Hoje, nitidamente começou a cair o consumo de... Não somos o maior... Alguém perguntou e eu vou abordar ali na frente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

Não somos o maior consumidor de agrotóxicos. Você tem uns países que não dão muita estatística, a China é um deles. Embora, na China, as agriculturas serem tão pequenas que eles podem matar as pragas com a mão. Nós não podemos fazer isso aqui. Agora, posso garantir o seguinte: a maioria dos químicos que estamos usando, Senadora, são absolutamente degradáveis. Esse que faz um estrago tremendo na imprensa e especialmente os ambientalistas gritam contra, o grifosato, com 52 dias não se acha absolutamente nenhum resíduo de nada, depois de aplicado. Então, se não há resíduo, que mal faz?

Estamos caindo, sim, graças à biotecnologia. Este ano, já vamos usar, pela primeira vez, um milho transgênico que controla as três lagartas que são fatais. E tem o RR, que permite capinar sem estragar o milho.

São evoluções, no campo da Biologia, que vão nos ajudar muito. E o Brasil, graças a Deus, está conseguindo acompanhar. Existem discussões que acho que temos acompanhar com muito mais preocupação. É, mas nós só temos aqui multinacionais, com semente, com defensivos! Gente, eu tenho medo de uma multinacional, mas de muitas não porque elas são competentes e sabem competir. E se elas estão competindo é porque elas são eficientes, do contrário, não. Agora, precisamos, sim, ter a preocupação de que o Brasil não fique dependente exclusivamente de algumas tecnologias que nós não detemos. Por isso é que existe a Embrapa. A Embrapa tem BT de milho pronto, e eu sou conselheiro lá, tem mais de três BTs prontinhos para lançar, ela não tem dinheiro para fazer isso.

Estou sendo franco com os senhores. Chamem o chefe geral do Ministro, tragam-no aqui. Ela tem hoje um sorgo transgênico que é o único no mundo, não tem recursos para levar à frente. Eu estou tentando ajudá-la no sentido de obter esses recursos porque vai ser uma evolução tão grande para nós e, sobretudo, estabelecer uma concorrência com as multinacionais que hoje são detentoras dessa tecnologia com naturais expectativas dos investimentos que elas fazem e ter retorno, e aqui no Brasil estão tendo sim. Eu fico feliz desde que não abusem.

Mais ainda, a Emenda 164. Nós vamos gastar muito tempo para discutir, eu preferia que nesta reunião junto com os outros ministros, nós



discutíssemos com mais detalhes. Eu só faço essa pergunta: é viável executar a lei como ela está? Quanto custa? Nem é viável e nem sabem quanto custa.

Sessenta e dois das florestas nossas são nativas. Eu abro aqui um parêntese e respondo também à Senadora Kátia. Gente, o Brasil com essa competência que está aí, estocada, hoje estocada, se em um concurso da Embrapa aparecem mais de 150 doutores para uma vaga, está estocada, vamos botar essas pessoas a trabalhar e eu tenho certeza de que elas vão achar as formas de identificar os biomas e como manejá-los. Se ele é intocável, elas vão dizer. Por que a lei, esta que estamos discutindo, transfere aos produtores a obrigação de fazer 20%? Ele tem condições de manter isso?

Eu vou ser franco com vocês, eu mantenho mais de 20%, me custa caro, mas eu tenho verdadeiro amor pela minha floresta. Eu amo aquilo como se fosse parte de mim mesmo porque eu quero entregar aos meus filhos a terra melhor do que eu recebi. Esse é o grande ideal de quem é efetivamente produtor. Tem ano que eu tomo prejuízo, pego dinheiro do meu bolso porque, de outra fonte porque eu trabalho, eu sou um aposentado, professor, que não dá muito não, mas eu trabalho, tem vários trabalhos que me dão renda, e boto lá dentro porque eu sei que eu não posso degradar aquela área e ela já está melhorando. Eu já estou com nove anos de integração lavoura e pecuária.

Os senhores olham o que era a minha terra antes, pelas análises e pelos resultados, que vocês vão ver. Eu tenho alta produtividade, mesmo numa região que é altamente árida, 40 dias sem chover uma gota. Não é brincadeira, não é brincadeira. O meu produto final lá é carne, são os novinhos precoces, dos criados na fazenda, que eu solto com 24 a 30 meses, acima de 17 arrobas. Orgulho-me disso. Vão ampliar porque estou conseguindo melhorar as minhas condições de solo. A capacidade de suporte aumentou muito dentro da minha fazenda e vai aumentar mais, eu tenho absoluta certeza disso.

Recuperação da Mata Atlântica, quanto custará isso. Foi a Senadora também que perguntou. Olha, vamos ser realistas. Lá em Minas agora tem uma briga sem precedente. Consideraram aquela floresta caducifólia da região noroeste de Minas, especialmente a que é ligada ao polígono das secas, como Mata, e não estão deixando os agricultores expandirem sua produção mais. Está proibido, absolutamente proibido. O próprio governador reconheceu e está refazendo estudo. Não é possível acontecer isso. E outra coisa, quanto custaria para restabelecer essa Mata? Quem vai pagar essa brincadeira? São alguns trilhões, são alguns trilhões.

Os agricultores, sou sincero, hoje já estão começando a enxergar que a celulose, a madeira é um bom negócio. Estão plantando. Esses 311 campos de demonstração que nós fizemos foi um. Nós fizemos. Não, a Secretaria fez, e eu acompanhei entusiasticamente, participando de muitos deles, foi um sucesso sem precedente em regiões onde nós temos deficiência de energia, a floresta desenvolve muito bem, com espaçamento de dez metros, dois ou triângulo de



três, um pouco mais adensado, estão sendo produzidos, escutem bem, escutem bem, estão sendo produzidos 520 estéreos em dez anos, 520 estéreos em dez anos por hectares. Temos experimentos, inclusive um que é meu afilhado, e foi meu cabo eleitoral, me ajudou muito quando fui candidato, eu fui político, pelo menos uma vez, tem lá experimentos interessantíssimos, que é do Grupo Votorantim. Está lá à disposição, os dados estão lá, ele até se aposentou recentemente, mas os dados continuam lá.

Esses experimentos que a Epamig e a Embrapa montaram não têm dez anos ainda, mas estão dando indicações de que eles terão o mesmo rendimento da floresta tradicional de lá. Essa manipulação do solo nessas entrelinhas melhora as condições de produção. O Senador que é engenheiro florestal mais do que ninguém pode saber disso porque ali se faz uma fertilização sucesso do solo durante os anos de utilização tanto em agricultura quanto em pastagem. São excepcionais, são tecnologias que estão surgindo.

A Embrapa, nós ajudamos lá pelo nosso trabalho junto com ele na Ciência e Tecnologia, ajudamos a ampliar a integração lavoura e pecuária. É um projeto excelente, o mundo baba quando vê esse projeto e sabe que não tem capacidade de competir conosco.

Ô gente, o Brasil tem um detalhe, eu vivo sempre acompanhando os pronunciamentos da nossa Senadora Kátia e eu gostaria que ela sempre fizesse referência a isso. Nós não temos 48 milhões de hectares de área plantada não, Kátia, o Brasil tem um privilégio, é o juro que nós pagamos durante 500 anos e agora começamos a cobrar.

A agricultura temperada tem uma chamada janela de 12 dias para se plantas, no *corn belt*, você planta dentro daquela janela ou você sabe, plantou antes, cai a produtividade. Esse ano, eles plantaram muito depois porque o clima não estava bem e eles estão com a produtividade baixa. Aqui no Brasil nós temos 12 meses, nós já produzimos, em grandes áreas brasileiras, duas vezes por ano, e agora três vezes por ano.

O nosso Senador saiu daqui, o nosso Deputado, o Estado dele já está fazendo três culturas em grande área, que é a Região dos Lagos, três culturas por ano. Então veja bem, temos um espaço extra para crescer a nossa produção que ninguém ainda observou bem.

Eu vou responder na hora, Senador, deixe-me completar aqui porque faço questão já que ela me emprestou um carro para me levar até onde eu tenho hoje um compromisso de como produzir água na Universidade de Brasília e de Goiânia, que estão em um curso conjunto, mas eu vou chegar a tempo lá, mas quero terminar aqui.

O Senador Waldemir Moka, ô Senador, ele saiu. Eu tenho o maior entusiasmo brasileiro, o cerrado foi a grande solução que tivemos. Agora eu gostaria de deixar com os senhores aqui uma informação que me deu um tal de Normam Borlaug. Normam Borlaug foi o único Prêmio Nobel da Paz do setor



agrícola. Tanto assim ele criou uma fundação, eu tenho a honra de ter a World Food Prize, que é uma fundação que ele em protesto porque não se tem no Nobel um prêmio específico para o setor de alimentos ou agricultura, e ele criou o World Food Prize. E eu tenho a honra de ter esse título.

Então, vejam bem, ele é quem diz: o cerrado brasileiro é terra de fazer longe. Eu nasci no cerrado. Na minha família, cerrado só dado ou herdado.

Meus amigos, é uma das áreas mais estragadas do mundo. Quem começou a estragar o cerrado foi índio. Foi o índio que, quando descobriu o fogo, ia às áreas ruins, botava fogo, para vir a brotação, e ele se escondia para a caça vir e matar mais rápido. E dali se generalizou. O cerrado, até a década de 1980, era queimado anualmente com fogo colocado para ter brotação e melhorar as condições das reses. Essa é a área que se transformou na mais produtiva e competitiva do Globo.

Vou dar aos senhores um depoimento do grande cientista e detentor do Prêmio Nobel da Paz, Norman Borlaug. Ele veio e conheceu a revolução do cerrado, foi para São Paulo. Em São Paulo, falou para 250 agrônomos da Sociedade Paulista de Engenheiros Agrônomos. E ele falou: “Eu sempre tive uma briga com o meu travesseiro. Nunca dormi tranqüilo porque sei e conheço agricultura no mundo inteiro. O homem foi lá pegou as melhores regiões, sacou a sua vegetação nativa e vem cultivando e degradando sucessivamente. Eu tinha a minha consciência doendo. Não estaria satisfeito se não visse o que vi no Brasil: o inverso, o homem pegando – e ele usou essa expressão – terra de fazer longe, de fazer distância, e transformando na mais produtiva e competitiva que o Globo tem hoje, que é o cerrado brasileiro”.

Ô gente, uma declaração está gravada, está num disco, peçam a Agrisus pode dar a vocês esse pronunciamento do Dr. Norman Borlaug. Agrisus é uma fundação criada por um grande agrônomo, Fernando Cardoso, que foi dono da Manah, depois vendeu e criou essa agrisus. Ele tem isso gravado.

Esta é uma declaração: “agora posso morrer feliz”. Morreu no ano atrasado. Deve ter morrido feliz, porque ele viu o Brasil assumir a liderança que ele havia vaticinado: “Vocês vão ser o grande país produtor do mundo”.

Eu acho que é isso que temos que compreender e analisar. E essas pessoas, me desculpem... o meu colega, o Deputado Reinhold Stephanes, tem toda a razão, quem anda depredando o nome do Brasil lá fora são as nossas instituições, algumas custeadas por ONGs, outras com interesse de mostrar lá fora o que eles querem fazer aqui.

Isso não pode continuar assim. O Brasil hoje é sensível. Considero que o Brasil está numa luta, eu brinco muito: quem mora da roça sabe, quando morre um boi, vem a luta dos cachorros, os grandes vão lá e abocanham os grandes nacos de carne, o pequeno, como é pequenininho, tira um pedacinho, os grandes não ligam para ele. Na hora em que se transforma num grande, como é o Brasil, e se transforma num boca preta de todo tamanho e vai lá e pega o maior



naco, pode ter certeza de que este vai ser vigiado. É a razão de que eles estão começando a criticar o que nós não somos capazes de fazer.

Será que vamos fazer uma legislação de primeiríssimo mundo, aliás, ela é estratosférica, ela é celeste, na área ambiental e não vamos ser capazes de fazer uma defesa sanitária no Brasil para impedir o que está acontecendo hoje?

Meus amigos, espera aí, onde nós estamos? Que país é este? O Brasil está correndo o risco de perder grande parte do mercado.

Eu até então, aqui está um sujeito que admiro muito, Benedito, está ali junto conosco, ele sabe da minha preocupação. Eu tinha uma preocupação grande com a defesa sanitária que não evoluiu no Brasil. E quero dizer aos senhores que a minha única tábua de salvação é que a China também não ligava para isso. Nesses últimos anos, a China começou a investir maciçamente na defesa, na padronização, na classificação dos seus produtos e vai exigir de nós. E nós não temos rastreabilidade dos nossos produtores. Ô gente, vamos fazer lei que seja efetivamente eficiente para o Brasil de hoje. Não vamos ficar com bobagens de lei absolutamente inatingíveis. Acho que precisamos pensar mais seriamente nisso.

Srs. Senadores, fico muito feliz de estar aqui, porque sei que está entregue a quem é competente para fazer essa análise.

Senador Luiz Henrique, fico muito honrado pelas suas perguntas. Proteger as nossas florestas, preservar os nossos biomas e agricultura sustentável é a sua preocupação. Parabéns.

Mas vamos proteger biomas conhecidos e analisados para saber como manejá-los, para saber como manejá-los.

A Constituição Federal () eu também fui Constituinte, junto com o senhor, e eu me envergonho do que houve. O senhor se lembra da luta, eu sou municipalista, a luta que nós tivemos, conseguimos colocar 19% da receita para os Municípios. O senhor sabe quanto está hoje, Senador? 11%. Isso é um assalto, isso é uma judiação. E outra coisa, sem contar as responsabilidades que caíram sobre os Municípios. Os prefeitos hoje são mendicantes. Fico muito animado quando vejo a Presidente dizer que vai combater a miséria. Acho que uma das misérias que ela precisa combater é das prefeituras também, porque as prefeituras, hoje, no Brasil, são miseráveis. Elas não têm, na maioria das prefeituras.

O senhor tem toda a razão. Outra coisa, como é que vamos fazer, aliás aqui estou vendo dois relatores, como as regras do Acre vão servir para o seu Estado? Como as regras do seu Estado vão servir para o Acre? Isso indica que estamos querendo fazer locubrações legislativas e não leis palpáveis. Tem que haver uma descentralização. O senhor tem toda a razão. Eu que vou saber junto com os meus pares o que nós precisamos, quais as áreas que precisamos preservar, ou não devemos mexer, ou devemos cultivar, etc, etc.





O projeto não atende ao Código Florestal. Desculpe, o projeto do Código não atende, nem o substitutivo, viu? Repito, a única vantagem que sinto é que este substitutivo abre espaço para colocarmos a ciência, o conhecimento para as novas formulações que ele pretende fazer nesses cinco anos.

Senador Jorge, diferença entre governos e ministros. O senhor tem toda a razão, existe muita diferença sim. Eu, na hora que o senhor quiser estarei aqui com o maior prazer. A primeira pergunta que vou fazer é a seguinte: esse Código como está é exequível? Segundo, quanto custa? A segunda, eles não vão ser capazes de responder, tenho absoluta certeza disso. Mas, mesmo assim, discutirei com muito prazer. O Zé Carlos é um amigo pessoal, eu troco ideias com ele. Ele é entusiasta da ideia de nós termos uma Embrapa para... eu acho que não precisa disso. Nós precisamos de ter instituições científicas com recurso para fazer o que nós precisamos. Quem arbitra, o senhor está em dificuldades, vou te dar um conselho: ouça a ciência. O senhor vai errar menos.

Reunião conjunta, já disse, desculpe, estou às ordens.

Agrotóxico no Brasil. Não somos o maior consumidor não. Existem alguns países que nem dão estatísticas. A China mesmo é uma. O americano consome mais do que nós ainda. E nós estamos caindo o consumo graças a essas evoluções que estamos tendo na base de novas tecnologias: a integração lavoura e pecuária, o plantio direto e várias outras como a evolução biológica de nossas plantas, e elas precisam vir com muita força.

Política agrícola, meio ambiente e custos. Uma boa questão que o senhor levantou. Quanto custa chegar onde nós estamos na agricultura? Quanto se investiu e quanto está custando descobrir o que o meio ambiente está querendo? Seria uma ótima conta e acho que tem gente no Brasil capaz de fazer isso. É uma boa pergunta o que o senhor fez. E o senhor vai se assustar.

Senadora Kátia, com muito prazer e muita honra, eu tenho visto seu esforço. Às vezes, a incompreensão que todos nós temos; mas, às vezes, a gente precisa de ser duro, sim! Eu acho que, infelizmente, eu trabalhei em um governo da ditadura, mas um governo que sonhou com a democracia. Eu estranhei quando fui convidado para ser ministro. Eu era um líder estudantil, um pouco agitado. Por que fui chamado para ministro? Um dia eu perguntei ao Presidente: Presidente, o senhor conhece meu passado como líder estudantil? Ele me falou: "Eu conheço a sua pessoa e isso é o que é o bastante." "Ótimo, muito obrigado!" Portanto, eu sei o quanto vale a democracia.

Ele realmente teve de lutar e nós tivemos de ajudá-lo para fazer a abertura que ele fez. E nós não podemos perder a chance de fazer uma democracia que seja uma democracia viável, onde a participação seja competente. A Senadora sabe a preocupação que eu tenho com nossos produtores. O Brasil, por ser grande demais, nossos produtores passaram a ser muito individualistas, eles não se organizam, eles não participam, eles estão mal organizados. Não é culpa dela!. Eu também passei lá. Tentei tirar um grupo que



nada tinha com a agricultura, graças a Deus eu o consegui tirar – e hoje só tem agricultores lá. Mas é difícil organizar essa classe produtora. Se nós quisermos aprender com os países que são desenvolvidos, vamos ver as organizações nos Estados Unidos, das *Unions*, das associações de produtores; vão ver na França os sindicatos; na Itália, os sindicatos, e nós vamos ver que lá eles são fortes e capazes de exigir – e exigir mesmo! – ações racionais do governo.

O Senador deve se lembrar disso na Constituinte: eu era o maior entusiasta de fazer aqui uma democracia representativa. Achava que o parlamentarismo ia dar uma nova feição ao Brasil. Votei, entusiasticamente, até o dia em que fomos votar o famigerado voto distrital. O senhor se lembra? Perdemos por 80 votos. Eu pedi um espaço no Grande Expediente e esculhambei – com todos os meus colegas: “Vocês me desculpem, eu não sou palhaço!” Se vocês indicarem uma democracia representativa no mundo que tem o voto não distrital, me indiquem que eu vou correr lá, às minhas custas, para ver se serve e votarei a favor aqui. Mas, de agora em diante, não voto nada!”

A Constituição brasileira ficou um negócio esquisito: ela veio sendo parlamentarismo até o voto distrital; depois acabou. E não vão aprovar o voto distrital aqui tão cedo, tão cedo. Eu sabia disso!

Essa democracia nós precisamos preservar, Senador. E assim: com representação de classe. Na democracia tem uma regra que é absolutamente infalível, não é só aqui, não, é no mundo inteiro: quem estiver organizado faz; quem não estiver recebe feito. E, na maioria das vezes, mal feito.

Eu fui governo. O governo sente onde o calo está apertando. Se não apertar, ele não faz... Vamos lutar, Senadora! É fundamental que haja esse elã que a senhora tem para fazer a representação do setor produtivo. Eu gostaria de dizer o seguinte: desses 204 milhões de hectares que a senhora me perguntou, eu presumo que, no mínimo – no mínimo –, 120 milhões são absolutamente passíveis de ser usados com rentabilidade. E o restante dá para sobrar muito para se fazer as reservas dos biomas.

Eu mesmo procurei fazer não somente na manutenção da lei dos 20%. O que fizemos? Só tinha financiamento quem fizesse a manutenção, como também na criação de reservas nacionais, estaduais, municipais ou particulares. Eu acho que o bioma tem de ter dono! Bioma sem dono não funciona, a senhora tem toda razão. Há possibilidade de nós ampliarmos muito, só no cerrado, nossa expansão agrícola, sem tumultuar o meio ambiente, ao contrário. Aliás, quem não for apaixonado ou ideologizado, veja o bioma do cerrado depois de 10 anos de cultivo e veja antes. A biologia do solo se modifica, o cerrado passa a ser um ativo – um ativo – patrimônio. E o cerrado é um ativo muito pequeno, se não mexido.

Senador Casildo, não é fácil mesmo, não. Conservar e produzir é fácil! É fácil. Eu gostaria de oferecer uma oportunidade. Eu acho que minha propriedade hoje é exemplo. Dia 30 estará visitando o Secretário do Meio Ambiente para ver como produzir água. Eu tenho recebido lá missões que vão



aprender como é que se maneja um solo com benefício desse solo. Eu me orgulharia muito se tivéssemos sua ou outras visitas para ver que é absolutamente possível fazer produção com conservação. Eu hoje fico feliz: minha produtividade está aumentando, a capacidade de suporte aumentou, minha renda aumentou, eu aumentei o número de funcionários, eu os pago em dia, dentro da lei. E fico muito feliz, porque uma área que estava absolutamente degradada – há 19 anos – para mim serve de exemplo para aqueles que têm dúvida se é possível produzir e conservar. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito bem, prezado Ministro Alysson Paulinelli.

Antes de passar a palavra Acir Gurgacz, como V. Ex<sup>a</sup> fez aqui um convite, em público, para o Senador Casildo Maldaner, a Comissão se sente convidada. Como nós decidimos que vamos visitar algumas propriedades que são referências de compatibilização de alta produção agrícola com preservação ambiental, eu já vou sugerir que a Comissão aprove, oralmente, o requerimento de visita e posteriormente, se possível, visitaremos a fazenda do Ministro Alysson Paulinelli.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Comissão que viabilizasse as notas taquigráficas destas audiências com a maior urgência, pelo menos para mim e par ao Senador Jorge Viana, porque, como diziam os latinos: *Verba Volant Scripta Manent*. Para nós fazermos uma reflexão melhor, é importante que a gente leia, depoimento por depoimento, com todo o cuidado, a fim de que (como eu afirmei no início desta sessão), como juízes, nós possamos dar o veredito adequado para o futuro deste nosso querido País.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Passo essa solicitação à Secretaria das Comissões que encaminhe as notas taquigráficas para os dois relatores, de todas as audiências públicas, e para qualquer outro Senador que assim o solicitar.

Passo a palavra, agora, ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Presidente.

Eu quero só agradecer, mais uma vez, ao Ministro Alysson Paulinelli, que esteve aqui pela segunda vez debatendo este assunto conosco, juntamente com o Ministro Reinhold Stephanes, com Francisco Turra e que nos deram uma lição sobre a agricultura brasileira, através de trabalhos e de exemplos na história de nosso País. Então, quero agradecer também aos dois Relatores,

Quero agradecer também aos dois relatores, Jorge Viana e Luiz Henrique, a permanência aqui. Tenho certeza de que essas audiências, tanto a de



ontem quanto a de hoje, vão contribuir muito com os nossos relatores. E nós Presidentes estamos aqui para dar o suporte e o conforto que precisam para pensar e fazer com que nós façamos realmente um código brasileiro para a população brasileira. Não é para ambientalistas, não é para produtores rurais. É para a população brasileira.

Mais uma vez, os meus agradecimentos e cumprimentos ao Ministro Alysson Paulinelli.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer ao Presidente Acir Gurgacz e aos relatores aqui presentes. Quero agradecer, de forma especial, ao Fernando Sampaio, Diretor da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Quero dizer que o documento foi distribuído. Infelizmente, o nosso tempo impediu a sua participação direta.

Quero dizer, Ministro, da nossa alegria, da minha alegria particular em poder rever V. Ex<sup>a</sup>, sempre com esse entusiasmo, com esse amor pelo Brasil e com essa experiência a serviço do interesse público.

Eu tive oportunidade de registrar aqui que pude compartilhar com o Ministro Alysson Paulinelli do Fundo Setorial de Agronegócio. Sou testemunha da sua defesa do Brasil, da sua defesa da Embrapa, da sua defesa do desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura brasileira. E V. Ex<sup>a</sup> traz hoje aqui mais uma contribuição bastante significativa de quem tem muita autoridade nesse nosso debate.

Muito obrigado. Foi uma alegria muito grande.

Antes do encerramento, submeto a Ata da reunião à deliberação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 08 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)*